



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO-  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – PPGADT**

**ROSIMEIRE MORAIS CARDEAL SIMÃO**

**CULTURAS ALIMENTARES, AGROBIODIVERSIDADE E  
SEGURANÇA ALIMENTAR NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE  
MOCAMBO DOS NEGROS, DISTRITO DE ITAPURA NO MUNICÍPIO  
DE MIGUEL CALMON-BA**

**PETROLINA – PE**

**2023**

**ROSIMEIRE MORAIS CARDEAL SIMÃO**

**CULTURAS ALIMENTARES, AGROBIODIVERSIDADE E  
SEGURANÇA ALIMENTAR NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE  
MOCAMBO DOS NEGROS, DISTRITO DE ITAPURA NO MUNICÍPIO  
DE MIGUEL CALMON-BA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial -PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF, sob orientação do Dr. Helder Ribeiro Freitas e co-orientação da Profª. Drª. Xirley Pereira Nunes. Linha de pesquisa: Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares.

**PETROLINA – PE**

**2023**

S588c Simão, Rosimeire Morais Cardeal  
Culturas alimentares, agrobiodiversidade e segurança alimentar no Território Quilombola de Mocambo dos Negros, Distrito de Itapura no município de Miguel Calmon-BA / Rosimeire Morais Cardeal Simão. - Juazeiro-BA, 2023.  
xv, 204 f : il. ; 29 cm.

Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, 2023.

Orientador (a): Prof. Dr. Helder Ribeiro Freitas

1. Sistema agroalimentar. 2. Agricultura Familiar. 3. Quilombos. I. Título. II. Freitas, Helder Ribeiro. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 630.68

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO- UNIVASF  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – PPGADT**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

ROSIMEIRE MORAIS CARDEAL SIMÃO

**CULTURAS ALIMENTARES, AGROBIODIVERSIDADE E SEGURANÇA  
ALIMENTAR NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE MOCAMBO DOS NEGROS,  
DISTRITO DE ITAPURA NO MUNICÍPIO DE MIGUEL CALMON-BA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial -PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF, sob orientação do Drº. Helder Ribeiro Freitas e coorientação da Profª. Drª. Xirley Pereira Nunes. Linha de pesquisa: Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares.

Data da defesa: 26 de julho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



**HELDER RIBEIRO FREITAS**  
Data: 28/08/2023 16:14:54-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Dr. Helder Ribeiro Freitas. (Orientador)  
Universidade Federal do Vale do São Francisco



Documento assinado digitalmente  
**EDONILCE DA ROCHA BARROS**  
Data: 01/09/2023 11:11:40-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Drª. Edonilce da Rocha Barros - Examinador Membro do Programa  
Universidade Federal do Vale do São Francisco



Documento assinado digitalmente  
**FRANCISCO RICARDO DUARTE**  
Data: 03/09/2023 12:09:52-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Dr. Francisco Ricardo Duarte – Examinador Membro do Programa  
Universidade Federal do Vale do São Francisco



Documento assinado digitalmente  
**NILTON DE ALMEIDA ARAUJO**  
Data: 29/08/2023 13:15:50-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Dr. Nilton Almeida Araújo – Examinador Externo  
Universidade Federal do Vale do São Francisco



Documento assinado digitalmente  
**MARIA JORGE DOS SANTOS LEITE**  
Data: 30/08/2023 18:28:30-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Maria Jorge dos Santos Leite – Examinador Externo  
Universidade de Pernambuco- Campus Petrolina

## DEDICATÓRIA

Dedico este estudo ao meu pai, João Morais (in memoriam) agricultor e à minha mãe, Balbina Gomes (in memoriam), mulher forte e batalhadora, pela sua luta para soberania e segurança alimentar pelos pratos que sempre havia à mesa; pela mandioca, feijão e milho plantados e selecionados para levar ao moinho; pelas frutas que antes se compravam e pelas plantas da região de Miguel Calmon e que antes eram usadas na nossa alimentação enquanto crianças e adolescentes do lugar (manga, jabuticaba, jenipapo que para nossa mãe era preciso tomar o suco, goiaba, banana, abacate, acerola, além de outros alimentos como aipim, a farinha de mandioca que eram cultivadas que ele apanhava nos roçados que se somavam também aí as plantas medicinais utilizadas para cura de algumas doenças; pelos jenipapos de gosto amargo que a mãe exigia que bebêssemos; pela batata-doce; pelo doce de mamão e pela banana de café... Enfim, por tantas delícias que eram preparadas para a família e que estão hoje presentes em nossa memória.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por estar sempre guiando e protegendo todos os meus passos;

À minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*) pelo seu grande amor incentivo;

Ao meu esposo, Jair Cardeal Simão, pelo amor e apoio em todas as etapas desta pesquisa;

Aos meus filhos, Felipe Morais Cardeal Simão e João Victor Morais Cardeal Simão, por entenderem a minha busca;

A todas as pessoas que aceitaram lembrar suas vivências alimentares para que registrássemos aspectos da diversidade alimentar do território Mocambo dos Negros.

Ao meu orientador, Dr. Helder Ribeiro Freitas, sem as suas leituras cuidadosas, sugestões, confiança em meu trabalho e apoio, não teríamos cumprido os objetivos deste curso.

A UNIVASF, instituição que possibilitou a execução deste doutorado- Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), pela estrutura física e docentes capacitados e pela interação que ano a ano vem assumindo o compromisso com às comunidades com as quais interage.

## RESUMO

As comunidades tradicionais do território brasileiro preservam costumes e crenças ancestrais, mantendo uma cultura rica que conta a história do país; tais culturas são passadas de geração em geração por meio, sobretudo, de crenças religiosas e hábitos alimentares, o que vem se perdendo nas últimas décadas, em decorrência da modernização dos meios de comunicação que homogeneiza gostos e costumes. Pensando nisso, este estudo objetivou analisar a cultura alimentar e desafios para promoção da segurança alimentar e nutricional junto aos agricultores familiares da comunidade quilombola Mocambo dos Negros no distrito de Itapura, município de Miguel Calmon, Bahia. Para tanto, definiu-se como universo da análise desta pesquisa o território quilombola de Mocambo dos Negros. Do ponto de vista da pesquisa configura-se como qual-quantitativa. Utilizou-se diferentes técnicas de coleta de dados como a observação direta nos momentos de visitas e contato com a comunidade, o questionário, o registro fotográfico, o diário de campo, além de desenhos do ambiente. A partir dos resultados obtidos, verificou-se que a cultura alimentar desse local tem passado por modificações, sobretudo após a instalação de uma empresa de mineração com extração de baritas, que acompanham a tendência de globalização alimentar. Embora haja modificações nos costumes das novas gerações do território de Mocambo dos Negros, ainda é encontrada uma diversidade de alimentos associados ao patrimônio imaterial alimentar relacionada à sua etnia e religiosidade. Além disso, a comunidade desenvolve a agricultura para seu sustento e vende o excedente na feira livre local, gerando valorização e o resgate dos sistemas agroalimentares e da biodiversidade local, que contribui para a soberania e segurança alimentar e nutricional familiar e da população dos territórios com os quais a comunidade se relaciona.

**Palavras-chave:** Sistema agroalimentar; Agricultura Familiar; Patrimônio cultural; Quilombos; Soberania alimentar.

## SUMMARY

The traditional communities of the Brazilian territory preserve ancestral customs and beliefs, maintaining a rich culture that tells the country's history; such cultures are passed down from generation to generation through, above all, religious beliefs and eating habits, which have been lost in recent decades, as a result of the modernization of the media that homogenizes tastes and customs. With that in mind, this study aimed to analyze the food culture and challenges for promoting food and nutritional security among family farmers in the Quilombola community Mocambo dos Negros in the district of Itapura, municipality of Miguel Calmon, Bahia. Therefore, the Quilombola territory of Mocambo dos Negros was defined as the universe of analysis for this research. From the research point of view, it is configured as quali and quanti. It uses different data collection techniques such as direct observation during visits and contact with the community, the questionnaire, the photographic record, the field diary, in addition to drawings of the environment. From the results obtained, it was verified that the food culture of this place has undergone changes, especially after the installation of a mining company with barite extraction, which follow the trend of food globalization. Although there are changes in the customs of the new generations in the territory of Mocambo dos Negros, a diversity of foods associated with the intangible food heritage related to their ethnicity and religiosity is still found. In addition, the community develops agriculture for its livelihood and sells the surplus at the local free market, generating appreciation and the rescue of agrifood systems and local biodiversity, which contributes to the sovereignty and food and nutritional security of the family and the population of the territories with which the community relates.

Keywords: Agrifood system; Family farming; Cultural heritage; Quilombos; food sovereignty.



## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1-** Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQ) no Brasil. 61.
- Figura 2 -** Distribuição das Comunidades Remanescentes de quilombolas (CRQ) na Bahia. 63
- Figura 3-** Localização de Miguel Calmon no semiárido baiano. 70
- Figura 4 -** Localização da Comunidade Quilombola de Mocambo dos Negros, Distrito de Itapura, Miguel Calmon-BA. 73.
- Figura 5 -** Localização de Mocambo dos Negros, Distrito de Itapura no Município de Miguel Calmon na Bahia. 78
- Figura 6 -** Vista aérea de Mocambo dos Negros, Distrito de Itapura, Município de Miguel Calmon-BA. 79
- Figura 7 -** Logotipo da Associação Quilombola do Mocambo dos Negros Itapura e Adjacências (AQMUNE). 82
- Figura 8-** Nível de escolaridade dos moradores de Mocambo dos Negros. 85
- Figura 9-** Pessoas que perderam acesso às terras agricultáveis em Mocambo dos Negros. 89
- Figura 10 -** Situações enfrentadas pelos moradores da comunidade quilombola de Mocambo dos Negros com a mineradora. 90
- Figura 11-** Disponibilidade de frutas, leguminosas, grãos, sementes e tubérculos durante o ano em Mocambo dos Negros. 92
- Figura 12-** Alimentos cultivados no quintal das casas na comunidade quilombola Mocambo dos Negros. 93
- Figura 13 -** Frequência de respostas dos itens produzidos pelos agricultores entrevistados na comunidade de Mocambo dos Negros. 95
- Figura 14 -** Atividades desenvolvidas pelos moradores do quilombo Mocambo dos Negros. 98
- Figura 15 -** Tipos de propriedades para o plantio na comunidade de Mocambo dos Negros. 98
- Figura 16 -** Área destinada para o cultivo em Mocambo dos Negros. 100
- Figura 17 -** Alimentos produzidos para consumo e que também são vendidos na feira livre.102

- Figura 18** - Trabalhadores do campo, capinando e arando a terra para o plantio. 104
- Figura 19** - Praça central de Itapura, onde acontece a feira livre. 106
- Figura 20** - Maquinário para produção de farinha. 107
- Figura 21** - Preparações culinárias da cozinha dos moradores de Mocambo dos Negros. 109
- Figura 22** - Conhecimento dos moradores de Mocambo dos Negros sobre Agroecologia. 113
- Figura 23** - Sobre o uso de insumos químicos na produção de alimentos. 114
- Figura 24** – Recursos financeiros recebidos pelas famílias na comunidade de Mocambo dos Negros. 121
- Figura 25** – Comprometimento da renda das famílias de Mocambo dos Negros com a alimentação. 122
- Figura 26** - Situação de moradia dos moradores de Mocambo dos Negros. 123
- Figura 27**- Renda mensal relatada pelos moradores de Mocambo dos Negros. 124.
- Figura 28** - Conhecimento sobre o uso de planta medicinal na comunidade de Mocambo dos Negros. 128
- Figura 29**- Cultivo de plantas medicinais na comunidade de Mocambo dos Negros. 130
- Figura 30** – Moradores de Mocambo dos Negros que fazem uso de plantas medicinais para cura de doenças. 131
- Figura 31** - Frequência do uso de plantas medicinais pela comunidade de Mocambo dos Negros. 133
- Figura 32** - Taioba (*Xanthosoma saggitifolium*) (PANC). 136
- Figura 33** - Distribuição por Gênero considerando os moradores da comunidade de Mocambo dos Negros. 137
- Figura 34** - Ações do Pronaf que o agricultor tem acesso na comunidade Mocambo dos Negros. 143
- Figura 35** - O acesso das famílias de Mocambo dos Negros, Distrito de Itapura, ao programa Bolsa Família. 144
- Figura 36** - Quantas pessoas recebem o bolsa família na comunidade Mocambo dos Negros. 145
- Figura 37** - Sobre a merenda servida nas escolas da comunidade Mocambo dos Negros. 150

**Figura 38** – Altar em domicílio de morador de Mocambo dos Negros em Itapura, Miguel Calmon-BA. 154

**Figura 39** - Festas populares e religiosas em Mocambo dos Negros. 155

**Figura 40** - Igrejinha de Mocambo dos Negros. 157

**Figura 41**– Tapete dos saberes populares com o uso de plantas medicinais. 158.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** - Total de CRQ por ano, informações atualizadas até 13/05/2019 pela Fundação Palmares.62.

**Tabela 2** - Características sociodemográficas dos entrevistados da Comunidade Remanescente de Quilombola (CRQ) Mocambo dos Negros em Miguel Calmon - BA (n=50). 81

**Tabela 3** – Alimentos consumidos pelos moradores do quilombo Mocambo dos Negros. 93

**Tabela 4** - Receitas elaboradas com os alimentos da própria comunidade de Mocambo dos Negros.111.

**Tabela 5** - Plantas medicinais usadas na comunidade Mocambo dos Negros. 128

**Tabela 6** - Levantamento das condições da residência, acesso aos alimentos, renda e políticas socioassistenciais da Comunidade Quilombola Mocambo dos Negros (n=50). 148.

**Quadro 1** - Lista das frutas cultivadas nos quintais e descritos pelos moradores do Quilombo de Mocambo dos Negros, Município Miguel Calmon-BA. 95.

**Quadro 2** - Justificativas dos entrevistados que consideram positivas as mudanças nos hábitos alimentares para produtos industrializados. 115.

**Quadro 3** - Plantas Alimentícias não convencionais (PANC) consumidas na alimentação na comunidade de Mocambo dos Negros. 135.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO Associação Brasileira de Saúde Coletiva  
AQMUNE Associação Quilombolas de Mocambo dos Negros  
ASQ Agenda Social Quilombola  
CADÚNICO Cadastro Único  
CEP Comitê de Ética em Pesquisa  
CNQ Chamada Nutricional Quilombola  
CONSEA Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CONEP Conselho Nacional de Ética em Pesquisa  
CF/88 Constituição Federal de 1988  
DOU Diário Oficial da União  
DHAA Direito Humano à Alimentação Adequada  
E.M.E.F. Escola Municipal de Ensino Fundamental  
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FCP Fundação Cultural Palmares  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INSAN Insegurança Alimentar e Nutricional  
MPE Ministério Público do Estado da Bahia  
MNU Movimento Negro Unificado  
PESP Parque Estadual das Sete Passagens  
PBQ Programa Brasil Quilombola  
PNAN Política Nacional de Alimentação e Nutrição  
PNPIR Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial  
PNS Política Nacional de Saúde  
PNSAN Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PNSIPN Política Nacional de Saúde Integral da População Negra  
PNDSPCT Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais  
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
QGN Química Geral do Nordeste  
SAN Segurança Alimentar e Nutricional

SEPPIR Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUS Sistema Único de Saúde

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UPE Universidade de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>REFERÊNCIAL TEÓRICO</b>	<b>25</b>
2.1	SISTEMA AGROALIMENTARES E SEGURANÇA ALIMENTAR	25
2.2	CULTURA ALIMENTAR, GÊNERO, SABERES E PRÁTICAS PROMOTORAS DA SEGURANÇA ALIMENTAR	27
2.3	RELAÇÃO ENTRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E COMUNIDADES TRADICIONAIS	37
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR	43
2.5	PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS	47
2.6	COMIDA E MEMÓRIA COMO PATRIMÔNIO DE UM POVO	49
2.7	QUILOMBOS E SUA DISTRIBUIÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E NA BAHIA	53
<b>3</b>	<b>MATERIAL E MÉTODOS</b>	<b>65</b>
3.1	TIPO DE PESQUISA	65
3.2	COLETA DE DADOS	68
3.3	CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA E CONTEXTO SOCIOHISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MIGUEL CALMON - BAHIA	69
3.4	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	73
3.4.1	Atores sociais do estudo	75
3.4.2	Crêterios de inclusão e de exclusão	75
3.4.3	Aspectos éticos	75
3.5	PRODUTOS FINAIS	76
3.5.1	Produtos bibliográfico	76
3.5.2	Documentário: quilombo mocambo dos negros: conexão entre soberania territorial e soberania alimentar	78
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>80</b>
4.1	CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS, HISTÓRICAS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA MOCAMBO DOS NEGROS DE ITAPURA	80
4.2	ATIVIDADE ECONÔMICA, SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM ITAPURA	92
4.2.1	Alimentos consumidos pela comunidade Mocambo dos Negros	94
4.2.2	Alimentos cultivados, consumidos e comercializados em Mocambo dos Negros/Itapura	99
4.2.3	Mudanças no ecossistema	107
4.2.4	Preparação, culinária ou dietética	108
4.3	PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE DE MOCAMBO DOS NEGROS – USO DE INSUMOS	113
4.3.1	Os saberes, sabores e práticas alimentares ancestrais: refeições e costumes à mesa	113
4.3.2	Vulnerabilidade socioeconômica e impactos na saúde da população de Mocambo dos Negros	120

4.3.3 Alimentos e Plantas utilizados para fins medicinais na comunidade .....	127
4.3.4 O trabalho da mulher e o protagonismo feminino na agricultura familiar em Mocambo dos Negros, Distrito de Itapura .....	137
4.3.5 Políticas públicas e apoio à agricultura familiar quilombola, assistência social e segurança alimentar .....	143
4.3.6 Qualidade da merenda escolar e estímulo à produção da agricultura familiar .....	150
4.4. A RELIGIÃO, O SAGRADO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	153
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>190</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento das comunidades enquanto quilombolas no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, representou uma referência importante na visibilidade das diferenças étnicas e culturais. Em vários territórios nacionais destaca-se a presença de milhares de comunidades quilombolas contemporâneas. Para essas comunidades, as dificuldades em relação aos modos de produção e de acesso ao alimento estão visíveis, evidenciando as desigualdades sociais geradoras de problemas como pobreza extrema e fome. Domingues e Gomes (2013) ressaltam que o conhecimento e conexão entre o passado e o presente são estratégias profícuas de enfrentamento desta realidade, possibilitando a reflexão das questões histórico-raciais no Brasil, da luta pela reafirmação da herança afro-diaspórica e da ampliação dos acessos às Políticas Públicas e seus efeitos no que tange às diversas áreas como a da saúde, da educação, da cidadania e dos direitos humanos.

Nesse trajeto de busca de reconhecimento legal de direitos, o termo remanescência ganha novos terrenos nas lutas dos grupos não apenas quilombolas, mas indígenas, como assevera Arrutti (2006) que o uso do termo ressemantizado pelas comunidades negras que o assumem implica na possibilidade de ocupação de um novo lugar na política local, frente aos órgãos e às políticas governamentais, no imaginário nacional e no próprio imaginário das referidas comunidades. Fechando seu raciocínio (ARRUTI, 2006) estaria afirmando que a assunção do rótulo de quilombo, hoje está relacionado não a sua luta no passado, mas a sua capacidade de mobilização como resistência e negação a um estigma de fuga e isolamento.

O acesso a direitos aos quilombolas só passou a ser reconhecido pelo Estado brasileiro depois de mais de cem anos desde a “abolição da escravidão”, quando da aprovação, na Constituição Federal, em 1988, do artigo 68, dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) em meio à ascensão do multiculturalismo (TAYLOR, 1998), em escala global e da pressão dos movimentos negros por políticas de reparação racial.

A combinação de marcadores sociais como raça, gênero, território e situação econômica têm impacto direto nos índices de fome, somada à progressiva retirada de financiamento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e a opção por uma agenda econômica de austeridade fragilizam a garantia de um dos

direitos humanos mais básicos: a alimentação. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo sublinha que a subalimentação estava aumentando mesmo antes da pandemia da COVID-19, que só exacerbou a insegurança alimentar. O Relatório Global sobre Crises Alimentares aponta para a crescente magnitude e gravidade das crises alimentares em 2020 e para as perspectivas sombrias para 2021. O Programa Alimentar Mundial adverte que 41 milhões de pessoas estão “à beira da fome” (GREBMER *et al.*, 2021). É nesse cenário que a soberania alimentar desponta enquanto um princípio que orienta a luta dos povos do campo em torno do direito a alimentos saudáveis, sustentáveis, culturalmente apropriados e a partir de sistemas alimentares e agrícolas próprios (NYÉLÉNI FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007 apud WITTMAN, 2017).

Ao trazer o debate para o contexto dos povos quilombolas, nota-se que a discussão abarca múltiplas dimensões, pois os desafios de enfrentamento à problemática que envolvem a soberania alimentar em territórios quilombolas estão diretamente ligados a uma luta secular de resistência aos padrões de poder coloniais que, mesmo com o fim do colonialismo, manteve a existência e reprodução de diferentes hierarquias que conferem exclusão social a esses povos (SANTOS, 2020).

A resistência quilombola é histórica e vem se processando de diferentes formas de acordo com os contextos de cada período e de cada lugar. A questão alimentar foi e é central para os povos quilombolas que, através do hábito de cultivo de roças nos lotes de terras destinados pelos proprietários de terras, passando pelo cultivo em quilombos, manteve a sua continuidade, através da transmissão de saberes de práticas alimentares, conforme Cunha (2018). Desde a formação do Quilombo dos Palmares, encontram-se registros que apontam para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares autônomos em territórios quilombolas, de onde foi possível organizar arranjos econômicos relacionados com as dinâmicas dos lugares em que estiveram estabelecidos, garantindo a manutenção de sua existência e transmissão dos saberes agrícolas (SANTOS, 2020).

Os temas como comunidades quilombolas (CQ), segurança e soberania alimentar constituem parte do referencial teórico, haja visto sua importância na defesa da biodiversidade e o direito à alimentação constitui um dos direitos fundamentais do indivíduo. Ressalta-se ainda o papel das mulheres como guardiãs do patrimônio genético e cultural da comunidade quilombola Mocambo dos Negros, município de

Miguel Calmon, Bahia e protagonistas da segurança alimentar e nutricional em suas famílias e comunidades.

Para interpretar a realidade estudada, a autora optou-se por uma abordagem quantitativa e qualitativa, na qual o conhecimento do território de maneira direta lhe dá esse valor do entendimento por ter sido vivido. Dessa forma, encontramos além da fundamentação teórica na linha de trabalhos de Grisa (2015), Schneider (2015), Saborin (2011), Brandão (2009), Buainain (2008), Burlandy (2007), entre outros, um trabalho de campo que identifica e interpreta a importância cultural dos alimentos, as políticas públicas voltadas para agricultura familiar e para segurança alimentar dessas populações.

No ano de 2022, momento em que foi realizado o trabalho de campo da presente pesquisa, nota-se que o Brasil é um dos países com maiores disparidades sociais do mundo, o que, somado à falta de planejamento no lidar com a pandemia, transforma-se em um “coquetel perfeito” para que o desenrolar da atual crise sanitária amplie as iniquidades étnico-raciais e econômicas já existentes. A sociedade brasileira precisa se mobilizar de todas as formas para que esse crime não venha a ocorrer (ABRASCO, 2020). Assim, os convido a fazer uma viagem por dentro da identidade de um pequeno lugar dentro do nosso país conhecido como Mocambo dos Negros.

No tocante a temática de segurança alimentar e nutricional (SAN) e de suas premissas voltadas para os quilombolas e estruturada com o objeto de estudo, está o papel da alimentação como prática social que vai considerar a identidade articulada com os elementos genéticos, culturais da diversidade e especificidade desse grupo. Marques (2009) discute que o termo segurança alimentar pode ser interpretado como a necessidade de estabelecer ações no combate à fome por um lado e por outro a busca de uma alimentação adequada. Parcelas da população nas regiões Norte e Nordeste, assim como grupos vulneráveis, não têm demonstrado o mesmo progresso quanto ao alcance de SAN que foi elogiado em nível internacional (BRASIL, 2014 c). Numa conjuntura como a atual, onde a insegurança alimentar se faz latente, é indiscutível que os sujeitos do campo tenham acesso e controle a suas terras e aos bens naturais, o que garantirá condições de desenvolverem suas práticas alimentares e exercerem a sua soberania alimentar.

A soberania alimentar dos povos quilombolas se vê diretamente atravessada pela questão do direito ao território, uma vez que a realização das

práticas alimentares quilombolas depende necessariamente do acesso à terra. Trata-se de uma relação que não comporta apenas a dimensão da produção alimentar, envolvendo um conjunto de elementos próprios desenvolvidos ao longo de muito tempo e que conferiram peculiaridades étnicas aos povos quilombolas em sua interação com seus territórios (SANTOS, 2020). Além do que, de ser nos seus territórios que os quilombolas garantem condições de reprodução física, social e cultural. Em termos de compreensão da problemática relacionada ao exercício da soberania alimentar no contexto quilombola, outros dois eixos da ação quilombola se apresentam como desafios a este cenário: a luta contra a fome e a luta pela promoção da igualdade racial.

Embora sejam apontadas desigualdades regionais, sociais, raciais quanto às conquistas da SAN observadas na população nacional, grupos vulneráveis a fatores socioeconômicos são mais sujeitos à falta de SAN (FAO, 2017). E no Brasil observa-se padrões de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) nas populações que vivem em situação de exclusão social, econômica e cultural, como comunidades tradicionais, povos que praticam culturas de autoconsumo, como pescadores, indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, artesãos e outros grupos minoritários (BRASIL, 2014 c; NOLASCO *et al.*, 2016), são os mais expostos.

Nesse contexto, a alimentação no Brasil é resultado do encontro de povos e culturas que formaram nossa nação e carregam em sua história a dor e sofrimento dos povos originários e africanos escravizados, que se perpetuaram nas restrições de acesso à terra e aos modos de produção (MANIFESTO ,2015). A identificação e delimitação dos territórios quilombolas se basearam na prática que já vinha sendo realizada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI - para os territórios indígenas. Ademais, Quijano (2005) destaca que uma democratização efetiva da sociedade e do Estado, em países como o Brasil, implica necessariamente na descolonização das relações sociais, políticas e culturais entre as raças, afinal a construção de nações como a brasileira se deu numa perspectiva contrária à maioria da sua população: negros (pretos e pardos) e indígenas. A questão fundiária no país carrega um histórico de grande concentração e de negação de acesso à população negra do país, desse modo, o histórico dos direitos sobre as terras no país, demonstra como a estrutura de extrema concentração fundiária atual é fruto dessa historicidade, em que, apesar dos esforços empreendidos, não configurou uma reforma agrária ampla e democrática,

lançando efeitos negativos sobre as reivindicações de regularização fundiária pelos quilombolas.

Santilli (2015) sintetiza estudos antropológicos consolidados que reconhecem “que a alimentação humana é muito mais do que um fato biológico, mas um ato social e cultural”. Nesse sentido, a alimentação e as práticas alimentares se configuram como um fenômeno complexo e multidimensional, envolvendo aspectos de reprodução biológica, econômicos, sociais, científicos, políticos, psicológicos e culturais fundamentais na dinâmica da evolução das sociedades, podendo, portanto, serem abordadas por diversas perspectivas disciplinares (CONTRERAS; GRACIA, 2011). Ainda é pouco o que se conhece desses grupos e, tanto no campo da antropologia, como na saúde, usa-se a noção de “invisibilidade” para mostrar a negligência com a identidade negra e com o contexto sócio/racial excluído da sociedade (MACHADO; CARVALHO, 2004).

É relevante mencionar que as práticas e hábitos alimentares são socialmente construídos e que a alimentação está diretamente ligada à cultura de um grupo, ou seja, a alimentação humana é impregnada pela cultura. As escolhas e o consumo dos alimentos são, segundo Pena e Molina (1999, p. 4), influenciados por diversos fatores, como os saberes locais, os costumes, a cultura, a disponibilidade e o acesso ao alimento. Alimentação é um dos critérios para a definição indenícia dos seres humanos.

Por este motivo, é possível pensar os sistemas alimentares como sistemas simbólicos em que códigos sociais estão presentes atuando no estabelecimento de relações de homens e mulheres entre si e com o meio ambiente. E na constituição desses sistemas, intervêm fatores de ordem ecológica, histórica, cultural, social e econômica que implicam representações sociais envolvendo escolhas e classificações. Para além de sua dimensão biológica, a alimentação humana como um ato social e cultural fomenta a produção de diversos sistemas alimentares.

De acordo com Bentes (2003, p. 149), fatores impeditivos de acesso aos recursos locais que prejudiquem uma produção adequada e o acesso a uma alimentação de qualidade são as principais razões para situações de fome e insegurança alimentar. Entre as comunidades quilombolas, pode-se acrescentar a falta de posse de terra, a ausência de uma renda monetária, o aumento de doenças, fatores ambientais, a marginalidade e o analfabetismo (SILVA *et al.*, 2008) como

aspectos restritivos à obtenção de segurança alimentar. Desta forma, justifica-se a necessidade de se caracterizar os saberes dessa população, relacionado à alimentação, saúde, nutrição e ao modo de vida para que as políticas públicas sejam adequadas às características desse grupo social.

No Brasil, as populações quilombolas dependem principalmente da agricultura para sobreviver. Com a pandemia, a comercialização dos produtos dessas populações, que tradicionalmente eram feitas em feiras livres e espaços abertos, foram comprometidas, o que também impactou negativamente o meio de sustento para essas famílias. Tal situação é agravada quando boa parte dessa população fica às margens de políticas voltadas para a distribuição de renda nessa fase crítica de crise sanitária. Assim, tendo em vista o importante papel do exercício da agricultura familiar para uma população, torna-se necessário compreender os fatores determinantes das condições de vida, assim como da produção de alimentos, para que possa existir busca de melhorias e um maior desenvolvimento e fortalecimento rural.

Nesta perspectiva, entender a agroecologia pelo viés da soberania alimentar viabiliza o entendimento sobre o papel fundamental dos agentes sociais locais, sobre a segurança alimentar e também sobre a atuação de grandes corporações que detêm o capital instrumental e financeiro na produção agrícola do país, ocupando, dessa maneira, uma posição privilegiada nas relações sociais e de poder em relação às famílias agricultoras.

Essas corporações utilizam os recursos naturais até o seu esgotamento, potencializando as situações de riscos, aumentando a vulnerabilidade das populações locais e acentuando o grave quadro de insegurança alimentar e nutricional já apresentado (INSAN). De norte a sul do país, os quilombolas apresentam rica história de lutas pela preservação dos recursos naturais e vastos conhecimentos tradicionais. Porém, sofrem historicamente com elevadas taxas de doenças, ausência de saneamento ambiental e infraestrutura e vivem em moradias precárias. Nessa perspectiva, há grande dependência de programas de transferência de renda e acesso limitado à Atenção Primária regular e outros serviços de saúde (ABRASCO, 2020).

Quando é mencionado vulnerabilidade de grupos humanos, é importante destacar a importância em dar visibilidade social a grupos como remanescentes de

quilombos, ribeirinhos, entre outros, ofertando-lhes políticas públicas que garantam o acesso aos principais direitos expressos na legislação (SILVA, 2017). Na medida em que os números ignoram a existência de determinados grupos sociais mais vulneráveis, negligenciam a distribuição dos investimentos necessários à sua assistência. Assim, as comunidades quilombolas (CQs) em situações de vulnerabilidade socioeconômica permanecem com maiores prevalências de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) comparados à população nacional.

Nesse contexto, esta pesquisa teve por objetivo geral:

Analisar a cultura alimentar e desafios para promoção da segurança alimentar e nutricional junto agricultores familiares da comunidade quilombola de Mocambo dos Negros. Para tanto, alguns objetivos específicos foram levados em conta que são:

- Caracterizar a comunidade em seus aspectos social, histórico e cultural;
- Avaliar as potencialidades e fragilidades ambientais, práticas produtivas e socioeconômico no âmbito da comunidade;
- Analisar os saberes e práticas agroalimentares da comunidade em sua diversidade, técnicas e aplicações;
- Avaliar potencialidades e desafios na promoção da segurança alimentar e nutricional da comunidade;
- Divulgar saberes e práticas agroalimentares tradicionais da comunidade quilombola de Mocambo dos Negros sistematizados no âmbito da pesquisa.

Considerando o exposto, propõe-se caracterizar a alimentação, identificando os saberes culturais e as práticas em torno da alimentação quilombola, levando em consideração a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação (IPEA, 2002).

Com abordagem quantitativa e qualitativa, baseada em literatura publicada e documentos produzidos pela própria população, buscou-se evidenciar as práticas culturais e alimentares dentro de um contexto social mais amplo, e também para mostrar que é possível estabelecer relações entre fenômenos específicos e uma determinada visão de mundo. Uma das dimensões desse fenômeno é a que se refere à construção de identidades sociais/culturais. No processo de construção, afirmação

e reconstrução dessas identidades, determinados elementos culturais (como a comida) podem se transformar em marcadores identitários, apropriados e utilizados pelo grupo como sinais diacríticos, símbolos de uma identidade reivindicada. Comida de verdade garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento (MANIFESTO, 2013).

Para tanto, foram elaborados mapas da área em que a comunidade ocupa, fazendo o levantamento das atividades agrícolas praticadas pelos moradores do quilombo que a compõem e dando ênfase às formas de interação dentro da comunidade, tanto nas atividades de produção de alimentos quanto nas formas de convivência nas demais atividades que praticam. Tais informações foram utilizadas para a construção de três produtos finais bibliográficos que compõem uma coletânea em três números denominados de “cadernos”, tratando temáticas relacionadas à Comunidade de Mocambo dos Negros, quais seja:

- **Caderno 1:** Este número é intitulado de “Quilombola- Uma história de Resistência e Soberania Alimentar”, esta publicação apresenta a construção da soberania alimentar e dos seus sistemas alimentares, com foco nas atividades de produção de alimentos, na integralidade das suas dimensões, elementos e atores, sobretudo, a população de Mocambo dos negros que é um dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade;
- **Caderno 2:** Este tem como título: “Receitas e histórias- Comida com Identidade- “Um olhar sobre o território Quilombola de Mocambo dos Negros”, a publicação trata da questão da comida com tradição, comida de verdade, as receitas da comunidade e sobre as práticas alimentares;
- **Caderno 3:** Este número tem como título de “Plantas medicinais de Mocambo dos Negros: do Quilombo para o Mundo”, esta publicação evidencia os conhecimentos tradicionais da comunidade Mocambo dos Negros sobre as plantas alimentares e medicinais, os alimentos plantados, consumidos, produzidos e coletados por essa comunidade.
- **Documentário:** Quilombo Mocambo dos Negros: Conexão entre a Soberania Territorial e Soberania Alimentar. Nesse documentário são entrevistados: pessoas da comunidade de Mocambo dos negros, gestor do município, representantes da



secretaria de agricultura e saúde, representantes da associação e cooperativa local.

As políticas públicas existem para respeitar, proteger, promover, prover os direitos humanos. São os gestores públicos os responsáveis pela tomada de decisões sobre as políticas públicas, que por sua vez atendem aos diversos interesses, necessidades e demandas da sociedade. Entretanto, uma questão importante merece relevo: apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, no que se refere à melhoria da renda das famílias e dos indicadores nutricionais, o fato é que muitas pessoas que têm seu DHAA violado não têm conseguido acessar as políticas públicas das quais são titulares de direito. Para a superação deste problema entende-se que as políticas devam ser periodicamente avaliadas e realinhadas, para que seus objetivos sejam realmente alcançados e os seus titulares de direitos possam efetivamente ter acesso a elas.

Como ponto de partida para a fundamentação da investigação, foram utilizadas como referências trabalhos já publicados sobre a realidade local, tais como Vilaronga; Carvalho (2007) e Sampaio (2011), Nascimento (2020) que trazem referências histórias e discutem sobre a trajetória de Mocambo dos Negros, sua caracterização geográfica, histórica, cultural, saberes tradicionais, religioso e administrativo. Evidenciando a potencialidade histórico-cultural deste local, podendo trazer benefícios e melhorias de vida para esta população.

No presente trabalho de pesquisa, a necessidade de ampliar a compreensão dos significados que norteiam a alimentação de uma comunidade quilombola é de fundamental importância, sobretudo porque não existe nenhum estudo voltado para segurança alimentar e nutricional e práticas alimentares dessa população quilombola. Diante dessas preocupações, acreditamos que o resgate da relação entre produção e conservação das culturas e práticas alimentares, e até mesmo a diversidade de espécies, que são ou eram parte da dieta humana desse quilombo, não só ampliam as possibilidades de conservação dos recursos genéticos, mas também parte da nossa história através dos alimentos.

Assim, este estudo partiu da hipótese de que mesmo com as pressões externas e mudanças nas formas de alimentar-se, principalmente nas gerações mais jovens, o território de Mocambo dos Negros mantém parte do seu patrimônio por meio de tradições e práticas de cultivo alimentares que são vivenciados e reafirmados por meio

de práticas religiosas, rituais e festejos regionais. A segurança alimentar das famílias do Mocambo apresenta potencialidades e desafios multidimensionais de ordem sociopolítica, ambiental, econômica, técnica, cultural, ética, dentre outras que se articulam frente às necessidades de reprodução social, cultural e econômica em bases sustentáveis. Tendo em vista o que foi dito, lançamos as seguintes perguntas para orientar a pesquisa: Deste modo, foram levantadas questões norteadoras como: Quais são as práticas alimentares da comunidade quilombola de Mocambo dos Negros? Como estas práticas têm se mantido ao longo do tempo? Quais alimentos são produzidos nos ambientes cultivados e manejados do território quilombola de Mocambo dos Negros? Quais os desafios que se apresentam para a segurança alimentar e nutricional desta população?

Por morar em Miguel Calmon a mais de vinte anos e já ter desenvolvido outros projetos de pesquisa em comunidades do referido município, como também ter acesso a população de Mocambo dos Negros. A autora tem conhecimento de que ações governamentais para populações tradicionais quilombolas ainda são insuficientes para prover as necessidades básicas e alimentares deste público. Assim, buscou respostas às suas perguntas através de discussões com a comunidade através de reuniões na associação, aplicação de questionário de pesquisa para entender como acontece a agricultura familiar nesse quilombo e na buscar o fortalecimento da mesma para o autoconsumo. Além disso, a agricultura familiar possui funções essenciais na sua relação com a sociedade, como: preservação do meio ambiente; articulação do agricultor e de sua produção com os aspectos culturais e sociais do território em que está inserido; Segurança Alimentar e Nutricional das famílias produtoras; manutenção do patrimônio cultural e oferta de trabalho.

Destaca-se que a análise realizada possibilita a ascensão do debate acerca da importância da diversidade de modos de existir e da realização de práticas alimentares ligadas ao lugar, como também as formas de produção e consumo, além de avançar na compreensão de desafios que estão sendo apresentados para a luta quilombola do Mocambo em torno de seus sistemas agroalimentares. Este tem por propósito ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo a todas e todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e nos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional. Somente assim os seus

titulares de direitos possam efetivamente ter acesso a elas.

O trabalho está organizado em cinco seções, quais sejam:

A primeira seção se constitui em uma apresentação geral do trabalho. A segunda seção, apresentam-se os principais referenciais teóricos da pesquisa em seus conceitos e fundamentos sobre cultura alimentar, sistema agroalimentares e segurança alimentar de comunidades tradicionais; a terceira seção trata-se do processo metodológico iniciada com uma contextualização da unidade de análise a partir da caracterização da realidade da comunidade de Mocambo dos Negros e sua relação com os quilombos da Bahia e do Brasil; a quarta seção, fez-se uma caracterização socioambiental, costumes e identidade do território quilombola da comunidade quilombola do Mocambo, discorrendo sobre o seu patrimônio imaterial, saberes locais e segurança alimentar da comunidade e, por fim, é citado os alimentos tradicionais e biodiversidade e agrobiodiversidade no território como tentativa de fazer um resgate local.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 SISTEMA AGROALIMENTARES E SEGURANÇA ALIMENTAR**

A produção de alimentos saudáveis e em quantidades necessárias para acompanhar o crescimento populacional, produzidos sem agredir o meio ambiente e

resgatando conhecimentos tradicionais, é o contraponto ao modelo hegemônico da agricultura convencional. Nesse contexto, a agricultura familiar é percebida como imprescindível nas relações entre os indivíduos da comunidade e o meio ambiente que possibilitam as formas peculiares de alimentação essenciais à saúde desses grupos.

Pelo fato da agricultura implicar na seleção, eleição e invenção de determinadas espécies, pode tornar essas mesmas espécies mais vulneráveis a doenças e por isso a segurança alimentar é deslocada pela lógica mercantil. Segundo Callegaro e López (2017), sendo a alimentação uma necessidade fundamental dos seres vivos, não poderia ser diferente com a espécie humana que, em sua fase inicial, encontrava na natureza os alimentos necessários à reposição calórica, proteica e mineral para garantir a vida.

O que sobressai nos sistemas tradicionais de cultivo é a diversificação, que é fundamental para a variabilidade genética dos policultivos e a heterogeneidade da paisagem, garantido assim resiliência para os agroecossistemas sustentáveis (TOLEDO, 2015), além da prestação de serviços ecossistêmicos planetário. A atenção sobre a modificação dos hábitos alimentares e a restrição a um número limitado de espécies vegetais e suas consequências não é recente entre alguns cientistas e movimentos sociais do campo (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017). Porém, o debate atual ainda não foi ampliado à população à qual incorpora, a cada dia, novos padrões de consumo alheios à sua história alimentar e com consequências à saúde e ao nosso patrimônio cultural e genético.

A agrobiodiversidade é utilizada de diferentes formas pelo ser humano como combustíveis, fibras, látex, energia, alimentos, artesanatos, construção de moradias, medicinais, religião, cosmologias, etc. Nesse contexto, a comunidade de Mocambo dos Negros possui espaços para melhorar seus agroecossistemas, quais sejam: os cultivos e criações diversas nos quintais que contribuem na alimentação familiar com comercialização do excedente; as roças<sup>1</sup> para os cultivos anuais e perenes; bem como as matas nativas em que se realizam o extrativismo, como, por exemplo, o coco babaçu; bem como a implantação de tanques de piscicultura; a

---

<sup>1</sup> Roças é uma das atividades da Agricultura Familiar mais praticadas pelas comunidades quilombolas no Mocambo dos Negros. Roça é uma palavra que temos conhecimento desde os nossos antepassados, são conhecimentos transmitidos de pais e mães para filhos e filhas. A roça carrega vários significados, dentre eles: força do trabalho, alimentação e geração de renda.

criação de abelhas para produção de mel.

De acordo com Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentável e estratégias de desenvolvimento rural sustentável que considerem fatores socioeconômicos, ambientais, culturais e econômicos. A transição agroecológica, mais do que mudanças nas práticas agrícolas, trata-se de mudanças políticas, econômicas e socioculturais. Pressupõe mudanças de atitudes e valores dos atores sociais, com respeito aos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores (CAPORAL, 2009). A chave para o desenvolvimento sustentável da agricultura está em restaurar a biodiversidade em suas funções vitais, interações, simbioses, reciclagens, produção e acumulação de biomassa. O resultado final do planejamento dos agroecossistemas em bases agroecológicas (ALTIERI, 1999).

A crescente discussão sobre os impactos dos sistemas alimentares na saúde humana e ambiental, tais como, os riscos ocupacionais aos quais estão expostos os trabalhadores do sistema agroalimentar mundial e em especial em Mocambo, a contaminação ambiental, incluindo a contaminação do solo da comunidade quilombola Mocambo dos Negros pela empresa Química Geral do Nordeste que fez contaminação do solo e águas na extração de barita. Partimos da perspectiva que Galeano (2005) coloca como a invisível violência do mercado para o qual a diversidade inimiga da rentabilidade, sendo que o consumo tende a uma padronização que não responde aos interesses locais.

A presença de alimentos contaminados, inseguros e adulterados, a disseminação de padrões dietéticos não saudáveis e a insegurança alimentar e nutricional, destaca o papel chave das agendas globais que interseccionam Sistemas Alimentares, Sustentabilidade e Segurança Alimentar e Nutricional (FRISON, 2016).

Nesse sentido, a alimentação adequada e saudável deve proporcionar aos indivíduos, práticas alimentares apropriadas à sua cultura, renda e necessidades biológicas, bem como ser sustentável ao meio ambiente (HEITOR, 2015). Não há como escapar da inexorável conclusão relativa à necessidade de tornar acessível à população quilombola de Mocambo dos Negros alternativas sustentáveis de geração de renda por meio da generalização de ações estruturantes. Sob esse enfoque, nas peculiaridades dos diferentes espaços geográficos que conferem materiais e geram necessidades específicas, as famílias camponesas desenvolvem estratégias próprias

para tais contextos, pois “o modo como os homens produzem os seus meios de vida depende em primeiro lugar da natureza dos próprios meios de vida encontrados a reproduzir” (MARX; ENGELS, 1981, P.23).

Nesse campo o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA que é um programa federal criado em 2003 com o objetivo de enfrentar a fome no país e fortalecer a agricultura familiar que realiza compra direta nas mãos dos produtores rurais a preços justos, não tem efetividade em Mocambo dos negros no distrito de Itapura, pelo fato da agricultura ser praticamente de autoconsumo, mas que a população está caminhando a passos lentos para melhoria das ações produtivas.

Grisa e Schneider (2015) destacam que a proposta do PAA é utilizar o potencial do Estado como comprador como um indutor da participação de agricultores familiares em mercados formais. Ao mesmo tempo, por distribuir, a entidades beneficentes, alimentos produzidos localmente – frescos variados e adaptados às culturas alimentares regionais. Os pesquisadores ressaltam ainda que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológico-orgânica e tem ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, a justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição, etc. O PAA sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque abre um canal de comercialização para essa categoria social, garantindo a aquisição de seus produtos pelo Estado por meio de mecanismos diferenciados (GRISA et al., 2011).

A segurança alimentar está intimamente atrelada a valores construídos pela sociedade, como a nutrição e a saúde, a sustentabilidade ambiental, a autenticidade dos produtos alimentícios, a inclusão social, entre vários outros. A soberania alimentar se constrói a partir de sistemas alimentares, o qual aborda todo o processo do alimento, da produção até chegar ao consumidor, destacando a necessidade de produzir alimentos de qualidade e que seja ambientalmente sustentável, ou seja, praticando a sustentabilidade integral, dando autonomia aos agricultores para decidir qual sistema alimentar adotar, respeitando os recursos naturais, bem como suas culturas (ACORD, 2018). No Brasil há uma construção social da segurança alimentar e nutricional que remonta à segunda metade dos anos 1980 e a coloca ao lado de outros frutos da redemocratização do país. Assim como há uma

construção conceitual e político-institucional da categoria da agricultura familiar desde meados dos anos 1990, igualmente alimentada pela participação social (GRISA, SCHNAIDER, 2015).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos sistemas alimentares é definida a partir de três dimensões básicas: disponibilidade, acesso e utilização eficiente dos recursos alimentares (FAO, 1996). E na busca por sistemas alimentares sustentáveis, que viabilizem a aplicação efetiva de soluções ambientalmente e nutricionalmente adequadas, é fundamental, e algumas dessas alternativas se destacam nessa pesquisa, que compila reflexões marcantes da sustentabilidade no âmbito da soberania alimentar e segurança nutricional, do processamento de alimentos, da alimentação coletiva e do consumo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), lançou a Década de Ação para Nutrição, compreendendo o período de 2016 a 2025. Um dos seis pilares estabelecidos por ela é a ideia da construção de Sistemas Alimentares Sustentáveis (SAS) para dietas saudáveis (UN, 2016). Para isso, segundo FAO, deve-se englobar o acesso garantido aos alimentos; sistemas de cultivo, produção e distribuição que considerem e respeitem a biodiversidade, a cultura, sazonalidade e que reduzam o desperdício; alcancem a geração de bem-estar, saúde e baixo impacto ambiental; a valorização do cultivo amigável, da agricultura familiar e dos alimentos locais; e a promoção de um comércio justo igualitário (FAO, 2012).

No Brasil alguns passos vêm sendo dados com o objetivo de atender a essa agenda internacional. A Lei 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), destaca nos seus artigos 3º e 4º a sustentabilidade como um dos pilares na garantia do DHAA. (BRASIL, 2006).

No Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, alguns desafios foram traçados com o objetivo de atender a agenda internacional pela sustentabilidade para SAN. Deste modo, promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica, são alguns deles (BRASIL, 2016). Além disso, merecem destaque os esforços empreendidos na criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, uma iniciativa do Governo Federal criada nos anos 2012/2013 para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo, de acordo com o Decreto 7.794/2012, é integrar, articular e adequar políticas,

programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população por meio do uso dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, a alimentação adequada e saudável deve proporcionar aos indivíduos e coletividades, práticas alimentares apropriadas à sua cultura, renda e necessidades biológicas, bem como ser sustentável ao meio ambiente (HEITOR, 2015). Pensar no meio ambiente, na saúde e no alimento de qualidade, requer atenção para o sistema de produção alimentar, que vai desde o seu modo de produção até chegar ao consumidor, necessitando de um processo de produção e desenvolvimento mais sustentável. No que se refere aos modelos agrícolas, a agricultura familiar de base agroecológica, de acordo com Maluf et al. (2015), tem forte potencial para contribuir para o que denominam “Agricultura Sensível à Nutrição”, possibilitando ao agricultor maior autonomia na produção de alimentos, bem como a garantia de sistemas de produção baseados em circuitos que aproximam quem produz e quem consome o alimento.

## 2.2. CULTURA ALIMENTAR, GÊNERO, SABERES E PRÁTICAS PROMOTORAS DA SEGURANÇA ALIMENTAR

A cultura alimentar tem sido compreendida como “o conjunto de representações, crenças, conhecimentos e práticas herdadas e/ou aprendidas que estão associadas à alimentação e são compartilhadas pelos indivíduos de uma dada cultura ou de um grupo social determinado” (CONTRERAS e GRACIA, 2011). Os saberes tradicionais acumulados ao longo de gerações pela população quilombola têm muito a contribuir para o desenvolvimento do país, cabendo ao Estado brasileiro favorecer a afirmação e a autonomia das comunidades quilombolas. Os saberes são elaborados a partir de diversas formas de conhecimento: popular, científico, senso comum e pela experiência. O saber local será, portanto, o resultado da relação dos grupos humanos com os processos fisiográficos e biológicos do meio onde habitam e com o qual interagem, através de suas necessidades e subjetividades (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017).

A cultura alimentar no quilombo Mocambo dos Negros possui especificidades relacionadas ao bioma, aos costumes dos povos da região. A



alimentação é proveniente de diversos ambientes nos quais os povos mantêm relações simbólicas diversas, a citar: a roça, as florestas, os rios, igarapés, lagos e os quintais. Uma parte da diversidade alimentar dos quintais e roças é proveniente do extrativismo, porém ainda nos dias de hoje existe uma lacuna de estudos sobre a cultura alimentar neste quilombo.

Segundo Callegaro (2013,p.163), quando os indivíduos têm uma relação de pertencimento, seja a um grupo, lugar ou mesmo a uma religião, ao se alimentarem, vestirem e ao utilizarem produtos da natureza para a cura dos seus males, mais do que nutrir-se, proteger o corpo e curar suas pendência físicas ou emocionais, eles estão alimentando uma forma de viver e mantendo o patrimônio daquele grupo ou local, tanto através dos conhecimentos envolvidos, o patrimônio imaterial, quanto o patrimônio genético das plantas utilizadas pelos indivíduos e suas comunidades.

A alimentação cotidiana da família quilombola são processos construídos pela experiência e aprendizados próprios de cada grupo social (ROTEMERG; VARGAS, 2014). O comportamento alimentar, entendido como hábitos, conhecimentos e práticas que giram em torno da alimentação, são práticas sociais. Sendo os alimentos marcadores da identidade, o conhecimento sobre os alimentos confere maior liberdade de escolha, preservando a identidade da população, os seus conhecimentos tradicionais, a forma de produção, cultivo, beneficiamento nesse quilombo, lhes confere melhor autonomia ante uma sociedade capitalista.

A Segurança Alimentar, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), simboliza uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades nutricionais e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (BELIK, 2003). Desta forma, é importante perceber que esse entendimento articula duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira se refere aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento) e a segunda diz respeito diretamente à escolha, ao preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde e a utilização biológica do alimento (BURITY *et al.*, 2010).

A cultura alimentar tem caráter universal e todas as sociedades humanas constroem sistemas simbólicos. Dentro desse contexto, a obtenção de alimentos dos

diversos ecossistemas e o reconhecimento da realidade da agricultura familiar, dentro da ideia de segurança alimentar, torna mais viável alcançar os princípios da alimentação balanceada (SÁ, 2010). Dessa forma, cada sociedade respeita ou não seu próprio sistema de produção e acesso aos alimentos, adequando-se às particularidades ambientais dos territórios e ambientes em que vive. Nesse contexto, a concepção de segurança alimentar e nutricional (SAN) envolve um conjunto de temas que abarcam desde a produção do alimento, a comercialização até a presença dele na mesa do consumidor, exigindo, para tanto, atenção à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos, o uso dos recursos ambientais e da base genética do sistema agroalimentar, à degradação ambiental, processo saúde-doença e perfil de consumo alimentar de risco à saúde (BURLANDY, 2007).

Nessa perspectiva, a noção de Segurança Alimentar está alicerçada em reconhecimento da garantia alimentar que significa garantir a todas as condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em condições suficientes, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, por meio de práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência coletiva digna. Dessa forma, a alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano para uma melhor qualidade de vida.

As propostas de Segurança e Soberania Alimentar exigem, de forma diferenciada, condições políticas e econômicas prévias para a sua conquista (MALUF, 1999), a segurança alimentar não é uma condição que se dá indistintamente, mas depende de particularidades das pessoas, a saber: pobre ou rico, homem ou mulher, branco ou negro, morador da cidade ou do campo (ROCHA *et al.*, 2019). Estas condições prévias encontram-se associadas a critérios orientadores das ações promovidas por cada uma das propostas para garantir, desde sua interpretação, também diferenciada, o direito a estar protegido contra a fome (HOYOS, 2017). De acordo com Miranda (2010), os dados sobre a fome no mundo mostram que ela tem cor, sexo, idade e local de moradia.

Uma parcela da população que padece de fome é composta por crianças e idosos [...] reflexo do modelo capitalista, no qual quem não produz, não come. Mas não é só. Há uma hierarquia racial e de gênero

que vai do homem branco a quem tem menos acesso aos bens de consumo da sociedade, que é a mulher negra. O Brasil repete essa tendência com muita força (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017).

Em consonância com essa ideia, Castro (1967) e Sachs (1986) defendem que há necessidade de desenvolver estratégias de desenvolvimento socialmente úteis, ecologicamente sustentáveis e economicamente viáveis, buscando alternativas alimentares que resgatem a extraordinária riqueza da cultura alimentar local, regional e nacional, ideia que estamos perdendo.

No que diz respeito às políticas mais contemporâneas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, é o mais importante representante da segunda geração de políticas, pois surge como um apoio institucional aos agricultores familiares alijados das políticas públicas. Há o reconhecimento da importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, compensando o tratamento desigual que vinha ocorrendo na agricultura brasileira (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015). O PRONAF foi implementado em três modalidades de recursos: crédito, infraestrutura/serviços municipais e capacitação (CUSTÓDIO et al., 2011; GRISA E SCHNEIDER, 2015).

A terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar é a mais importante, onde destacam-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PNAE, a partir de 2009, passou por uma reformulação regida pela Lei nº 11.947, a qual estipulou que, no mínimo, 30% do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar para compor as refeições da alimentação escolar (BRASIL, 2009).

O PAA, instituído em 2003 como parte do Programa Fome Zero, assim como o PNAE, tem atuado no fortalecimento da agricultura familiar (GRISA, SCHNEIDER, 2015; BRASIL, 2016a). O Programa possui como principal finalidade o incentivo à agricultura familiar, bem como o consumo e a valorização de alimentos produzidos por esta (BRASIL, 2003; GRISA, SCHNEIDER, 2015).

Em se tratando do PAA, dando continuidade a esta política, em 2012, o Decreto nº 7.775 o regulamenta, definindo o público beneficiário, a destinação dos alimentos adquiridos e as modalidades de execução do programa, dentre outras providências. O PAA conta com seis modalidades de compra, dentre as quais está

enquadrada a “Compra Institucional” (CI) que prevê, por parte de instituições públicas, a compra alimentos, sementes e outros materiais propagativos da agricultura familiar por meio de chamada pública, dispensando o procedimento licitatório tradicional (BRASIL, 2012a).

No Brasil, a insegurança alimentar é uma das mais graves dificuldades que o país precisa superar. Para isso, faz-se necessário conhecer melhor a realidade da agricultura local para, a partir disso, promover políticas públicas para atuação na agricultura familiar como forma da geração de trabalho e renda.

Nesse cenário, a agroecologia é um suporte importante para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e economicamente viável representada pela agricultura familiar. Para Maluf (1999), a agricultura familiar contempla a dimensão cultural da alimentação, gerando trabalho e renda, diversificando hábitos e formas de cultivo e melhorando a ocupação do espaço. É nesse sentido que a agricultura se torna estratégica, devendo, portanto, ser apreendida em seu conjunto enquanto categoria que, ao revelar o seu potencial para gerar emprego e renda, dinamiza a economia local. Entretanto, com a modernização da agricultura, o êxodo rural, o desmatamento, as urbanizações da zona rural, entre outros, há uma quebra no vínculo criado entre as gerações, dificultando a transmissão dos conhecimentos tradicionais e de hábitos alimentares entre eles (FREITAS; MEDEIROS, 2008).

Segundo o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas (2013), às políticas públicas presentes nesse eixo são: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, Programa Cisternas, Segurança Alimentar e Nutricional, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Assistência Técnica e Inclusão Rural Quilombola – Ater; Selo Quilombos do Brasil, Programa Brasil Local – Economia Solidária. É válido destacar que, dentre estas, o PAA tem sido uma política enaltecida dentro do debate da soberania alimentar, por autores como Estevan Leopoldo de Freitas Coca (2016) e Hannah Wittman e Jennifer Blesh (2015), por ser um tipo de ação promovida pelo Estado com resultados efetivos sobre a soberania alimentar, inovando em termos de promoção da segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável, através de arranjos reestruturadores de mercados voltados para a conquista de estabilidade de mercado e aumento da autonomia produtiva. O PAA foi criado pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e tem por finalidades promover o acesso à

alimentação e incentivar a agricultura familiar, por meio de compras públicas com dispensa de licitação, destinado a pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

Vale salientar que as políticas públicas no Brasil adotam apenas o termo segurança alimentar. Políticas que despontaram no horizonte da soberania alimentar para os povos quilombolas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estiveram contidas em arranjos definidos com o termo segurança alimentar. Esta e outras políticas “universais” passaram a ter enfoque sobre especificidades quilombolas a partir de estratégias de políticas de promoção da igualdade racial, fruto de lutas históricas traçadas pelos movimentos negro e quilombola no país. Esses dados foram importantes para subsidiar a construção de ações voltadas para lidar com a alta vulnerabilidade de insegurança alimentar desses grupos, principalmente por meio do Programa Brasil Quilombola (PBQ). No Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas (2013), a informação sobre projetos voltados para SAN em comunidades quilombolas comportam ações estruturadas em três eixos: 1) Produção; 2) Comercialização; e 3) Consumo. Ademais, no âmbito do PBQ, as políticas de segurança alimentar e nutricional estabeleceram metas de atendimento ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Cisternas.

A garantia da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à diversidade cultural e a preservação da sociobiodiversidade por meio de sistemas de produção e consumo sustentáveis (CONSEA, 2015). Nos últimos anos, questões de segurança alimentar e nutricional vêm se tornando uma das principais preocupações da saúde pública. Na perspectiva de garantir o direito regular e permanente à alimentação adequada, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientalmente, culturalmente, economicamente e socialmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

E neste contexto, tentar fornecer alimentos em boas condições desde o local de produção até o consumidor exige articulação de uma grande rede de trabalho para evitar a deterioração e reduzir a alteração alimentar em todas as etapas de processamentos dos alimentos (Carocho et al., 2015). No entanto, as desigualdades relativas à renda e às condições de vida e os meios de produção, à terra e ao território de Mocambo precisam ser dialogadas com o Plano Plurianual- PPA municipal, e que é com esse instrumento que a prefeitura pode estruturar a construção territorial dessa

comunidade.

Nesse contexto, as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, povos que praticam culturas para autoconsumo, como pescadores, pequenos agricultores, artesãos e outros grupos minoritários integram um grupo populacional que vive em situação de exclusão social, econômica e cultural, aumentando a vulnerabilidade social dessas comunidades (BRASIL 2014c; NOLASCO *et al.*, 2016), e a alimentação é impactada diretamente (MARTINELLE, 2015), aumentando a importância do fomento ao conhecimento sobre alimentação saudável e segura (HOYOS, 2017).

Nesse sentido, a maioria das comunidades quilombolas desenvolveu perspectivas de subsistência diretamente ancoradas em atividades como extrativismo vegetal, caça, pesca, agricultura familiar não diversificada (“roçados”) e criatório doméstico extensivo de pequenos animais (aves, suínos). A maior parte das comunidades, em geral, sobrevive ainda hoje por meio de formas produtivas distintas das relações de trabalho típicas das sociedades capitalistas, formas essas desvinculadas da lógica do mercado ancorada na autossubsistência (ROCHA *et al.*, 2019).

A alimentação torna-se fundamental para a realização do Direito Humanos à Alimentação Adequada (DHAA), bem como para a manutenção da saúde, garantindo a continuidade de uma alimentação cultural e socialmente construída. Nesse cenário, a renda familiar é fator importante quando se pretende estudar os perfis nutricionais de uma população, pois ela influencia a escolha dos alimentos além de definir quantidades a serem consumidas pelo grupo familiar. Os indicadores nutricionais servem de parâmetro para inferir se determinada população tem o seu direito à alimentação adequada.

É preciso refletir a capacidade para meios de produção, acesso físico e financeiro e consumo aos alimentos é incerta ou limitada, causando problemas físicos, emocionais e nutricionais principalmente quando se observa que o medo e a falta de comida vão desde a manifestação da privação alimentar até a fome (VALENÇA, 2017). O problema da fome e da insegurança alimentar tem uma dimensão global e assola bilhões de pessoas no mundo (CARVALHO; SILVA, 2014. p.522).

Nos últimos anos, o tema segurança alimentar e nutricional-SAN tem sido debatido tanto no Brasil quanto internacionalmente (SOARES; SANTOS, 2016), onde

Insegurança Alimentar é definida como a falta ou acesso inadequado de alimentos, que pode ser tanto quantitativo como qualitativo (SILVA; KERNKAMP; BENNEMANN, 2013) e em todas as regiões do Brasil existem excessos e escassez de alimentos (EAD/ENSP, 2013). Já para Ziegler (2012) a parcela da população mais acometida pela fome são os “pobres rurais”, os “pobres urbanos” e as “vítimas das catástrofes”. De modo geral, é possível afirmar que comunidades quilombolas registram índices elevados de pobreza e estão situadas em áreas deficientes no que diz respeito à infraestrutura, incluindo os serviços públicos (ROCHA et al., 2019). Parte dessa situação de pobreza das populações quilombolas se deve à histórica trajetória de discriminação contra a população negra que marca a construção da nação brasileira. Esta mesma realidade é encontrada em Mocambo dos Negros.

Existem várias publicações referentes a normas de direito internacionais, de diferentes instituições, como a finalidade de ajudar no enfrentamento da fome e da desnutrição, e que a fome “é produto dos homens e pode ser vencida pelos homens” (ZIEGLER, 2012). Quando é debatido a temática da fome deve-se ter o entendimento de que não basta a população ter acesso ao alimento, mas que o alimento deve estar presente em qualidade e quantidades adequadas, pois as deficiências nutricionais e a fome podem decorrer tanto por privação de alimentos como por aporte alimentar insuficiente de energia, proteína, lipídios e/ou micronutrientes, que são as vitaminas e os sais minerais.

A fome como uma questão social e política, é fato que esta tradição, infelizmente, é resultado da histórica situação de desigualdade social, condição secular de fome para grandes contingentes populacionais e baixa eficiência na realização de políticas públicas que enfrentasse esta questão de forma estrutural.

Josué de Castro, que durante sua vida, foi médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e, principalmente, ativista do combate à fome, defendia que era necessária uma ação enérgica do Estado para controlar interesses privados e internacionais a favor dos interesses nacionais, com o objetivo de garantir a melhor distribuição da produção de alimentos e a redução das desigualdades regionais (CASTRO, 1967).

Casari; Casari (2011) em seu artigo intitulado “A fome para Josué de Castro e a discussão sobre a segurança alimentar no Brasil” relatam que:

O Brasil vem sofrendo com problemas de fome e de segurança alimentar desde os tempos de sua colonização, problemática esta que

foi pormenorizada por Josué de Castro em seus estudos. Destacando que foi este autor que nos informou que a fome e a guerra são criações do homem e que podem e devem ser equacionadas pela mobilização de vontades políticas e de recursos (CASARIL; CASARIL, 2011, p.22).

No Brasil e em outros países, o combate à pobreza e à exclusão social não é mais considerada apenas obrigação dos governos, mas sim de todos os cidadãos. A percepção da necessidade de erradicar do mundo a mazela da fome, da falta de acesso à educação, à saúde e à garantia dos direitos humanos básicos é generalizada (CARDOSO, 2004).

A cultura alimentar em Mocambo dos negros vem sendo transformada e adaptada de geração em geração, por conta dos fatores ambientais. A trajetória das tradições alimentares se caracteriza por modificações no passar dos tempos devido a fatores diversos. Na memória dos moradores do Mocambo estão guardados diversos momentos que afetaram diretamente, de forma positiva e/ou negativa, a dinâmica alimentar local. No quilombo Mocambo dos Negros o feijão, aipim e milho juntamente com a farinha de mandioca são as principais fontes tradicionais de alimentação. Antigamente havia um maior consumo diário desses alimentos a partir de atividades da agricultura, do extrativismo e da pesca, mantidas pela própria comunidade para sua subsistência e também para troca e comercialização. Os alimentos consumidos refletem as relações sociais, ambientais e econômicas que existem na comunidade e as marcas deixadas são profundas nos moradores local

A alimentação humana é vital para os processos de produção e reprodução da vida e envolve dimensões que não se restringem somente ao fenômeno biológico, da nutrição, do físico, mas que envolvem também elementos socioculturais (AMARAL *et al.*, 2021). Comida não é mercadoria. Comida é patrimônio, exprimem as mulheres em suas práticas produtivas e de agro extrativismo que afirmam o sentido das identidades sociais e das histórias das culturas alimentares (MOTA *et al.*, 2021). Isso quer dizer que a alimentação não abrange somente a dimensão biológica, envolve elementos social e simbólico. Dessa forma, as tradições e os costumes de uma determinada sociedade só podem ser compreendidos se forem contextualizados, levando em consideração as transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas ali.

A produção de estudos em torno do interesse da alimentação tem nos mostrado, a partir de variados temas e campos de conhecimentos, os múltiplos



significados que esse tipo de estudo assume no campo social (MALUF, 1999; MENASCHE, 2015; AMARAL, 2021). De acordo com esses estudos, os conhecimentos mobilizados sobre os recursos naturais e práticas que as mulheres vão construindo em seus territórios são primordiais à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais dos quais dependem para aportar o autoconsumo, garantir saúde da família, renda para o grupo familiar e segurança alimentar (AMARAL *et al.*, 2021).

Ao resgatar a importância histórica das mulheres nas comunidades e na economia, encontram-se referências de sua contribuição no surgimento e desenvolvimento da agricultura e nas transformações decorrentes da sedentarização das sociedades (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017). Ao tratar do assunto, Roberto Da Matta (1986:56) estabelece uma distinção entre comida e alimento, em que “comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se”. Na argumentação de Castells (2002, p. 22), afirma-se que a identidade é “a fonte de significado e de experiência de um povo” e, dessa forma, podemos dizer que as mulheres camponesas ao se constituírem no e pelo trabalho que realizam, experiências e significam seus universos e suas vidas.

As mulheres têm assumido papel protagonista em diversas esferas da comunidade estudada e têm contribuído decisivamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional, dinamizando os processos agroecológicos desse local. A produção de alimentos direcionados ao consumo é parte fundamental de estratégias de reprodução social desenvolvidas por muitas famílias do meio rural e é indissociável da história das mulheres (AMARAL *et al.*, 2021). Maluf (1999), ao ressaltar a questão da Segurança Alimentar e Nutricional<sup>2</sup>, aponta o estabelecimento da relação da identidade cultural contida nas formas de produzir, nas escolhas, na sua preparação e consumo e do importante papel exercido pelas mulheres nesse contexto.

Segundo Ferreira (2016), a agroecologia nos últimos anos tem demonstrado potencial para abrir espaço para que as mulheres enfrentem suas vulnerabilidades e ganhem mais poder nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política. Para Siliprandi (2009), os projetos agroecológicos deveriam não somente

---

<sup>2</sup> Entendida aqui como a garantia de acesso universal regular e permanente a alimentos básicos seguros e de qualidade e em quantidade suficiente para o desenvolvimento integral do ser humano, tendo como base práticas alimentares sustentáveis.

reconhecer as mulheres e suas atividades, mas, sobretudo, destacá-las como sujeitos dos espaços de produção. Apesar da sua importância, elas estão submetidas a uma dinâmica extremamente perversa, uma vez que o sistema alimentar global também se estrutura na invisibilização, exploração e desvalorização do seu trabalho, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva (MARONHAS *et al.*, 2014; CARDOSO; SCHOTTZ, 2014; GT MULHERES, 2008). A invisibilidade do trabalho das mulheres possui efeitos que tocam em sua saúde e aprofundam desigualdades de poder e de acesso a recursos (QUEIROZ, 2019).

Segundo a FAO, a participação das mulheres na produção mundial de alimentos é de 50% e nos países em desenvolvimento essa participação situa-se em 60 a 80%. No Brasil, pode-se afirmar que o reconhecimento da contribuição das mulheres para a construção da agroecologia e para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) é fruto de um longo e amplo processo de luta política (SCHOTTZ, 2014). De acordo com Melo (2009) a agricultura familiar no Brasil, representa 89,3% dos estabelecimentos e, nestes, as mulheres são membros ativos da população. Como também nas áreas rurais a participação da mulher na agricultura chega a 90%, essa tendência tem sido comprovada com o plantio de autoconsumo, associada a também a feminização da pobreza (LAHOZ, 2011).

### 2.3. RELAÇÃO ENTRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A alimentação enquanto expressão da cultura de um povo foi tema e elemento folclórico desde o surgimento da escrita (CARDOSO, 2004). Mais recentemente, os alimentos saudáveis passaram a ser relacionados a um sistema alimentar que seja economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo, contemplados por uma alimentação sustentável. Nesse contexto, Valença (2017) sugere que o conceito de Segurança alimentar e nutricional vai além da discussão da qualidade e quantidade de alimentos consumidos, incluindo também o direito de acesso aos recursos e aos meios para produzir estes alimentos.

A alimentação é direito de todo ser humano, e esses direitos estão presentes na legislação recente do Estado brasileiro, com destaque para a Lei 8.080, de 19/09/1990 (GUERRA, 2016; BRASIL, 1990). Nessa direção, entende-se que a alimentação se configura como um fator condicionante e determinante da saúde, e

que as ações de alimentação e nutrição devem ser desempenhadas de forma transversal às ações de saúde, com formulação, execução e avaliação das atividades e responsabilidades do sistema de saúde.

Nessa perspectiva, a alimentação de comunidades tradicionais é composta por uma imensa diversidade de conhecimentos empíricos e gostos, que vão muito além das necessidades fisiológicas (ARAÚJO, 2012) e que devem ser respeitadas. A alimentação é um dos pilares para a manutenção da vida, influenciando no estado de saúde do ser humano, onde a falta de conhecimento das propriedades nutricionais de um alimento e o seu desperdício provocam uma perda de toneladas de recursos alimentares, situação essa que vem ocorrendo em vários países (BRASIL, 2003).

A história humana está relacionada à manutenção da vida (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017). As escolhas alimentares de comunidades rurais e quilombolas estão intimamente ligadas com a produção agroextrativista, os alimentos produzidos nos roçados e/ou nos quintais, inscrevem os quilombolas em seu espaço físico, incorporando aquele território também pelo ato de comer (LIMA, 2015; CARVALHO, 2010; RAMOS, 2007).

A cultura alimentar das comunidades quilombolas, além de seu caráter regional, traz também uma identidade de pertencimento étnico racial. Segundo Contreras (2006), a cultura alimentar está construída por representações, crenças, conhecimento e por práticas herdadas ou aprendidas que estão associadas à alimentação e são determinadas por um grupo social (CONTRERAS, 2006). Os hábitos e práticas alimentares de um ser humano, de sua família e de sua comunidade são um produto da sua história e da vida de seus antepassados, um reflexo da disponibilidade de alimentos e da água na localidade onde residem, e de sua capacidade econômica de ter acesso aos mesmos (VALENTE, 2002 P.103).

A segurança alimentar e nutricional (SAN) é um conceito que está sendo discutido mundialmente, definido como indicadores de bem-estar humano e qualidade de vida. A SAN descreve as condições nutricionais, sociais, ambientais e econômicas necessárias para uma alimentação adequada em uma determinada população, sendo fundamental promover a alimentação adequada e saudável do ponto de vista da saúde e do respeito à cultura alimentar (GUERRA, 2016). Nesse cenário, as desigualdades sociais marcantes no território brasileiro, sobretudo entre os grupos tradicionais e minoritários, são apontadas como condicionantes da situação de

insegurança alimentar dessa população (SILVA; GUERRERO; GUERRERO; TOLEDO, 2008).

Mais do que pensar em soberania alimentar, Breilh (2016) e Barbosa (2021) propõem o termo soberania agrária, que abarca, além do controle de volumes, cotas e destino da produção e do abastecimento do mercado interno, o conjunto de relações necessárias à reprodução social e ao direito coletivo, justificando que:

A agricultura não apenas produz fertilidade, não só gera biomassa, a agricultura reproduz relações de metabolismo com a natureza, ajuda a determinar as relações cidade campo; contribui para produzir e reproduzir características culturais, cosmovisões, valores; além disso, produz sistemas organizativos como suportes sociais e relações de poder. A agricultura é parte da materialidade da cultura e da formação do saber e dos conhecimentos. Tudo isso deve estar sujeito à definição soberana, autógena e informada dos produtores e consumidores dos alimentos de uma sociedade. São todos esses os espaços onde se deve exercer soberania (BREILH, 2016, p. 364; BARBOSA, 2021).

No Brasil, a história da alimentação e da produção agrícola com foco na agrobiodiversidade na área alimentar, é um tema que possui uma diversidade de vieses a serem discutidos (CALLEGARO; LOPEZ, 2017), uma vez que a agroecologia contempla um conjunto de conhecimentos vinculados a uma reconstrução ecológica da agricultura, mas também envolve elementos complexos de natureza social (CARVALHO *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, a criação de mercados institucionais para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>3</sup> e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>4</sup>, além da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)<sup>5</sup> se constituem como políticas fundamentais para o

---

<sup>3</sup>O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi estabelecido pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, como uma das ações do programa Fome Zero e tem como principal objetivo o fortalecimento da agricultura familiar.

<sup>4</sup>No conjunto dos programas de SAN vigentes no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é destacado como estratégico para a realização do DHAA. Isto porque o PNAE abrange um número significativo de escolares, da qual parcela predominante são crianças e adolescentes de baixa renda em condições de maior vulnerabilidade biológica e social, requerendo mais atenção do poder público. O PNAE também é destacado por sua longevidade, uma vez que figura entre os programas sociais mais antigos do Brasil. Implantado em 1955, o programa possui mais de meio século de existência.

<sup>5</sup>A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) ) com a publicação do decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012, tem por objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando melhoria de qualidade de vida à

fortalecimento da agricultura familiar camponesa e da agroecologia (BRASIL, 2016), e são frutos da mobilização e participação da sociedade civil organizada na consolidação de políticas públicas específicas voltadas para a agricultura familiar (BARBOSA, 2021). Vale ressaltar que os agricultores familiares geralmente cultivam de forma a integrar diversos tipos de cultivos tanto para consumo familiar, quanto pensando em obtenção de renda financeira por meio da comercialização de parte da produção

Os sistemas de produção agroecológica contribuem para melhorar a segurança alimentar e a nutrição humana, e amplia o número de espécies nativas utilizadas na alimentação para mitigar os problemas relacionados à dieta monótona e resgatar o valor cultural dessas espécies, frequentemente relacionados aos saberes dos povos tradicionais (FRISON, 2016; FAO, 2017). Ao analisar a relevância da produção e consumo dos alimentos tradicionais, na contemporaneidade, como uma manifestação cultural no espaço geográfico, Menezes e Cruz (2017, p. 26) asseveram que “essas estratégias ou (re) conversões aliam práticas culturais fundamentadas no saber-fazer difundido localmente com o objetivo de gerar renda e permitir que esses grupos ou famílias possam continuar no seu lugar de vida e trabalho”.

A agroecologia, que emerge na década de 1970, é uma proposta teórico-científica em construção e desenvolvida em paralelo às lutas dos movimentos sociais, que buscam transformar os sistemas de produção agroindustriais em direção a um paradigma alternativo baseado na produção local e territorial. Os sistemas de produção baseados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes energeticamente, socialmente justos e constituem a base de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à soberania alimentar (GLIESSMAN, 2007).

Como um novo campo de estudo, o processo de redesenho dos agroecossistemas e construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, reforçando a necessidade de valorização e reconstrução do conhecimento da população local para promoção de processos de transição agroecológica (GUZMÁN, 2001; SANTA RITA, 2021). Neste modelo, as comunidades camponesas com suas

práticas ancestrais de manejo da terra e dos animais, bem como diversidade cultural e saberes populares, fortalecem a agroecologia e se encaixam como modelo agroecológico que pode ser usado como norte no período de transição, respeitando as particularidades de cada realidade socioambiental.

O uso de práticas agroecológicas pelos agricultores nos seus sistemas de produção e o consumo desses alimentos pela população podem ser vistos como uma estratégia que poderá auxiliar na promoção da saúde e da sustentabilidade ambiental (SIMÃO; NUNES, 2020; SANTA RITA, 2021). No entanto, a disponibilidade inadequada dos alimentos não é a maior fonte de insegurança alimentar no mundo.

A maioria das pessoas de comunidades quilombolas que se encontra em estado de insegurança alimentar reside em regiões ou países que produzem ou dispõem de alimentos em quantidade suficiente. Uma grande parte da população mundial se encontra em situação de insegurança alimentar (INSAN) e se mantém sem condições adequadas para atender às suas necessidades alimentares, com baixa qualidade de vida (FAO, 2017). O que lhes falta é o acesso adequado a esses alimentos (ROCHA et al., 2019). Dessa forma, o acesso aos meios de produção, à terra, aos recursos financeiros, bem como aos alimentos é limitado, gerando vulnerabilidade físicas, emocionais e nutricionais o que potencializa o medo da população com relação à privação de alimento e fome (VALENTE, 2002).

Estudo recente de caráter censitário identificou que, para a maioria das comunidades, quanto menor o isolamento e distanciamento de capitais e centros urbanos, melhores são as condições de vida, a segurança alimentar e nutricional e o acesso a programas e serviços sociais (BRASIL, 2014a). Desse modo, a agroecologia desenvolve um papel fundamental na agricultura moderna, por conta dos diversos benefícios que ela proporciona. Isso inclui a adoção de práticas sustentáveis que buscam modificar as formas convencionais de produzir alimentos. Adotar o sistema de produção da agroecologia parte do princípio de pensar no coletivo e não apenas no individual, priorizando a agricultura familiar, a qualidade de vida dos trabalhadores, a preservação de comunidades tradicionais, além da conservação do meio ambiente e da qualidade dos produtos (FAO, 2014). A FAO acredita que a agroecologia é uma resposta fundamental para orientar a transformação sustentável de nossos sistemas alimentares. De modo, que, a organização integra abordagens agroecológicas em 15 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2030.

Mais recentemente a mesma agência, sistematizou em cinco os princípios da agricultura e alimentação sustentável: (1) melhorar a eficiência na utilização dos recursos (2) desenvolver ação direta para conservar, proteger e melhorar os recursos naturais, (3) proteger e melhorar os meios de subsistência rurais e bem-estar social, (4) elevar a resiliência de pessoas, comunidades e ecossistemas e (5) aprimorar e tornar eficientes os mecanismos de governança (FAO, 2014).

A promoção de SAN, que, por si só, compreende a sustentabilidade em suas várias dimensões, somada aos ODS remetem a discussões sobre reconexão entre produção e consumo de alimentos, juntamente com o encurtamento da cadeia de abastecimento de alimentos, onde entra a agricultura familiar que tem sido pauta das políticas públicas brasileiras nos últimos anos. Desse modo compreender em que medida o declínio dos indicadores sociais e ambientais estão contribuindo para que o Brasil volte ao mapa da fome e assim apresenta entraves para o alcance dos ODS, especialmente esses que estão relacionados com a alimentação e sustentabilidade (JACOB et al., 2018).

Para a Telles *et al.*, (2019), a biodiversidade para alimentos e agricultura é indispensável à segurança alimentar, ao desenvolvimento sustentável e ao fornecimento de muitos serviços ecossistêmicos vitais, e assume papel estratégico frente aos efeitos das mudanças climáticas. Nesse sentido, a transição para uma agricultura sustentável baseada em abordagens agroecológicas engloba uma complexa reflexão da correlação entre os modos de produção e de organização social, característicos da agricultura familiar, com o manejo dos agroecossistemas baseados em princípios ecológicos (SCHMITT, 2013; SANTA RITA, 2021).

Nossa legislação em defesa da segurança alimentar e nutricional (SAN), aprovada em 2006, a define como a ampliação da produção da agricultura tradicional e familiar, a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos, a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população. Neste sentido, incluem-se os grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social, o estímulo a práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; e a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do país (SILVA, 2019).

Os princípios que orientam as práticas agroecológicas devem atender principalmente os aspectos socioeconômicos, agrônômicos, valores culturais, éticos e tradicionais. O princípio da vida destaca a natureza como o espaço de reprodução de todas as formas de vida e, por isso, deve ser respeitada. A Agroecologia valoriza e articula o tradicional a partir do momento que incorpora os processos históricos garantindo a sustentabilidade do meio ambiente.

“A agroecologia une ambas as características e, com isso, garante um risco mínimo de degradação sobre a natureza e a sociedade, diferentemente do que acontece com a artificialização dos ecossistemas, por um lado, e os mecanismos de mercado, por outro. Mesmo assim, o endógeno não pode ser visto como algo estanque que rechaça o externo. Ao contrário, o endógeno digere o de fora, mediante a adaptação a sua lógica etnoecológica de funcionamento, isto é, o externo passa a incorporar-se ao endógeno, quando tal assimilação respeita a identidade local e, como parte dela, a autodefinição de qualidade de vida. Somente quando o externo não agride as identidades locais, se produz tal forma de assimilação (GUZMÁN, 2005, p. 128).

Dessa forma, aliado ao princípio do direito humano à alimentação adequada (DHAA) - entrelaçando aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, sobretudo em relação ao cuidado (das pessoas e da natureza) do produzir alimentos, do se alimentar e alimentar aos demais, do comer individual e/ou coletivamente, do nutrir corpo e mente, de garantir os direitos conquistados, mas, também, de reivindicar outros – ganham força (MOTA *et al.*, 2021).

Diante do novo cenário político e de pandemia de Covid 19, a soberania e segurança alimentar das comunidades tradicionais ficam ameaçadas, figurando entre as políticas públicas apenas como uma bandeira política que carrega como traços fundamentais os direitos humanos garantidos, tais como direito ao território tradicional, ao DHAA, à produção de alimentos, dentre outros.

A destruição dos agroecossistemas bem como a criação de ambientes alterados comumente utilizados no atual modelo de produção (sistema alimentar de produção industrial) e consumo de alimentos (e de não alimentos) são, no limite desta crise, aspectos que precisam ser questionados, discutidos no universo da comunidade investigada. Mais recentemente, em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), sublinhou o relevo do tema



da SAN em seu plano de ação. A meta dois da agenda trata diretamente do tema: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Esta meta propõe uma abordagem multidimensional da SAN ao reconhecer suas relações com a agricultura sustentável, comércio justo, promoção da igualdade de gênero no campo, consumo, eficiência de produção, manejo de resíduos e redução do desperdício, mudanças climáticas, uso e privatização de recursos naturais, diversidade genética e cultural (ONU, 2015).

A relação entre alimentação e desenvolvimento sustentável é fortalecida e solidificada quando se analisa os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois dos dezessete objetivos, doze possuem relações com a produção de alimentos. Podemos citar: erradicação da pobreza (objetivo 1); fome zero e agricultura sustentável (objetivo 2); saúde e bem-estar (objetivo 3); cidades e comunidades sustentáveis (objetivo 11); consumo e produção responsáveis (objetivo 12); ação contra a mudança global do clima (objetivo 13). Sendo que o principal esforço está em erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões e alcançar a segurança alimentar, como prioridade para cessar com todas as formas de desnutrição. Os ODS almejam sua completude até 2030 (UN, 2015).

Dentro desse contexto, a exploração de recursos naturais na comunidade de Mocambo dos Negros, vem trazendo um importante alerta quanto à degradação ambiental, de fauna e flora, por isso, faz-se necessário ações protetivas e respeitadoras da biodiversidade e dos ecossistemas desse quilombo. Assim, é preciso promoção de ações de SAN, tais como: aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar; apoio à implantação e gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); apoio a projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para comunidades tradicionais; implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos e que essas ações sejam culturalmente aceitáveis, acessíveis, economicamente justas e acessíveis, nutricionalmente adequadas, seguras e saudáveis, além de promoverem a otimização dos recursos naturais (FAO, 2010).

Para que haja a promoção de SAN, que compreende a sustentabilidade em suas várias dimensões, somada aos ODS remetem a discussões sobre reconexão entre produção e consumo de alimentos, juntamente com o encurtamento da cadeia de abastecimento de alimentos, onde entra a agricultura familiar que tem sido pauta

das políticas públicas brasileiras nos últimos anos. Desse modo, compreender em que medida o declínio dos indicadores sociais e ambientais estão contribuindo para que o Brasil volte ao mapa da fome e assim apresenta entraves para o alcance dos ODS, especialmente aqueles que estão relacionados com a alimentação e sustentabilidade.

#### 2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

No Brasil, a implementação de algumas políticas sociais que articulam gastos públicos com a aquisição de alimentos e a geração da produção local da agricultura familiar, agem no sentido de serem geradores do desenvolvimento local (BELARMINO e SILVEIRA, 2020). Essas políticas visam reduzir as diferenças sociais, auxiliar no combate à fome e à miséria, que consiste na máxima manifestação da insegurança alimentar e nutricional. Nas duas últimas décadas o Brasil vinha sendo destacado frequentemente por organizações internacionais multilaterais pela estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido “exportados” para outros países. A geração de políticas com enfoque em ações de cunho social e assistencial tem sido indicada por analistas e mesmo por gestores públicos como responsáveis pela redução da pobreza e da desigualdade no meio rural (GRISA, 2015).

Conforme evidenciado por Grisa (2012), a construção das políticas públicas para a agricultura resultava basicamente das representações de mundo e do setor (referencial global e setorial) oriundas de gestores públicos, acadêmicos e representantes de grupos de interesse, o que deu forma ao um referencial setorial direcionado para a modernização da agricultura. Seguindo Schneider, Shiki e Belik (2010), este é o contexto que permitirá a emergência de uma primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, as quais apresentaram um referencial setorial basicamente agrícola (crédito rural, seguro de produção e de preço) e agrário (política de assentamentos de reforma agrária).

As populações tradicionais, dentre elas os quilombolas, têm emergido com força necessária através dos muitos movimentos sociais e políticos para que novos olhares possam retirá-los da invisibilidade a que estão submetidos desde seus ancestrais. E é nesse contexto que Mocambo dos Negros vem buscando condições de reprodução social com base na terra e na produção agrícola para o

desenvolvimento do seu território. Dessa forma, as políticas públicas refletem, portanto, o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição (GRISA, 2015).

A diversidade desses atores sociais constitui um universo plural e constrói-se uma representação da realidade sobre a qual se intervém e é através desta imagem, denominada “referencial de uma política pública”, que os atores interpretam o problema, confrontam possíveis soluções e definem suas ações (GRISA, 2015). É possível constatar também, na cultura brasileira, as especificidades associadas à cultura das classes pobres, que se manifesta no predomínio dos valões de troca, no interesse pelo outro e no rearranjo das condições cotidianas concretas que acompanham os meios materiais de sobrevivência, como salienta Bosi (1983 apud CALLEGARO; LOPEZ, 2017). Valente (2002) também situa a relação do ser humano com o processo alimentar, o qual representa “um rico ritual de criatividade, de partilha, de carinho, de amor, de solidariedade e de comunhão entre os seres humanos e deles com a própria natureza”.

Valente (2002), em suas referências à garantia do direito à segurança alimentar da população, ressalta o quanto o alimento é fundamental ao ser humano, devendo este, além de ser seguro e saudável, estar relacionado com a cultura dos indivíduos, de sua religião e origem étnica. Sendo assim, a situação de pobreza tem sido considerada um indicador indireto de Insegurança Alimentar e Nutricional (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011; FAO, 2014). Além disso, a situação de pobreza, associada à Insegurança Alimentar e Nutricional tem sido avaliada por meio de valores monetários mínimos necessários para aquisição de alimentos e de outras necessidades essenciais da família, como saúde, moradia, educação, vestuário, medicamentos, entre outras (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011; TRONCO; RAMOS, 2017).

No Brasil, a situação de pobreza pode ser avaliada ao considerar a renda familiar em relação ao salário mínimo vigente, sendo que a renda familiar per capita inferior a 1/2 salário mínimo é indicativa de pobreza e a inferior a 1/4 de salário mínimo indicativa de extrema pobreza (MALUF, 1999). Internacionalmente, a situação de pobreza é definida quando a renda é inferior a dois dólares per capita/dia e extrema pobreza quando inferior a um 1,25 dólar per capita/dia (WORD BANK, 2004).

Ainda, pontos de corte para inserção em programas sociais, como de transferência condicionada de renda, também têm sido utilizados como indicativos de pobreza. Ressalta-se que estes valores utilizados sofrem alterações ao longo dos anos, sendo o valor vigente atualmente de R\$1.780,00 como indicativo de pobreza e R\$89,00 como as famílias com menores condições econômicas apresentam maior parte de sua renda comprometida com a aquisição de alimentos (SILVA, 2014).

A intensificação e expansão da pobreza e das desigualdades provocadas pela Covid-19 requerem uma presença maior do Estado na execução de políticas públicas que assegurem proteção social às pessoas em maior vulnerabilidade. Em meio à pandemia da COVID-19 a situação desfavorável da população negra se torna mais evidente, não se perdendo de vista a fragilidade das informações no que tange o critério raça/cor. Contudo, sabe-se que este grupo populacional com sua diversidade experiência os efeitos mais danosos frente a atual conjuntura – visto que as comorbidades prevalentes dos negros e negras, bem como o histórico de descaso manifestado pelas diversas facetas do racismo estrutural institucionalizado e no cotidiano que incide na vulnerabilidade social e econômica, resultam em ausência de direitos e dificuldade de acesso/ assistência à saúde e reverberam na exacerbação da profunda desigualdade racial e contexto epidemiológico negativo em relação a outros segmentos étnicos-raciais da sociedade (ABRASCO, 2020; GOES et al., 2020).

No Brasil existem algumas políticas públicas voltadas para o âmbito da segurança alimentar e nutricional, a exemplo: o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), porém a fome impõe a emergência de uma política alimentar mais efetiva, que não tenha apenas a função de atenuar e reparar os deslizos e erros mais berrantes, acometidos com o tempo, através de programas simplesmente assistenciais (CASTRO, 1984).

O extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Combate à Fome relatava que educação alimentar e nutricional (EAN) é um cenário de ação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Promoção da Saúde, sendo reconhecida como uma metodologia a ser trabalhada para se alcançar prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais, valorização das culturas alimentares, o fortalecimento de hábitos alimentares regionais, a redução do desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável, a alimentação saudável, etc. (BRASIL, 2012). Ignorando esta longa história da humanidade e de sua

relação com a natureza, há, atualmente, uma homogeneização dos hábitos alimentares que interferem na cultura e nas economias locais (CALLEGARO, 2013).

No Brasil e em outros países, o combate à pobreza e à exclusão social não é mais considerada apenas obrigação dos governos, mas sim de todos os cidadãos. Na localidade de Mocambo dos Negros, ações efetivas de políticas públicas governamentais específicas são parcas; e os órgãos não governamentais que poderiam dialogar com a temática étnico-racial, ainda são indiferentes às abordagens nesta perspectiva. Diante desta conjuntura, a Pastoral da Terra contribuiu como o principal colaborador no fomento da rememoração da história e seu (re) conhecimento, buscando registrar e sensibilizar a comunidade quanto à valorização da autoestima e de seu patrimônio histórico-cultural. A pobreza é considerada a maior causa da insegurança alimentar e nutricional (INSAN), por dificultar o acesso aos alimentos e aos meios de produção, e impedir o cumprimento de um direito básico, que é a alimentação. A percepção da necessidade de erradicar do mundo a mazela da fome, da falta de acesso à educação, à saúde e à garantia dos direitos humanos básicos é generalizada (CARDOSO, 2004).

Nesse contexto, as políticas sociais nunca chegaram a ser efetivamente universais (ROCHA *et al.*, 2019), adequada à sua historicidade, e o Estado nunca teve legitimidade em suas políticas, de forma a se traduzir em uma política clientelista, assistencialista, sem regras claras.

Nesta perspectiva, a realização plena do direito humano à alimentação adequada (DHAA) propõe que sejam asseguradas para as pessoas em condições de vulnerabilidade para que as pessoas não só estejam livres da fome, mas também tenham acesso a comida de verdade. A fome é um “problema tão velho quanto a própria vida” (CASTRO, 1984, p.5), e “assemelha-se ao crime organizado” (ZIEGLER, 2012, p.19). A fome é a exclusão, é a desnutrição, são mazelas que repercutem diretamente no âmbito socioeconômico de uma população, pois pessoas que sofrem essas moléstias são excluídas do sistema de educativo, do mercado de trabalho (HOYOS, 2017).

Nesse contexto, a ocorrência da fome e as dificuldades para o atendimento das necessidades nutricionais da população são problemas que vêm desafiando os governantes (ARRUDA; ARRUDA, 2011), gerando conflitos e aumentando os índices de pobreza entre a população. Tal situação é fator relevante para definição do

desenvolvimento econômico de uma nação, o que será refletido no bem-estar e no poder de compra. Em comunidades tradicionais, o modo de vida, embora ligado à terra e à sua produção, reflete as condições econômicas do país em que elas estão inseridas.

## 2.5. PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas são fortemente assoladas por questões de insegurança alimentar, proveniente da falta de acesso e disponibilidade à uma alimentação adequada em quantidade, qualidade e regularidade. Tal situação se agrava nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (FABRIS, 2016). A limitação no acesso aos alimentos e recursos necessários para obtê-lo reflete o descumprimento das diretrizes do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (SILVA *et al.*, 2017). Por DHAA, compreende-se o acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e recursos básicos necessários, como emprego, terra e água para garantir continuidade nesse acesso. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada, entende-se que ela considere o contexto econômico, social e político, com respeito às condições culturais, climáticas e ecológicas (CONSEA, 2014).

Isso pode ser visualizado diante do incentivo ao fortalecimento da agricultura familiar local, importante para a valorização da biodiversidade regional e estímulo à sazonalidade dos alimentos, tendo em vista que o atual modelo de agricultura se baseia na utilização intensiva de agrotóxicos e na desvalorização da prática da rotação de culturas (GRIEBLER, 2018). Nesse contexto, a agroecologia se constitui em um novo paradigma na agricultura e nos modos de vida estabelecidos, centrada na construção de modos sustentáveis de produção agrícola e extrativista, em suas dimensões ecológico-produtiva, sociocultural que se situa na interface da ecologia e da agronomia clássica, que se pauta pela busca do desenvolvimento rural sustentável (COSTA, 2017).

Além disso, as técnicas de cultivo, fabricação, produção de alimentos e resíduos, além do consumo de alimentos e dos respectivos resíduos gerados ao longo do sistema agroalimentar podem impactar negativamente na manutenção dos recursos naturais em longo prazo, bem como nas escolhas alimentares. Nesse âmbito, cabe à população que juntamente com políticas públicas voltadas atuar

nessas questões a fim de promover o desenvolvimento de um sistema alimentar seguro, contínuo e sustentável (NAVES, 2014).

A agroecologia releva a observância e o respeito aos conhecimentos e acúmulos da ecologia na orientação da produção agrícola, adotando uma abordagem que busca integrar os “princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos na compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas, e sobre a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2012, p.23). Na perspectiva da agroecologia, as plantas alimentícias não convencionais são denominadas por algumas pessoas como sendo espontâneas, e consideradas vitais na sucessão ecológica, ciclagem de nutrientes, manejo ecológico de pragas e doenças, bem como nos usos múltiplos. O incentivo ao consumo das plantas alimentícias não convencionais, além de assegurar sua proteção, por serem restritas a determinadas localidades ou regiões, pode contribuir para a soberania e segurança alimentar e nutricional da população humana, pois são alimentos acessíveis e de baixo custo, de fácil cultivo, muitas destas com alto valor nutricional (KINUPP; BARROS, 2008).

Em estudo recente, Souza avaliou a agrobiodiversidade presente na comunidade quilombola de Raiz (SOUZA, 2018), encontrando o manejo de mais de 80 espécies de plantas comestíveis, com destaque para algumas que possuíam pelo menos 5 variedades como a cana-de-açúcar, a banana, o feijão e a couve. Essa diversidade se mantém pela inclusão nos cardápios diários e festivos da comunidade e da manutenção das habilidades culinárias relacionadas ao preparo desses alimentos (PACHECO, 2010).

Muitos recursos alimentares não convencionais, espécies de hortaliças e frutas, no passado foram amplamente utilizados na dieta alimentar, principalmente de famílias rurais (MENDES, 2006), mas com o passar dos anos, se perderam em função de alterações no hábito alimentar das populações rurais (BALSAN, 2006; GIRALDI, 2012) em associação com os hábitos e modos de vida modernos. Dessa forma, colocar em discussão alimentos utilizados pelos moradores mais antigo fortalece as relações positivas entre as famílias agricultoras e o ambiente que estão inseridas, com olhar crítico e reflexivo a respeito de um sistema alimentar sustentável como promotor de uma alimentação mais saudável e adequada e SAN (RIBEIRO et al., 2017).

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2017), a abordagem democrática dos debates sobre a situação alimentar da população brasileira propiciou,

através de um processo participativo, a construção da perspectiva atual sobre SAN. Nesta, parte-se do entendimento da sua essencialidade para a proposição de estratégias dentro do plano político-econômico e governamental com vistas para a garantia do DHAA em suas múltiplas dimensões, priorizando não somente o acesso ao alimento, mas também à renda, fortalecimento da agricultura familiar e mobilização e controle social.

Assim, a discussão sobre a plantas alimentícias utilizadas pelos antepassados e a SAN oportuniza a participação de pequenos produtores, com promoção da saúde, da boa nutrição da população e da articulação com as políticas públicas (OLIVEIRA, 2017) e faz com que a população resgate práticas alimentares e produtivas. Agroecossistemas que recompõem a biodiversidade local geram progressiva autonomia para produção, consumo e renda do agricultor, propiciando assim, sustentabilidade alimentar, saúde e qualidade ambiental” (POUBEL apud MIRANDA, 2010).

Ao considerar que o impacto da alimentação na saúde abarca variados fatores, o tipo de produção e abastecimento de alimentos, bem como sua interferência nos recursos naturais e questões socioeconômicas, a junção do saber popular a nutrição social, com foco no sujeito, promove a retomada da identidade e cultura alimentar (CASEMIRO *et al.*, 2015). Nesse pensamento, o interesse em pesquisar sobre o conhecimento que populações tradicionais detêm tem crescido nos últimos anos, devido a base empírica desenvolvida por essas plantas não convencionais servir para uma melhor compreensão científica da suas existências e caracterização quanto a uso, manejo e valor nutricional (AMOROZO, 2002). Desta forma, buscar os saberes sobre plantas alimentícias não convencionais na comunidade de Mocambo dos Negros é de grande relevância para a manutenção e permanências dessas famílias no campo, além de registrar e divulgar esses saberes e práticas, visto que não há na literatura nenhum estudo a respeito dessas plantas alimentícias na região do quilombo de Miguel Calmon na Bahia.

## 2.6. COMIDA E MEMÓRIA COMO PATRIMÔNIO DE UM POVO

No século XIX, dizer-se negro é ainda identificar-se com a memória da escravização, marcada em práticas culturais e na pele de milhões de brasileiros. O



manejo do solo, o plantio e a culinária desses povos e os modos tradicionais de viver, a memória de luta e resistência tão vivenciada pelos quilombos, faz com que os alimentos sejam marcados por suas identidades, lugares e o conhecimento que resulta na liberdade da escolha. Esses valores estão sendo ignorados, ou mesmo esquecidos à medida que são negados os seus direitos de pertencimento, ou mesmo quando são desqualificados.

Essa relação de pertencimento vivida nos quilombos é uma forma de se sentir parte do lugar, e, com isso, representar parte desse patrimônio. Conhecer os patrimônios locais é o indício de um posicionamento frente à homogeneização cultural, podendo constituir o primeiro passo para o fortalecimento das identidades individuais e coletivas. A maneira como as populações rurais se relacionam entre si e com o ambiente revela uma identidade própria, manifestada por hábitos e costumes locais, e muitas são as mudanças ocorridas na cultura do rural, sendo importante ressaltar que alguns hábitos permanecem e são passados de geração para geração (REDIN *et al.*, 2021).

Os hábitos e práticas alimentares, por exemplo, sejam elas antigas ou recentes, resultam em tradições culinárias e insere o indivíduo a um contexto social e cultural, afirmando a sua identidade e o espaço no grupo ao qual pertence (SANTOS, 2005; REDIN *et al.*, 2021). Nesse contexto, a forma de se alimentar, de vestir-se e mesmo na maneira como usar os alimentos da natureza, entre eles a plantas medicinais e alimentícias é fundamental para conferir identidade a essa comunidade, constituindo assim um patrimônio imaterial que pode unir elos entre as pessoas da comunidade de Mocambo dos Negros com outras comunidades do município de Miguel Calmon.

Autores como Freitas e Pena (2007) defendem que a produção e a reprodução de crenças alimentares se configuram como elementos essenciais da identidade sociocultural, porém não estão deslocadas dos valores do mundo globalizado, ou seja, essa dinâmica possibilita uma mediação entre as tradições e novos padrões alimentares. Diante disso, no Brasil, encontra-se um imenso mosaico construído em cinco biomas distintos, a partir das influências indígenas, africanas, europeia e latino-americana, nos quais se misturam alimentos, temperos, linguagens, construções, hábitos, valores, crenças, objetos artesanais, utensílios de trabalho, arte e modos de ser, fazer e relacionar-se, assim resultando numa complexa teia cultural

(CALLEGARO; LÓPEZ, 2017).

Para Canesqui e Garcia (2005), o alimento é permeado tanto pelas crenças acerca das suas propriedades, valores sociais, morais e de comportamento, quanto pelas relações sociais entre gênero e grupos etários. Logo, para essas mulheres existem os alimentos permitidos e os proibidos, assim como comportamentos. Braga (2004) faz uma reflexão sobre a “comida” como fenômeno social e cultural, portanto objeto da antropologia, e o “alimento” relacionado ao biológico, quando estuda a fisiologia e a saúde, objeto da Nutrição.

Nesse contexto, os alimentos apresentam uma simbologia com características ancestrais, significados e valores no quilombo. O Caruru é um dos alimentos preparados pela população em devoção ao sagrado, finalizando com a promessa da oferta desse alimento durante sete anos. Este alimento durante esse período é oferecido às crianças durante o ritual da refeição. Aquilo que é oferecido como alimento revela não só as identidades, mas também as crenças de um povo. Dessa forma, ao observar o ato de alimentar-se de uma pessoa, pode-se ter informações referentes a ela, sua origem, costumes, e mesmo a sua religião (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017).

Assim, ao estabelecer uma estreita relação entre sociedade, natureza e cultura, orientada pela sustentabilidade da vida humana e dos ecossistemas, a agroecologia, em consonância com o princípio da soberania alimentar, promove um processo de resignificação da comida, lançando luz sobre a interdependência entre os sistemas alimentares e os diferentes modos de viver, produzir e comer (GIORDANI *et al.*, 2017).

Para as comunidades tradicionais, a comida de verdade “é aquela que vai erradicar a fome e promove alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e paz entre os povos”, o Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MANIFESTO, 2015). Portanto a comida de verdade é aquela produzida pela agricultura familiar, com manejo do solo adequado, não utilizando agrotóxicos, ou seja, uma alimentação de base agroecológica. Para Dias *et al.* (2018), o manifesto também conseguiu expressar como as diferentes dimensões que compõem a SSAN se conectam e envolvem, portanto, um conjunto amplo de direitos, que vão desde o acesso à terra, ao território e às sementes até o respeito e a proteção às culturas alimentares, que abrangem múltiplas identidades, saberes, sabores e

fazerem.

As práticas alimentares da população brasileira na contemporaneidade, desde o acesso até o consumo dos alimentos, apresentam relações diretas com o estado nutricional e de saúde. As práticas alimentares, entretanto, não são naturais, são culturais, elaboradas em torno da comensalidade das gramáticas dietéticas, classificações e categorizações variadas, advindas de diferentes origens e com diversas finalidades (ROMANELLI, 2006). A preservação dos hábitos alimentares ancestrais estabelece não somente a forma das comunidades quilombolas garantirem a sua representação na sociedade, mas também a conservação da população como território étnico-cultural pertencente à própria identidade (ARAÚJO, 2012).

Dentro desse contexto, a cultura alimentar tem caráter universal e todas as sociedades humanas constroem seus sistemas simbólicos de acordo com as suas vivências e crenças. Da mesma forma, as práticas alimentares são relevantes na manutenção e promoção da agrobiodiversidade, visto que as escolhas dos produtos definirão e moldaram as espécies a serem mantidas nos espaços de cultivo familiar da propriedade, estando intrinsecamente relacionadas às dimensões cultural e nutricional da segurança alimentar e nutricional da comunidade (REDIN *et al.*, 2021).

Na vivência do sagrado em relação aos alimentos e à natureza, existe uma variável fundamental: o tempo. Ele segue o ritmo da natureza em seus processos ecológicos e socioprodutivos. Nesse contexto, refletir sobre as religiões e sua relação com os alimentos conduz ao princípio do ato de alimentar-se representando ritos sagrados em uma dimensão crucial da vida social e simbólica de muitas sociedades e comunidades. Ao ingerir um alimento, o corpo é alimentado biologicamente e, em adição, o espírito recebe o alimento de forma simbólica. Mais do que um símbolo material, a alimentação envolve escolhas e trajetórias, as quais refletem as percepções do indivíduo sobre o mundo (MACIEL, 2021).

Canesqui e Garcia (2005) consideraram a comida uma linguagem que agrega representações, que fala da família, do homem como pai, da mulher como a mãe e dona-de-casa, sendo, portanto, repleta de simbolismo, presente nos hábitos de comer. Nessa perspectiva, os moradores do local da pesquisa vêm buscando a manutenção dos seus hábitos, costumes e crenças que são sua representatividade da comunidade e que vem sofrendo modificações ao longo dos anos.

Diante dessa sacralidade, simbolismo e identidade religiosa é, muitas

vezes, uma identidade alimentar (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017). Garine (1987) lembra que a comida é um alimento também para o espírito e está presente na preparação de muitos pratos cerimoniais, trazendo seu valor simbólico à mesa. Assim, estando a alimentação humana impregnada pela cultura, é possível pensar os sistemas alimentares como sistemas simbólicos em que códigos sociais estão presentes, atuando no estabelecimento de relações dos homens entre si e com a natureza (CANESQUI; GARCIA, 2005). A sacralidade presente na gratidão aos alimentos conseguidos com as boas colheitas representa apenas parte dos significados atribuídos à natureza, por meio dos mitos que explicavam o surgimento de realidades e de situações que se apresentavam para a humanidade (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017).

## 2.7. QUILOMBOS E SUA DISTRIBUIÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E NA BAHIA

Entende-se por quilombo os grupos étnico-raciais, formados segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência e luta (BRASIL, 2003). Para Vainfas (2000), a palavra quilombo, de origem banta, foi usada pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravizados fugidos do cativeiro. Na legislação vigente, o conceito formal de comunidade quilombola apresentado acima foi estabelecido pelo Decreto nº 4887/03, representando um marco para o reconhecimento dos territórios dessas comunidades, que estão relacionados à opressão histórica, à ligação com o meio rural e à agricultura de autoconsumo (MARQUES, 2010).

No contexto histórico brasileiro, os quilombos surgem durante o regime de escravidão, constituindo-se primariamente de africanos que fugiam do sistema escravista, formando grupos com identidade étnica diferenciada e dependente do território para sua sobrevivência (BRANDÃO; GOMES, 2019). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui atualmente 5.972 quilombos, considerando, dentro desta contagem, todos os lugares do território nacional onde haja um aglomerado permanente de habitantes declarados indígenas ou quilombolas, observando-se o princípio de autoidentificação (Decreto n.

5.051/2004, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho), (IBGE, 2019).

Desse modo, os territórios ocupados por remanescentes de comunidades quilombolas estão distribuídos em todas as regiões do país (SEPPIR, 2012). Entretanto, a maior parte das comunidades negras rurais espalhadas pelo país, em conflito pelo reconhecimento da posse tradicional de terras coletivas, então majoritariamente identificadas como “terras de preto” (ALMEIDA, 2016), e nem sempre têm a sua história associada à ideia histórica e clássica do quilombo (SILVA; GUERRERO; TOLEDO, 2008). Dessa forma, a identificação coletiva é sempre um processo de construção e só pode ser entendida quando considerados os contextos históricos e políticos.

No campo das políticas públicas, foi somente no ano de 1995 que o Estado brasileiro direcionou maior atenção para esses grupos populacionais, desenvolvendo o primeiro documento, no qual solicitava a inserção de políticas públicas que fossem voltadas às necessidades desta população (KACZYNSKI, 2017), algo relativamente recente para um país com relevância geopolítica como o Brasil (OLIVEIRA; SILVA *et al.*, 2008).

Ao longo do século XX, nem a construção da noção de democracia racial, nem a crítica a ela desenvolvida pelo movimento negro conseguiu reverter os sentidos hierarquizados e desiguais das designações de cor presente na sociedade brasileira (DANTAS *et al.*, 2012); além da invisibilidade, propaga-se no Brasil a ideia de que os “quilombos” e tudo o que a eles encontra-se associado são registrados na história tradicional como um fenômeno negativo (ALVES, 2019). Brandão (2021) complementa a noção de quilombo esclarecendo que ser quilombola antigamente era resistir e sobreviver. Ser quilombola atualmente, além de “resistir e sobreviver”, é também reconhecido legalmente como uma categoria de grupo étnico-racial, com direitos garantidos em lei.

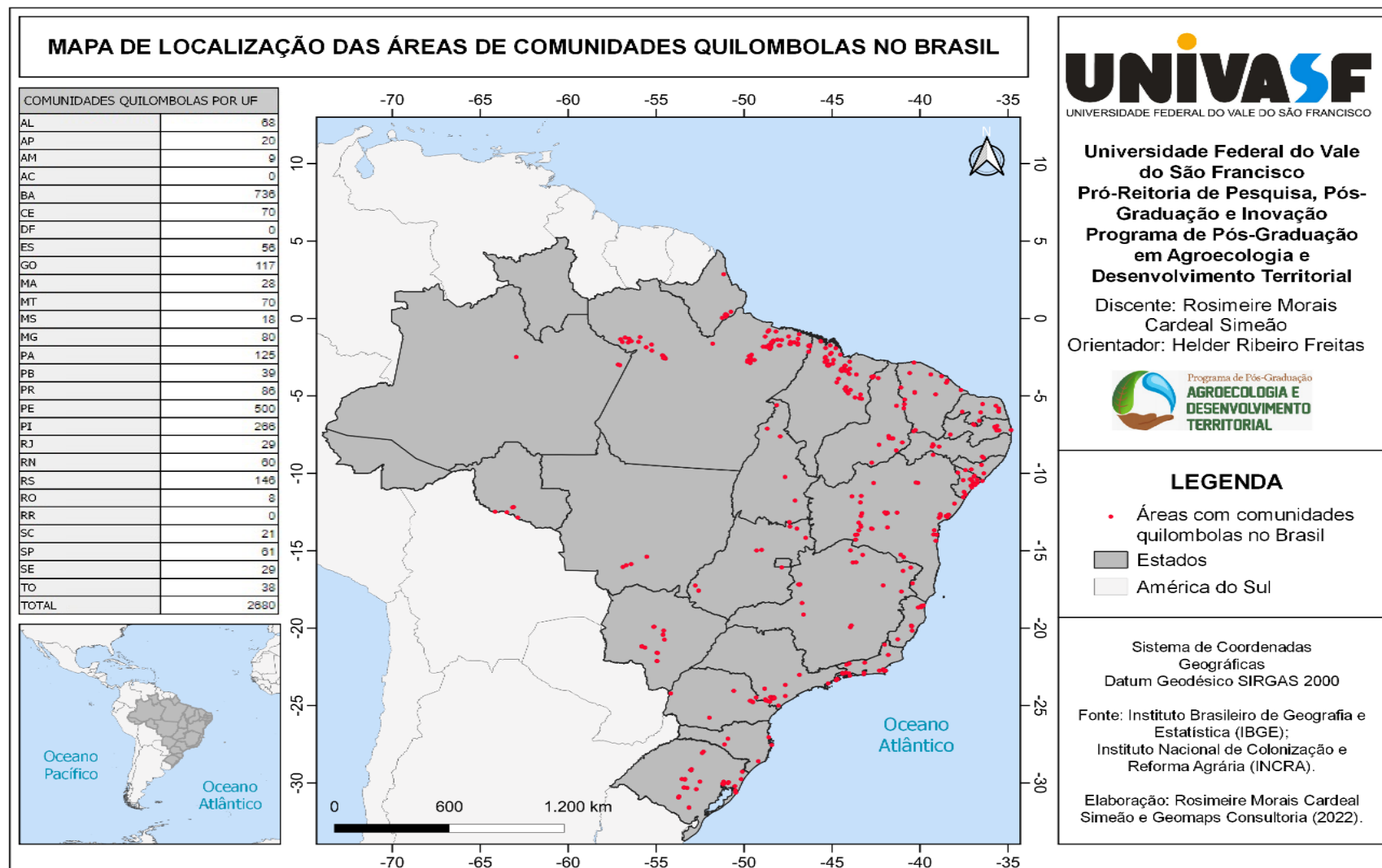
Nesse sentido, o conhecimento da História do Continente Africano, da escravidão e dos movimentos negros na república, relaciona-se ao conhecimento da nossa própria formação social. As comunidades quilombolas que cotidianamente vivenciam a ausência do Estado (Figura 1) têm recorrido às tradições culturais, religiosidade, conhecimentos etnobiológicos, auto-organização e solidariedade mútua para suportarem o racismo estatal e a ausência das políticas públicas essenciais,

intensificadas em momentos de crise, como a crise sanitária estabelecida pela Covid-19. Tal crise expôs a fragilidade do sistema alimentar industrial que destrói, contamina, adocece e mata. A COVID-19 se instaurou em um momento delicado, em que a crise climática mundial e a destruição da biodiversidade vêm potencializando a desestabilização dos processos ecológicos que sustentam a vida no planeta (MOTA *et al.*, 2021).

Desde 1988, o estado reconheceu cerca de 3,2 mil comunidades quilombolas. Quase 80% delas foram identificadas a partir de 2003, quando passaram pelos procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Entretanto, somente 7% das terras reconhecidas como pertencentes aos remanescentes de quilombolas são certificadas (FUNDAÇÃO PALMARES, 2018), o que representa um problema, uma vez que sem a certificação feita pelo INCRA, essas comunidades ficam às margens de políticas públicas voltadas para a produção agrícola e manejo dos solos da agricultura familiar. Essa realidade precisa ser mudada para que os quilombolas tenham acesso aos incentivos governamentais existentes que lhe são de direito.

No século XXI, a formulação e a implementação de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades, particularmente num contexto pandêmico, exigem que se considerem os marcadores sociais de diferença de raça, classe e gênero (ABRASCO, 2020). As desigualdades sociais e raciais do Brasil estão assentadas numa matriz de opressão interseccional colonial, patriarcal e classista. Dessa forma, é preciso que o país enfrente a crise sanitária, política e econômica que incide com maior força na população preta, pobre e feminina. Nesse contexto, ressalta-se a necessidade da implementação de políticas públicas que abarque essas categorias considerando a sua importância e contradições internas, compreendendo as suas particularidades e necessidades (WANDERLEY, 2017).

**Figura 1-** Distribuição das Comunidades Quilombolas (CQ) no Brasil.



Fonte: Autora e Geomaps Consult

Na Bahia existem 829 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, ocupando o topo do ranking dos estados brasileiros com maior número de localidades reconhecidas como de descendentes de quilombolas, perdendo apenas para o Maranhão, que apresenta 845 comunidades, o que coloca o Nordeste com o maior grau de representatividade estatística de ocorrência de quilombos (FUNDAÇÃO PALMARES, 2021), mostrado na tabela 1.

**Tabela 1** - Total de CRQ por ano, informações atualizadas até 13/05/2019 pela Fundação Palmares.

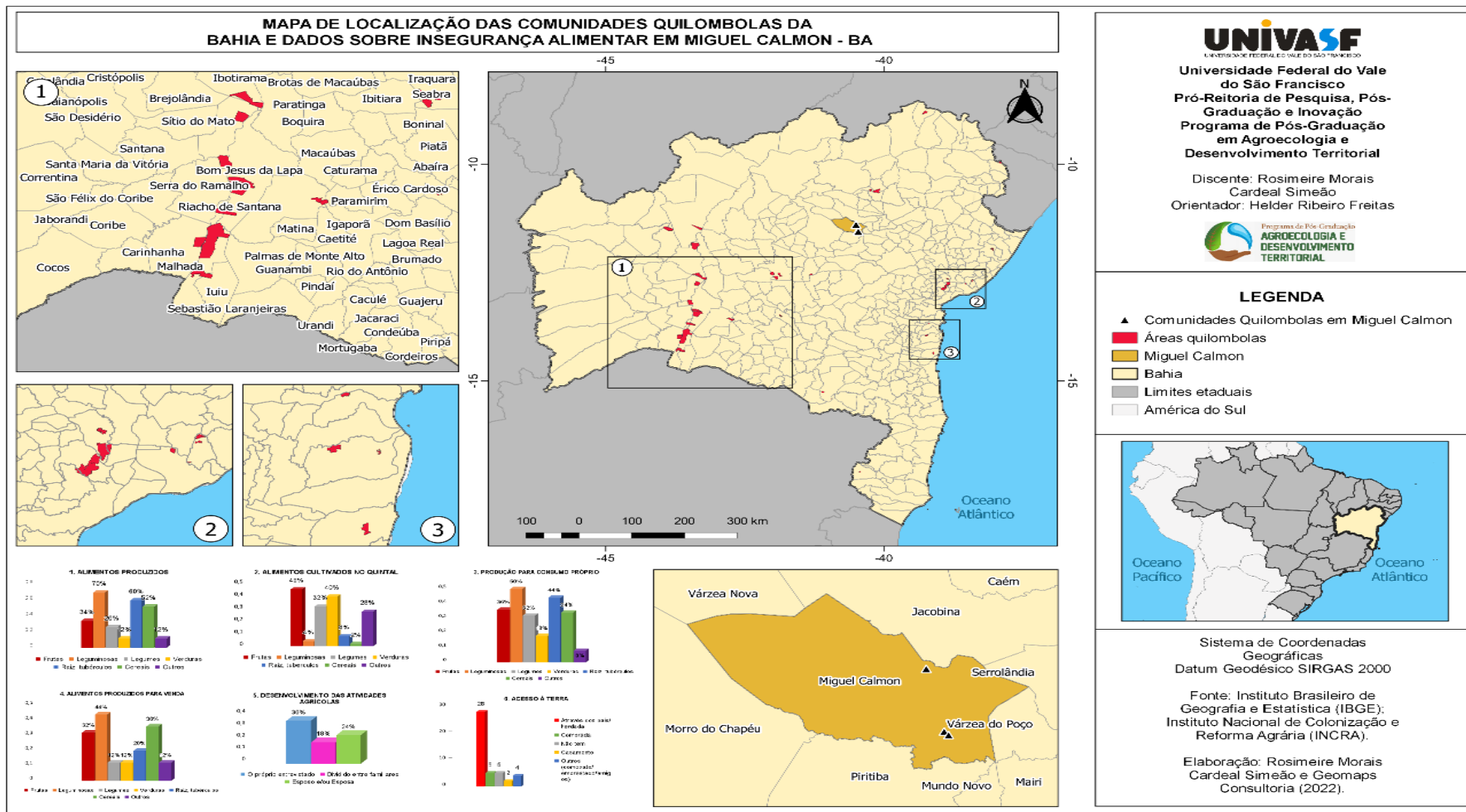
<b>Nº</b>	<b>UF</b>	<b>Nº CQs (Certidões)</b>	<b>Nº CRQs (Comunidades)</b>
1	NORTE	300	369
<b>2</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>1737</b>	<b>2206</b>
3	CENTRO-OESTE	151	169
4	SUDESTE	461	558
5	SUL	191	193
<b>Total por ano</b>		<b>2839</b>	<b>3495</b>

Fonte: Fundação Palmares (2021).

No Brasil, as disputas territoriais são comuns e os conflitos por terra geram insegurança e exposição a perigos, no entanto a lei assegura direitos fundamentais dessas comunidades quilombolas à terra como meio de preservação da sua identidade e memória (MONEGO *et al.*, 2010). Na Bahia, uma parcela significativa das comunidades quilombolas está localizada ao sudoeste do estado, como pode ser visto na Figura 2.



Figura 2 - Distribuição das Comunidades Quilombolas (CQ) na Bahia.



Fonte: Autora e Geomaps Consultoria (2022).

Na Figura 2, as comunidades quilombolas de Miguel Calmon-BA são marcadas por problemas relacionados ao acesso a políticas públicas voltadas à produção de alimentos, o que pode acarretar insegurança alimentar.

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1. TIPO DE PESQUISA

A pesquisa em questão apresenta abordagem qualitativa e quantitativa, visto que oferecem perspectivas diferentes, mas não são necessariamente polos opostos. De fato, elementos de ambas as abordagens podem ser usados conjuntamente em estudos mistos, para fornecer mais informações do que poderiam se obter utilizando um dos métodos isoladamente (MORESI, 2003). Por meio da pesquisa qualitativa, pode-se ter acesso a uma diversidade de ambientes e de formas de vida, ou seja, dessa “pluralização das esferas de vida”, como observa Flick (2009, p.20), o que passa a exigir uma nova sensibilidade no estudo empírico das questões e que poderia ser alcançado pelos instrumentos metodológicos apropriados à pesquisa qualitativa.

Segundo Moreira e Caleffe (2006), a maior distinção feita entre esses dois tipos de métodos é que a pesquisa qualitativa explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. Tendo em vista que a pesquisa quantitativa explora as características e situações com base na mensuração e estatística, juntas podem ser usadas no mesmo estudo e, portanto, fazer parte de uma só investigação científica, à medida que os objetivos desta requeiram dados qualitativos e quantitativos.

O levantamento dos dados empíricos foi desenvolvido através da pesquisa de campo, na comunidade quilombola Mocambo dos Negros que compõem o território de Miguel Calmon, utilizando da observação simples, como a utilização do diário de campo e de registros fotográficos; também foi aplicado realizadas entrevistas estruturadas com filmagem. Foi também aplicado um questionário. Após esta etapa foi realizado um evento para discutir ações e implantação de políticas públicas que podem ser acionadas e executadas na comunidade.

Para tal compreensão MALINOWSKI (1984) considera que o pesquisador deve abarcar três áreas da realidade que constituem aquilo que o autor chama de totalidade da vida tribal, mas que nós chamamos ou entendemos como vida comunitária/social: 1. O arcabouço da constituição da sociedade (documentos escritos); 2. Os imponderáveis da vida real (dados de observação) e

### 3. O espírito do 'nativo' (depoimentos).

Nesse sentido, a pesquisadora buscou evidências sobre o quilombo Mocambo dos Negros através de documentos onde mostra a organização social do grupo, esses documentos foram fornecidos pela associação dos moradores atentando-se àquilo que não está documentado, nem consegue ser investigado através de perguntas, sendo obtido, portanto através da observação. Assim, visitou-se a moradia no município de Miguel Calmon, onde está situado o quilombo Mocambo dos Negros, desde o início da pesquisa 2020 a 2023, observando as rotinas de trabalho, o cuidado com a saúde, formas de comer e preparar os alimentos, e inclusive os sentimentos envolvidos.

Para este estudo de nada vale coletar as informações se não houver uma análise profunda dos amplos aspectos que direcionam a interpretação destas. Dessa forma, foi realizado uma análise da comunidade de Mocambo dos Negros o que é essencial, visto que, embora as práticas observadas num determinado grupo social, a exemplo dos comportamentos alimentares, possam estar evidentes aos olhos, os valores que as motivam muitas vezes não estão começando pela primeira área, preconiza coletar dados escritos: os documentos, leis, instituições, enfim, tudo o que compõe a organização social do grupo.

Nesse contexto, a escolha do questionário foi feita como instrumento complementar na coleta dos dados, possibilitando registrar informações de pessoas com expressivas vivências na questão alimentar devido a fatores como idade, origem quilombola e ligação com a agricultura familiar, relação com a produção de alimentos ou venda nas feiras livre do povoado de Mocambo dos Negros.

Foi utilizado também a fotografia e o desenho da comunidade, bem como o mapeamento do local da pesquisa. Pitanga (2003) trata que a fotografia permite uma análise do contexto histórico-político-social. A autora afirma que “a fotografia consegue transmitir uma série de significados e de informações essenciais para uma pesquisa antropológica”, pois “o registro visual associado e comparado com discursos e práticas dos grupos pode ser um instrumento de análise das interações entre os dados não verbais e os dados verbais” (PITANGA, 2003:8).

Com isso, diferentes tipos de dados podem ser coletados, mas que não

podem ser desenrolados, por serem completivos. Assim, busca-se com este método relativizar os conceitos e valores da sociedade do pesquisador e confrontar com os conceitos e valores da sociedade estudada. Por certo, se a opção era por um estudo em profundidade, a indicação era de que o pesquisador deveria concentrar-se “em exemplos únicos ou em determinados setores do campo”, o que lhe permitiria conhecer a estrutura deste campo (CALLEGARO; LOPEZ, 2017). Assim, após situar a unidade de análise (Mocambo dos Negros), a abordagem busca evidenciar a importância da agricultura familiar, haja vista seu imprescindível papel na produção de alimentos e quanto preservadora da biodiversidade, em especial da agrobiodiversidade.

Ao final de um estudo só é possível perceber a qualidade dos dados ao verificar como se deu a interação entre pesquisador e pesquisados. Deve-se, portanto, buscar aprimorar a qualidade através de uma relação de proximidade e de confiança que estejam embasadas em princípios éticos. Diante desse fio condutor da pesquisa, foi necessário contextualizar o objeto de estudo, buscando um mapa teórico no qual o tema proposto fosse compreendido na sua totalidade.

A pesquisa documental serviu para identificar informações acerca das estratégias e dos atores envolvidos com a luta pela soberania alimentar no contexto das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CNRQ) pós Constituição Federal de 1988. Foram analisados avaliações e relatórios de avaliação do Programa Brasil Quilombola-PBQ a fim de verificar os avanços e desafios de sua operacionalização; o texto base do PBQ para identificar o desenho do programa; declarações produzidas pela Via Campesina sobre soberania alimentar com a intenção de identificar definições e enfoques do programa da soberania alimentar; leis, portarias, resoluções que tratam de conteúdos relacionados com a soberania alimentar em territórios quilombolas com o fim de verificar avanços realizados através da ação estatal. A perspectiva de soberania alimentar que este estudo contempla é a defendida por movimentos sociais, destacadamente, a Via Campesina, que têm discutido e buscado soluções para a problemática alimentar global. Tal perspectiva passa por constantes reformulações (SANTOS, 2020). Nesta pesquisa, foi abordada a perspectiva contida na Declaração do Fórum de Soberania Alimentar de Nyèléni, onde se destacou que a soberania alimentar diz respeito “ao direito dos povos a alimentos culturalmente apropriados produzidos

através de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e o direito de definir os seus próprios sistemas alimentares e agrícolas” (NYÉLÉNI, 2011).

### 3.2. COLETA DE DADOS

Esta pesquisa, de base qualitativa, realizou coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas. Os dados obtidos foram digitados em um banco de dados para melhor visualização das informações e posterior discussão dos resultados.

A determinação na construção de dados e informações sobre a prática alimentar de maneira que se possa fazer correção e correlação entre as diversas metodologias de determinação de alimentação saudável e segura em comunidades quilombolas existentes a correlação entre a forma de produção dos alimentos utilizados na dieta do dia a dia. Os dados do questionário foram inseridos e tabulados no Programa Epi Info 3.5.2.

Foram calculadas as frequências relativas e absolutas de cada variável, com o cruzamento de variáveis mais relevantes para a pesquisa. Para determinar significância estatística serão considerados intervalo de confiança de 95% e valor de  $p < 0.05$  (BONITA; BEAGLEHOLE; KJELLSTRÖN, 2011). Fez-se uma análise descritiva dos trabalhadores estudados. A análise bivariada foi realizada para exploração inicial das associações brutas, sendo estimadas as razões de prevalência e os intervalos de confiança de 5%.

### 3.3. CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA E CONTEXTO SOCIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MIGUEL CALMON - BAHIA

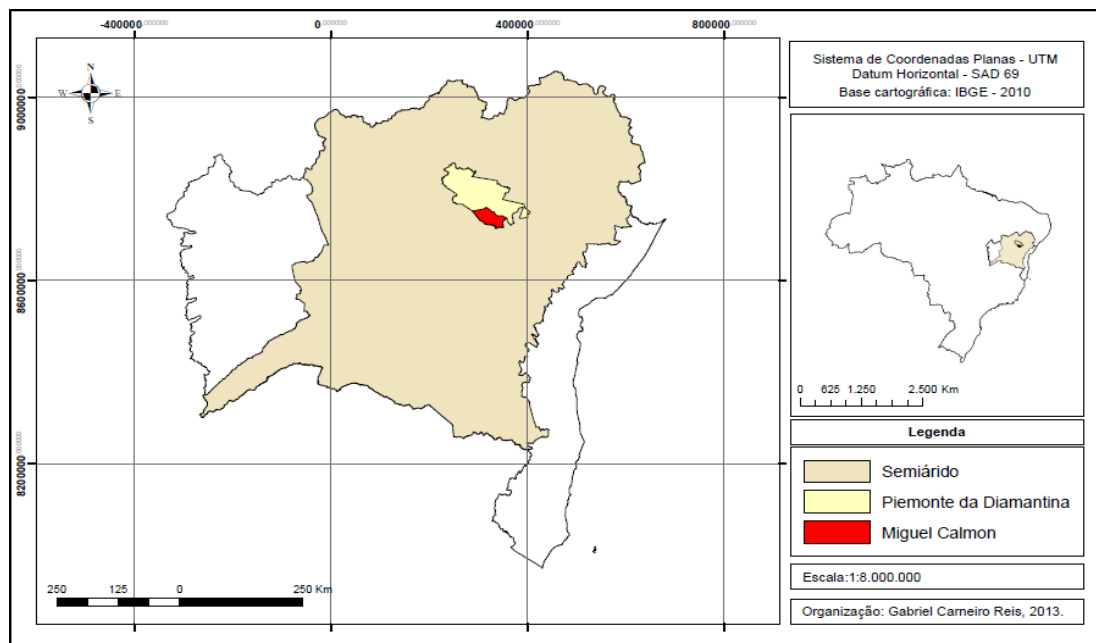
As terras que constituem o município Miguel Calmon antes de sua emancipação pertenciam à fazenda Canabrava, propriedade da Condessa Maria Saldanha Oliveira e Souza Constança, esposa do Conde da Ponte. Nessa época, a fazenda foi comprada pelo Sr. João Correia de Miranda (LEAL, 2013). A posterior ocupação do Território mostra, em relatos datados do final do século XVII (1682), que com o início do desbravamento do território por aventureiros em busca de metais preciosos, foram encontradas jazidas de salitre, muito exploradas na

primeira década de descoberta, e logo sucedidas pelo ouro abundante encontrado na região (AZEVEDO, 1996).

No ano de 1885, a então fazenda foi transformada no arraial de Canabrava, que mais tarde foi elevada à categoria de Distrito de Paz, pelo Decreto de 7 de janeiro de 1897. Mediante a Lei Estadual número 991, em 1913, tornou-se Distrito de Canabrava, pertencente ao município de Jacobina (LEAL, 2013). Em 1924 foram criadas a vila e o município de Miguel Calmon, cujo nome foi alterado para Djalma Dutra, em 1930, voltando a se chamar Miguel Calmon a partir de 1943. De acordo com o IBGE (2022/2023), Miguel Calmon possui uma população de cerca de 27.817 habitantes, distribuída em uma área de 1.568,216 km<sup>2</sup> formando as zonas rural e urbana, com maior aglomeração na zona urbana.

Quanto à localização geográfica, o município localiza-se na porção central do estado, distante das áreas economicamente dinâmicas, na região que a Secretaria do Planejamento do Estado convencionou chamar de Território de Identidade do Piemonte da Chapada Diamantina (LEAL, 2013). Situada em região de clima semiárido, apresenta uma estação chuvosa curta, precipitação média anual em torno de 566 mm anuais e distribuição de chuvas bastante irregular tanto temporal quanto geograficamente, apresentando longos períodos de estiagem e com a maioria dos seus cursos d'água secos em grande parte do ano (SEMARH, 2008). Na Figura 3 pode ser verificado a localização do município no semiárido baiano.

**Figura 3-** Localização do Município de Miguel Calmon no semiárido baiano.



Fonte: Base catalográfica, IBGE.

De acordo com os dados do IBGE (2022/2023), o município de Miguel Calmon tem várias comunidades e povoados, senso 6.000 unidades familiares. As comunidades quilombolas do município têm características étnicas comuns e estão nucleadas por várias comunidades e povoados rurais. Nesse cenário, o município apresenta traços multiétnicos, pois além das comunidades quilombolas existentes, há a presença histórica de índios Payayás que já habitavam o território quando negros escravizados formaram os primeiros quilombos. Historicamente, o grupo tem suas atividades econômicas vinculadas à agricultura para autoconsumo, com modelo de desenvolvimento baseado em seus recursos naturais.

O Distrito de Itapura, também reconhecido pela população local como Mocambo dos Negros, é considerada remanescente de quilombo e tem uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. Possui resquícios arqueológicos de ocupação temporal e comprovação biológica que possibilitou-lhe receber o título de remanescente desde 2015, embora a sua certificação ainda esteja pendente.

No Brasil, a maior parte das comunidades negras rurais vivem em conflito pelo reconhecimento da posse tradicional de terras coletivas, sendo, também, majoritariamente identificadas como “terras de preto” (ALMEIDA, 2016).



Entretanto, isso não implica na associação direta destas comunidades com o ideário clássico histórico constituído dos quilombos. Dessa forma, a identificação coletiva é sempre um processo e em construção, só podendo ser entendida considerando os contextos históricos e políticos.

As Comunidades Quilombolas (CQs) de Saco (também conhecida como Alto Alegre), Covas e Mocambo dos Negros (localizada no distrito de Itapura), todas localizadas no território de Miguel Calmon na Bahia, foi a gestão municipal que requisitou a certificação e o reconhecimento dessas comunidades como sendo quilombolas. Desse modo, ações de sensibilização em relação à identidade quilombola só ocorreram quando a associação dos moradores buscou a parceria da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>6</sup> posteriormente à requisição da certificação. Neste momento, foram realizadas ações de sensibilização, (re) conhecimento da história local e registro das memórias orais com a elaboração de um documentário, intitulado “Quilombo Mocambo dos Negros: Conexão entre a Soberania Territorial e Soberania Alimentar. A luta da soberania alimentar e territorial não é de hoje, é histórica, e está ligada à diversidade de processos de luta pela existência autônoma desses povos. Na atualidade, tenciona a ação do Estado para a promoção da soberania alimentar, como reconhecimento da importância dos patrimônios alimentares desenvolvidos pelos povos quilombolas e pela necessidade de reparação histórica pelos danos causados pelo racismo e pela escravidão

Destarte, as comunidades Quilombolas pertencentes ao município de Miguel Calmon foram reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, fazem parte do Território de Identidade do Piemonte da Chapada Diamantina (TIPD), conforme dados da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (2013) e da Fundação Cultural Palmares (2015). Essas comunidades receberam certificação em 2015, com publicação em diário oficial sob número do processo na FCP nº 01420.013308/2013-60 Certificada 19/2015; 02/02/2015.

Em referência à garantia de uma história e de uma cultura, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), juntamente com o Fundação

---

<sup>6</sup> Comissão criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. Nasceu ligada à Igreja Católica, contudo, logo, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Cultural Palmares (FCP) e o Ministério da Cultura, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), formulou políticas públicas assentadas em leis, decretos, portarias e programas. Tais iniciativas trataram do acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local (inclusão produtiva e direitos) e cidadania por meio do reconhecimento advindo da Fundação Cultural Palmares (ALMEIDA, 2016; BRASIL, 2014; MPPR, 2018; SEPPPIR, 2013).

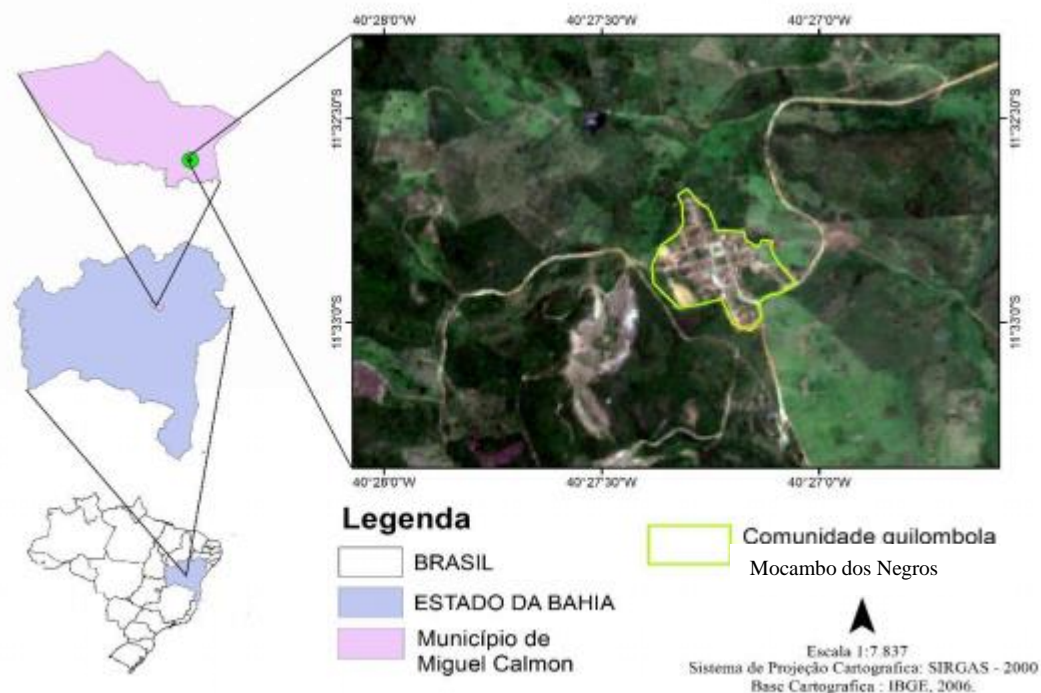
No entanto, embora haja essa formalização pela FCP, até o momento da pesquisa na comunidade quilombola de Mocambo dos Negros, lócus da presente pesquisa, o INCRA não oficializou a certificação das terras da comunidade. Nos termos do Artigo 3º, parágrafo 1º do Decreto Federal Lei de nº 4887, fica expresso que cabe ao INCRA regulamentar os procedimentos administrativos para proceder a regularização desse território. Contudo, esta é uma realidade nos demais quilombos brasileiros considerando que muitas famílias parecem ainda desconhecer a oficialização do reconhecimento (NASCIMENTO, 2020).

A partir do reconhecimento, aumenta as possibilidades dos membros das comunidades quilombolas terem acesso a programas sociais como o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, do Programa Luz para Todos, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Bolsa Permanência, podendo ainda solicitar ao INCRA a titularidade das terras (NASCIMENTO, 2020). Entretanto, o debate atual ainda não foi ampliado à população, fortalecendo, desse modo, novos padrões de consumo que são alheios à história alimentar de seus ancestrais, gerando consequência à saúde e ao patrimônio cultural e genético da comunidade.

Deste modo, a comunidade de Mocambo dos Negros fica localizada na Fazenda Altamira, a 31 km da sede e a 390 Km da capital do estado, abrange uma ampla extensão de perímetro rural com diversas áreas de difícil acesso, o que torna a população quase isolada geograficamente (Figura 4). Ao longo do tempo, com expansão do extrativismo mineral e a vinda de novos moradores, a comunidade incorporou novos padrões culturais, repercutindo nos processos de silenciamento quanto às questões étnico raciais, bem como relatos de moradores quanto a destruição de diversos objetos, construções e tradições que faziam parte

de seu patrimônio histórico-cultural remetidas a esse passado (NASCIMENTO 2020).

**Figura 4-** Localização da Comunidade Quilombola de Mocambo dos Negros, Miguel Calmon-BA.



Fonte: Autora (2021).

Quase chega a ser surpreendente, uma vez que a comunidade Mocambo dos Negros, tratar-se de um distrito situado na zona rural no referido município e possuir características culturais expressivas. Além disso, na localidade de Mocambo, ações efetivas de políticas públicas governamentais específicas são insuficientes; e os órgãos não governamentais que poderiam dialogar com a temática étnico-racial, ainda são indiferentes às abordagens nesta perspectiva. Diante desta conjuntura, a Pastoral da Terra contribuiu como o principal colaborador no fomento da rememoração da história e seu (re) conhecimento, buscando registrar e sensibilizar a comunidade quanto à valorização da autoestima e de seu patrimônio histórico-cultural (NASCIMENTO, 2020).

### 3.4. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

No início do estudo foram feitas várias visitas ao local em que se teve contato com a comunidade de Mocambo dos Negros. Entretanto, em abril de 2020

o Ministério da Saúde identificou altas taxas de mortalidade por COVID-19, não somente na população em geral, mas também entre negros, uma categoria que inclui pessoas que se identificam como “pretas” e “pardas” no censo demográfico, o que exigiu medidas mais severas de distanciamento social (ABRASCO, 2020). Uma das restrições deste estudo está relacionada com o fato da pandemia da COVID-19 e a necessidade de isolamento social, que impediram reuniões com a comunidade em espaços públicos. Dessa forma, as estratégias e instrumentos de coleta de dados da pesquisa foram ajustadas, de modo a não se colocar em risco a população envolvida no estudo.

Outra limitação da pesquisa está ligada à posição da pesquisadora, que reconhece a importância das discussões sobre a cultura alimentar, agrobiodiversidade e segurança alimentar e nutricional com a população, porém valoriza a participação ativa dos residentes do Mocambo dos Negros, envolvendo o controle social, para que haja uma verdadeira reflexão e promoção de debates que levem a uma consciência crítica e valorização dos conhecimentos existentes em sua comunidade. Isso ressalta a relevância social deste estudo.

Os dados de acesso à terra e a outros recursos naturais foram citados pelos trabalhadores rurais: água do rio, cachoeira e floresta, que utilizam em suas atividades e necessidades cotidianas. Além disso, outros dados considerados secundários, obtidos de documentos oficiais e publicações foram utilizados para caracterização das condições sociais, econômicas e culturais da região e para a discussão dos resultados. Entre as variáveis que serviram de base para a discussão, estão:

a) *Alimentação* - A base dos saberes discutido dentro do grupo e na comunidade local, a temática dos alimentos saudáveis, perpetuando o conhecimento empírico da comunidade. Para o Ministério da Saúde, a alimentação saudável deve ser baseada em práticas alimentares, assumindo a significação social e cultural dos alimentos como fundamento básico conceitual.

b) *Comunidade Tradicional Quilombola* - Foram abordados os aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos dos moradores de Mocambo dos negros, especificamente agricultores e agricultoras da comunidade. Nessa perspectiva, investigou-se as condições socioeconômicas, por meio de um levantamento sobre os recursos oriundos do trabalho agrícola, que podem auxiliar

na Segurança Alimentar e Nutricional dos quilombolas por meio dos seguintes indicadores: profissão, o nível de renda familiar, a quantidade de pessoas em cada residência, situação de moradia e valor da renda gasta com alimentação em cada família de agricultores quilombolas que fizeram parte da entrevista.

Durante as visitas, o participante foi convidado para caminhadas em seus quintais, roças, trilha e matas para localização das plantas, as quais foram coletadas, fotografadas, herborizada e identificadas (local de coleta, data, coletor e nome popular), seguindo a metodologia botânica usual (PRANCE, 1991). As informações citadas durante as entrevistas foram confirmadas e fundamentadas por meio das turnês guiadas com os informantes, o que possibilitou alcançar uma identificação botânica correta sobre as plantas citadas nas entrevistas (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2014).

#### 3.4.1 Atores sociais do estudo

Os agricultores e agricultoras da comunidade quilombola de Mocambo dos negros foram selecionados por técnica de randomização, com os seguintes critérios de inclusão: ser agricultor ou agricultora com idade superior a 18 (dezoito) anos, que trabalham com agricultura familiar e que se encontrem trabalhando nas lavouras no momento das visitas. Os agricultores e agricultoras foram contatados nas suas propriedades ou residências, e a eles apresentado o tema do projeto de pesquisa, explicando cada pergunta do questionário é apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

#### 3.4.2 Critérios de inclusão e de exclusão

Para a escolha dos atores sociais desta pesquisa foi utilizado como critérios principais a moradia e a vivência na comunidade, incluindo agricultores e agricultoras que possuem vínculos afetivos e históricos com a comunidade estudada. Para isso, a participação dos sujeitos se deu mediante consentimento voluntário, por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

#### 3.4.3 Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco, localizado à Av. José de Sá Maniçoba, S/N- Centro Petrolina/PE, Prédio da Reitoria 2º andar, telefone 87-2101- 6896 ou ainda através do e-mail [cep@univasf.edu.br](mailto:cep@univasf.edu.br), observando as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2013), respeitando a autonomia do indivíduo, a beneficência, a não maleficência, a justiça e a equidade, garantindo assim, o zelo das informações e o total respeito aos indivíduos pesquisados.

Os dados são confidenciais e serão mantidos em sigilo, assegurando privacidade, conforme a resolução 466/2012, que diz respeito à pesquisa envolvendo seres humanos. O referido projeto foi submetido a plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO/UNIVASF, CAAE: 25841319.5.0000.5196.

### 3.5 PRODUTOS FINAIS

#### 3.5.1 Produtos bibliográficos

O produto final principal do trabalho foi a sistematização de informações da pesquisa em uma coletânea constituída por três produtos bibliográficos denominados de “cadernos”, sendo estes publicados no formato digital (e-book). Estes produtos bibliográficos surgiram como resultado da presente pesquisa de doutorado iniciado 2019 a 2023 junto à comunidade quilombola de Mocambo dos Negros. O propósito destes cadernos foi sistematizar as informações da pesquisa de forma simples e ilustrada para que a população de Mocambo dos Negros pudesse ter um registro de uso em atividades da comunidade e educativas em escolas de modo a valorizar a cultura sistema alimentar local. Dessa forma, descrever a história do quilombo no Brasil imbricada com a questão da terra e da alimentação e destacar o quilombo Mocambo a conexão para soberania alimentar e territorial, mostrando a importância para a resistência do povo quilombola para a preservação da sua cultura. Nesse sentido, apresentar o quilombo Mocambo dos Negros, a sua valorização e resistência, não somente para os moradores e as futuras gerações, como também para o município de Miguel Calmon na Bahia e

para todo o mundo.

Na coleção Mocambo dos Negros, o volume 1 “Quilombola: Uma História de Resistência e Soberania Alimentar”: organizada com Introdução, foi organizada da seguinte forma: A terra, a alimentação e o quilombo; Alimentos da cultura alimentar cultivados na comunidade de Mocambo dos Negros; Território: construção histórica de vidas; como foi a pesquisa na comunidade Mocambo dos Negros; Soberania alimentar e resistência; Pautas para a garantia da soberania alimentar.

A proposta do segundo caderno, intitulado “Receitas e Histórias-Comida com Identidade: Um olhar sobre o território quilombola de Mocambo dos Negros”, é apresentada as práticas alimentares e suas implicações para segurança alimentar. Neste sentido, faz-se uma relação entre comida e gênero como fatores importantes para a segurança alimentar; as práticas alimentares e as receitas desenvolvidas em Mocambo dos Negros; os alimentos produzidos localmente. Aborda-se também a definição de soberania alimentar, destacando-se o saber local, a cultura e as práticas do quilombo Mocambo dos Negros. Acreditamos que os cadernos com imagens e relatos da própria comunidade podem ser instrumento de múltiplas aprendizagens, além de alguns costumes alimentares e de receitas experimentadas nesse quilombo, que são elaboradas no território de Mocambo dos Negros. Neste sentido, busca-se, na medida do possível, reproduzir e respeitar as expressões de um povo que preenche de sabor local nas conversas e as comidas preparadas em seu território.

No terceiro caderno, intitulado “Plantas Medicinais de Mocambo dos Negros: do Quilombo para o Mundo”, tratamos de questões metodológicas da pesquisa em suas etapas e métodos de coleta de informações e evidenciamos alguns aspectos relacionados aos povos e comunidades tradicionais: seus direitos, território e identidade. Apresentamos o protagonismo e trabalho das mulheres na agricultura no trabalho nos quintais, das casas e nos roçados como fundamentais para a promoção da soberania alimentar. Discutimos e apresentamos as plantas medicinais e alimentícias encontradas nos quintais das casas do Mocambo, e a importância do uso seguro dessas plantas, como formas de uso, destacando as medidas de referência, formas de preparação e a importância delas para os nossos sistemas humanos. Além disso, apresentamos

os direitos sociais e a alimentação como um direito humano prevista em lei.

Os conhecimentos aqui apresentados são parte dos hábitos, costumes e crenças do povo do lugar. Para tanto, esperamos que com a divulgação desse quilombo através desses cadernos, apresentando ao município de Miguel Calmon que não somente tem a comunidade do Mocambo, mas despertando para outras comunidades quilombolas lá existentes e também, apresentando para todos a luta desse povo. Nesse sentido, evidencia-se o território, os sistemas alimentares, a biodiversidade e o patrimônio imaterial da comunidade de Mocambo. Destarte, o sentido das lutas de um povo, na busca de sair de uma invisibilidade social e buscar sua autonomia para o reconhecimento social de sua identidade, de seus saberes e de seus direitos.

Nesse cenário, as plantas encontradas podem ser encontradas registros das histórias que nos foram contadas durante a realização da pesquisa e que marcam a identidade da comunidade tradicional parceira. Também encontramos descrições dos ambientes, dos quintais e das plantas alimentares e medicinais. Assim, nesses cadernos podem ser encontrados registros das histórias dos moradores do Mocambo que nos foram relatadas durante a visitas na comunidade e que marcam a identidade de uma comunidade tradicional quilombola em seu lugar, espaço, território e tempo.

### 3.5.2 Documentário: quilombo mocambo dos negros: conexão entre soberania territorial e soberania alimentar

A Segurança Nutricional é um fator indispensável da segurança alimentar e nesta perspectiva a questão da qualidade dos alimentos e da dieta alimentar é de suma importância. A insegurança alimentar no Brasil é uma das mais graves dificuldades que o país precisa superar, sobretudo em comunidades tradicionais, dentre eles as comunidades quilombolas. Vê-se que, atualmente, no contexto brasileiro, este conceito tem aproximações com a definição do programa da soberania alimentar da Via Campesina, trazendo para o centro do debate elementos ligados a condições de produção de alimentos nutritivos e culturalmente adequados aos lugares e aos povos, acima das exigências dos mercados e das empresas, e a respeito da autonomia dos povos do campo sobre



seus territórios, de onde a questão do direito à terra é um elemento central. Desta maneira, o combate a insegurança alimentar tem que levar em conta a articulação de várias políticas como fomento à agricultura familiar, a titulação de terras, a educação nutricional, a vigilância sanitária entre as prioritárias.

Nesse contexto, a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional requer respeito à diversidade cultural e a preservação do sócio biodiversidade por meio de produção e consumo sustentáveis.

Questões ligadas à valorização de sistemas alimentares locais e territorialidades, que são sistemas culturais dotados de bens e valores que necessitam ser preservados como a preservação da cultura do quilombo Mocambo dos Negros. Como foi visto, a luta pela soberania alimentar no território de Mocambo se vê atravessada por todas estas questões, exigindo exercícios de reflexão que contribuam para a manutenção e o desenvolvimento de práticas de resistência a estes processos e para se pensar os desafios colocados em pauta durante o evento em março de 2023 em devolutiva da pesquisa para a comunidade, onde passam a discutir e a ganhar espaço na busca em responder à questão em torno dos desafios encontrados na luta pela soberania alimentar no Mocambo dos Negros. Foi nesse pensamento que surgiu a construção do documentário, considerando as entrevistas de moradores local, Gestor do município de Miguel Calmon, Secretaria de Agricultura e de Saúde, representante da comunidade quilombola, representante da cooperativa, que são os atores sociais envolvidos nesse processo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

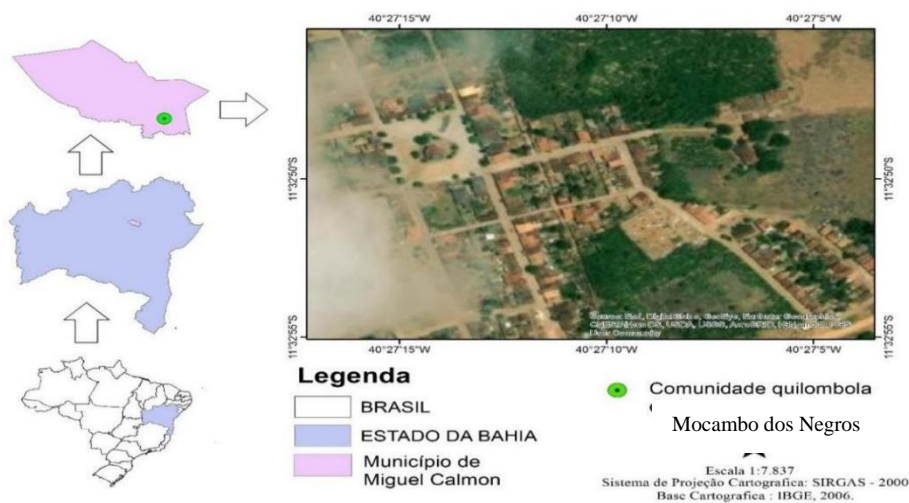
Um mergulho histórico nesse cenário revela que a luta empreendida pelos povos quilombolas em termos de garantia de autonomia e condições de mercado para a manutenção e desenvolvimento de seus sistemas alimentares é muito anterior à construção do termo “soberania alimentar”. Nesse cenário, revela a continuação de uma luta realizada por povos tradicionais que continuam na busca constante por melhores condições de vida. Uma análise histórica sobre a luta por soberania alimentar quilombola contribui para o enriquecimento de estratégias a serem desenvolvidas no panorama político do movimento quilombola (SANTOS, 2020). Espera-se, assim, que os resultados desta pesquisa promovam contribuições tanto para os estudos de povos quilombolas quanto para a discussão acerca da soberania alimentar para povos e comunidades tradicionais no país.

### 4.1. CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS, HISTÓRICAS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA MOCAMBO DOS NEGROS

A questão quilombola possui relevância expressiva na trajetória histórica de formação do território brasileiro. Uma visão tida como “tradicional”, que esteve fundamentada na história oficial contada a partir das perspectivas dos dominantes, expressou que essas conformações sociais eram redutos de negros isolados que produziam apenas para o próprio consumo, tendo atrelado no pensamento corrente a imagem de quilombo ao binômio fuga-resistência (GOMES, 1995).

Mocambo dos Negros bem como inúmeras comunidades negras rurais distribuídas no país, apresenta uma trajetória histórica singular na qual perpassam relações territoriais, manifestação de valores civilizatórios e busca de consolidação dos seus direitos humanos e da possibilidade da garantia de sua cidadania. O Mocambo é uma vila fundada no final do século XIX por escravos fugidos, localizada no vale das serras do Mocambo, no município de Miguel Calmon-BA (figura 5), com uma população de 1722 habitantes (IBGE, 2010). Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Miguel Calmon, atualmente, essa população atinge os 970 habitantes, dos quais 465 são homens e 505 mulheres.

**Figura 5** - Localização de Mocambo dos Negros, Município de Miguel Calmon na Bahia.



Fonte: Autora (2021).

Em 1934 Mocambo dos negros foi elevada à categoria de Distrito, sendo então denominado Itabira. Segundo Barreiros e Barreiros (2016), este topônimo tem origem indígena e em tupi-guarani significa “a pedra que brilha”. A escolha deste nome supõe-se pela influência indígena na região, aliada à exploração de minérios nas serras do Mocambo. Ressalta ainda que em 1944, a partir do Decreto nº 1978 de 01/01/1944, Itabira passa a se chamar Itapura que significa “pedra que emerge”. Os autores asseveram que esta mudança de nome se deu em virtude da necessidade de eliminação da repetição de topônimos de cidades e vilas no país, conforme Decreto-lei nº 5.901 de 21/10/1943, visto que em Minas Gerais já existia uma cidade que correspondia ao nome de Itabira desde 1848. A Figura 6 mostra a comunidade, com suas casas cravadas dentro de um território que preserva as marcas naturais que fizeram do lugar uma atração para os primeiros povos, local em que as pessoas se reconhecem através dos costumes e culturas dos seus antepassados.

No ano de 2013, após 79 anos da emancipação político-administrativa do município de Miguel Calmon, foi solicitada tal certificação junto a Fundação Cultural Palmares, tendo aprovação desta em 2015. Dessa forma, foi então que a partir de 2013 iniciou um processo de reconhecimento para a certificação desta comunidade, consolidada com a publicação no Diário Oficial da União (DOU), em 20 de maio de 2015, sob o processo de número 01420.013308/2013-60 em portaria nº 104/2016. E nesse mesmo ano a comunidade de Mocambo dos Negros,

recebeu da Fundação Palmares o selo de autoafirmação quilombola, por abrigar e preservar as tradições e cultura dos seus ancestrais.

**Figura 6** - Vista aérea de Mocambo dos Negros.



Foto: Acervo da associação de Mocambo dos Negros.

Em pesquisa com a população, Sampaio (2011) destacou que apesar da população local reconhecer que o início da formação da comunidade se deu a partir da participação de pessoas escravizadas alforriadas ou fugitivas, muitos não associam seus hábitos e costumes contemporâneos às influências da cultura de matriz afro-brasileira. Tal situação pode ser explicada pela homogeneização e padronização nas ações públicas governamentais referentes aos setores de educação, saúde e ação social, em que atuam uniformemente em todo o município, contribuindo, desta forma, para o distanciamento da população à sua identidade étnico-racial (COSTA, 2011; NASCIMENTO, 2020).

A produção de alimentos se constitui na principal atividade econômica da população do campo, que usa a produção para sua própria alimentação e comercializa o excedente, o que caracteriza a agricultura familiar e outras comunidades de culturas tradicionais (NASCIMENTO, 2012; COSTA, 2017; MENDES, 2006). Além dela, uma parcela da população se dedica ao extrativismo mineral, com a exploração de barita e bário, realizada pela empresa Química Geral do Nordeste S.A (QGN) (VILARONGA; CARVALHO, 2007). A priorização desta

atividade econômica resultou no declínio da atividade agrícola de autoconsumo na localidade (NASCIMENTO, 2020), sobretudo entre a população mais jovem.

As relíquias pré-históricas que retratam costumes e práticas de grupos tradicionais estão registradas nas pinturas rupestres feitas sobre as formações rochosas (VILARONGA; CARVALHO, 2007). Essas marcas históricas, bem como outras marcas feitas como modo de sobrevivência, dão suporte às pesquisas sobre a produção de alimentos e costumes ligados à cultura de comunidades quilombolas, retratando comportamentos, costumes e crenças.

Na metade do século XIX foram construídas cabanas e casas feitas de taipa, cobertas com palhas, estruturando o lugar de moradia com estrutura e modo de vida rústicos. Este local ficou conhecido como “mocambo dos negros”. O lugar era ideal para o cultivo de gêneros alimentícios indispensáveis à sobrevivência do grupo. Abasteceram-se com água pura e cristalina, nascida entre as pedras de uma gruta próxima, chamada pedra da jiboia (VILARONGA; CARVALHO, 2007).

Em um levantamento pela própria comunidade e a comissão pastoral da terra, foram reafirmados que os primeiros negros da comunidade nasceram de um povo que fuge da escravidão e encontra uma região rica e protegida por uma Santa e que esses escravos usaram essa região como morada. Quando houve o processo de certificação junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), a comunidade teve uma certa dificuldade para pleitear tal reconhecimento devido ao silenciamento das discussões e de registros materiais acerca das questões étnico-raciais na comunidade, necessitando de intervenções da Associação do Mocambo em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, com a estratégia de História Oral que na oportunidade registrou ricas narrativas dos moradores que se encontram no documentário específico intitulado MOCAMBO<sup>7</sup>, que auxiliam na autenticação e no reconhecimento da comunidade, publicada sob a Portaria nº 19 de 30 de janeiro de 2015 no Diário Oficial da União do mesmo ano (NASCIMENTO, 2020). Contudo, a concepção dos quilombos passou ao reconhecimento deles como verdadeiros ambientes de resistência, em que a cada momento da história foi ressignificado, mesmo diante das situações de extrema desigualdade, que consolidava a reafirmação da luta pela sobrevivência e de preservação do seu patrimônio histórico e cultural e do meio ambiente.

---

<sup>7</sup> Vídeo elaborado pela Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://youtu.be/AB65HMP14S4>.

Os dados sociodemográficos dos entrevistados por meio do levantamento realizado com os 50 entrevistados durante a pesquisa na comunidade Quilombola Mocambo dos Negros, estão apresentados na Tabela 2.

**Tabela 2** - Características sociodemográficas dos entrevistados da Comunidade Quilombola (CQ) Mocambo dos Negros em Miguel Calmon - BA (n=50).

	<b>N</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Média</b>
<b>Sexo</b>			
Masculino	21	42%	
Feminino	29	58%	
<b>Comunidade</b>			
Mocambo dos Negros	50	100%	
<b>Idade</b>			52,80
<b>Escolaridade</b>			
Escolaridade baixa <sup>1</sup>	7	14%	
Fundamental	6	12%	
Primário (1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> série)	24	48%	
Ginásio (6 <sup>o</sup> a 9 <sup>o</sup> ano)	7	14%	
Segundo Grau	6	12%	
<b>Profissão</b>			
Agricultor	43	86%	
Outros	4	8%	
Aposentado	3	6%	

Analfabetos funcionais<sup>1</sup>

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo (2021).

Ao longo do tempo, com expansão do extrativismo mineral e a vinda de novos moradores, a comunidade incorporou novos padrões culturais, repercutindo nos processos de silenciamento quanto às questões étnico-raciais, com relatos de moradores quanto a destruição de diversos objetos, construções e tradições que faziam parte de seu patrimônio histórico-cultural remetidas a esse passado (NASCIMENTO, 2020). Com o auxílio da Associação Comunitária local, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram realizadas ações de sensibilização, (re) conhecimento da história local e registro das memórias orais com a elaboração de um documentário que subsidiou o seu requerimento para a certificação como Comunidade Quilombola.

A comunidade de Mocambo dos Negros tem se organizado entorno da

Associação Quilombola do Mocambo dos Negros- AQMUNE (Figura 7), por meio da qual se reúnem uma vez por mês para discutir as necessidades do local para tomada de decisões, além disso, recentemente foi formada uma cooperativa onde juntos estão atuando na produção de mel e da piscicultura e produção do doce de banana. Em uma tentativa de reivindicar direitos, os moradores de Mocambo dos Negros criaram a associação dos moradores como instrumento que ajude a reivindicar políticas públicas para o desenvolvimento local. Observou-se que ações de associativismos e cooperação, mesmo que a longo prazo, podem favorecer autonomia e empoderamento das pessoas, contribuindo para a superação de vulnerabilidades, na medida em que possibilita maior visibilidade e espaços na esfera produtiva (SOUZA, 2018).

**Figura 7** - Logotipo da Associação Quilombola do Mocambo dos Negros (AQMUNE).



Fonte: Acervo da AQMUNE (2020)

O conhecimento e o entendimento da história e memória dessa comunidade em geral é feito pelos mais velhos que constituem uma espécie de fonte de sabedoria, porque ressignificam as memórias mais antigas do grupo e quilombos, de maneira a compartilhar e contribuir no processo de transformação constante das identidades coletivas, onde o vínculo estabelecido com a terra também define a identidade étnica e cultural, sendo por esse motivo os remanescentes são considerados povos e comunidades tradicionais.

Os grupos étnicos, denominado comunidade quilombola de Mocambo dos Negros têm na sua historicidade de ocupação o território de Miguel Calmon, onde a disponibilidade de recursos naturais para a sobrevivência é abundante, mas tem sido fortemente impactada pela ação humana ao longo do tempo. A

região onde negros fugidos da escravização representou refúgio, hoje luta para manter os traços históricos e os costumes herdados pelos seus antepassados. Essas tentativas de sobrevivência e manutenção da cultura de um povo são vistas nas ações realizadas pelo grupo como forma de manter viva suas origens.

As histórias contadas de geração em geração, assim como modos de trabalhar, são ensinadas pelas gerações mais velhas, as formas de vida em grupo cultivadas socialmente e que tem um significado cultural valioso porque constituem elemento de união e identidade. A questão territorial, ao remeter os quilombolas a um passado de luta, força-os a reviver memórias e sentimentos relatados por seus antepassados e reafirma uma situação de instabilidade e injustiça, comum desde o passado desse povo (FURTADO *et al.*, 2014).

Como a história do país sugere, a ocupação de territórios para criação de quilombos ocorreu, sobretudo, pela falta de posse de terra e de renda, a marginalidade e o analfabetismo dos escravizados (SILVA, 2015). Nesse sentido, em continuação à cultura de negação a um povo, o que tem dificultado a autodefinição desses grupos é a legitimidade da presença das comunidades quilombolas, sobretudo por parte das instituições públicas do Estado.

Nessa perspectiva, na ausência de políticas públicas que protejam essa população, têm-se a negação de direitos, e, em consequência, casos crescentes de violência e insegurança alimentar, comprometendo a permanência nos espaços coletivos tradicionalmente utilizados pelas populações locais. Somado a isso, essa realidade mostra-se mais precária com a escassez de dados oficiais que contemplem esses povos, o que daria visibilidade aos diferentes segmentos. (PINTO *et al.*, 2014).

De acordo com os princípios e as diretrizes da política de segurança alimentar, o indivíduo deve obter sua alimentação de forma a não comprometer outras necessidades básicas (MENDES, 2006), contudo nas famílias dos quilombos do território de Miguel Calmon isso se dá por meio dos recursos naturais existentes em sua volta. Entretanto, tais recursos não atendem à demanda de forma satisfatória, o que as obriga a recorrer a outras alternativas.

Além disso, os recursos naturais necessários à sobrevivência dos quilombolas nos territórios atualmente ocupados pelas famílias são limitados tanto pela escassez devido às intempéries climáticas quanto pelos impactos pela



atividade mineradora nos garimpos existentes nestas áreas. Particularmente, destacam-se os garimpos que afirmam deter os títulos da terra e são respaldados pelo poder público por meio da legislação ambiental. Nesse sentido, algumas práticas vedadas pela legislação ambiental também são constatadas na comunidade, tais como a supressão da vegetação nativa protegida para implantação de atividade agrícola dada a restrição de áreas no território para atender às necessidades e demandas das famílias. Tais atividades são realizadas pelas comunidades como forma de benfeitorias nas propriedades e na geração de empregos.

Gomes (2015) destaca que os quilombos/mocambos foram estabelecidos em montanhas e planaltos, serra distantes e de difícil acesso como uma forma de proteção. É nesse contexto que a comunidade de Mocambo se estabeleceu e criou raízes. A comunidade de Mocambo dos Negros, segundo narrativas de memória coletiva, foi fundada por negros mocambeiros, escravos alforriados ou fugitivos provavelmente vindos de Alagoas no final do século XIX, em uma fazenda pertencente ao coronel José Clemente (SILVA, 2002). A partir de então, as famílias foram se formando e o vilarejo aumentando, constituindo-se como Mocambo dos Negros.

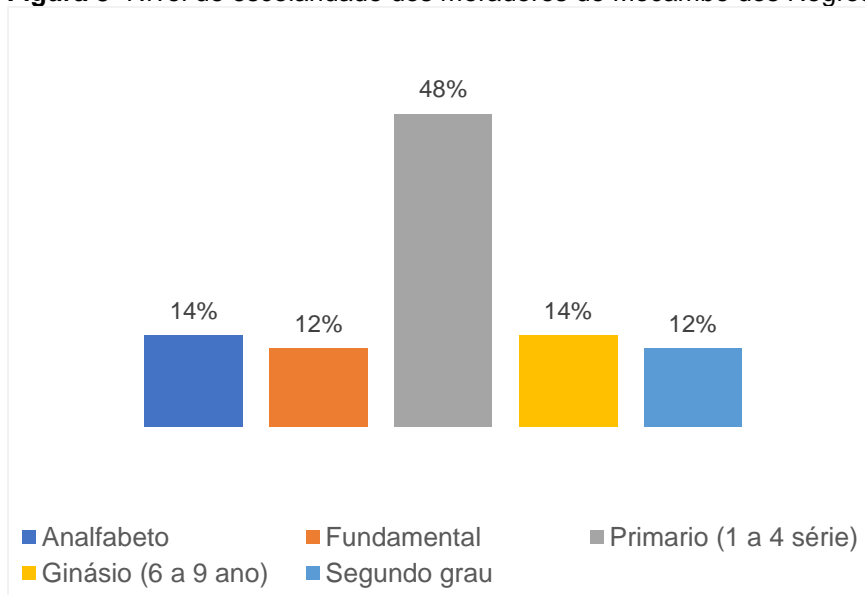
Segundo Sampaio (2011), o Distrito de Itapura, traz na sua gênese de sua história a participação de diversos povos (negros, possivelmente indígenas e brancos) e o traço marcante na localidade foi a presença da cultura negra. No decorrer dos anos, devido à imigração causada pelo extrativismo mineral no local e a chegada de pessoas de diversas etnias, houve a miscigenação da população que, aliada às questões de influência de poderes hegemônicos disseminados por meios de comunicação e da globalização, vem refletindo em um silenciamento do seu patrimônio cultural (NASCIMENTO, 2020).

Dados do IBGE (2010) relacionados a raça/cor, indicava que 85% da população se autodeclara preto/pardo e, pautado nos dados municipais por meio de cadastros dos Agentes Comunitários de Saúde, apresenta um percentual de 90,4% em relação à população autodeclarada branca, com 9,3%. Em relação ao gênero, as mulheres se caracterizam como trabalhadoras tanto na agricultura como no serviço doméstico. Algumas famílias são cadastradas em programas

assistenciais de distribuição de renda e estímulo à produção rural do governo federal (BRASIL, 2010).

Quanto à escolaridade, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que a escolaridade é baixa entre a população. Na pesquisa feita, verificou-se que 88% da população entrevistada possui ensino fundamental incompleto, e apenas 12% possuem ensino médio completo. Dados do estudo de Nascimento (2020) relacionados à escolaridade na comunidade de Mocambo dos Negros, evidenciam um nível inicial dos colaboradores variando da ausência até cumprimento das séries iniciais do ensino básico (Figura 8).

**Figura 8-** Nível de escolaridade dos moradores de Mocambo dos Negros.



Fonte: Autora (2021)

Os negros (as) são os brasileiros (as) com menor escolaridade em todos os níveis e enfrentam as piores condições de aprendizagem e maior nível de defasagem escolar (SILVA, 2018). Em 2010, 14% dos jovens de 18 a 24 anos cursavam o ensino superior. Entretanto, a frequência de jovens brancos era 2,5 vezes maior se comparada com o acesso de jovens negros a um curso universitário (SILVA, 2013). Em diversas comunidades rurais, as escolas são os únicos equipamentos públicos existentes, sendo estes um dos poucos espaços em que ocorrem discussões coletivas e promoção de atividades culturais. Assim, o fechamento dessas escolas é um atentado à sobrevivência da comunidade (NOGUEIRA *et al.*, 2017).

Segundo Nascimento (2020) a comunidade de Mocambo dos Negros vem buscando metodologias e estratégias para o desenvolvimento de atividades em sala de aula com vídeos, debates e rodas de conversa, analisando aspectos como cultura, esporte, sexualidade, violência, juventude, racismo, empoderamento, identidade, interseccionalidade, discriminação, preconceito e protagonismo para dialogar com as questões étnico-raciais no cotidiano escolar. Nesse contexto, a Secretaria de Educação do município de Contagem-MG, coadunando com esta proposta, lançou em 2020 um caderno temático apresentando a factibilidade de ações nas escolas e salienta ainda que esta articulação possibilita um diálogo entre a escola, familiares e comunidade para uma postura antirracista, além de contribuir na efetivação das proposições de políticas públicas nesta perspectiva (CONTAGEM, 2020).

Na comunidade de Mocambo dos negros há 5 (cinco) escolas municipais que atendem os públicos da Educação Infantil até o Ensino Fundamental II. Quando os alunos chegam ao ensino médio, eles precisam se deslocar para o município de Miguel Calmon. A escola recebe recurso federal que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, que vem por meio da prefeitura do município de Miguel Calmon, o qual é repassado para as escolas da comunidade, com a exigência de que 30% dos alimentos sejam comprados diretamente dos agricultores locais, no entanto, segundo os moradores, isso não é cumprido, ou seja, essa compra não acontece nas mãos dos agricultores do Mocambo e sim, essa compra é feita em por meio de agricultores outras comunidades do próprio município.

A escolha do arcabouço metodológico procurou identificar e descrever qual a culturas alimentares e agrobiodiversidade, alimentos consumidos e produzidos no Quilombo Mocambo dos Negros e quais foram às características marcantes na história que os levou a ter uma alimentação como é hoje. A pesquisa buscou compreender as trajetórias nas práticas e nos circuitos alimentares presentes na comunidade, a fim de contextualizar o acesso a diferentes alimentos relacionando-os com o modo de vida dessa população. As famílias agricultoras recorrem e constroem o território a partir da compreensão do que Ingold (2015) qualificou como um fluxo de materiais, ou seja, os encontros das pessoas com as coisas no processo de criação de formas. Segundo Carvalho *et al.* (2021), seria

uma ideia de criatividade que se projeta para frente apontando que, a relação dos seres humanos com o ambiente, a criação de artefatos e as modificações na paisagem não se dão simplesmente criações a partir de planos previamente pensados, mas também a partir de práticas improvisadas que vão criando linhas ao longo das quais as coisas vão sendo continuamente formadas, criando condições para que outras coisas se formem.

A produção para o autoconsumo exerce um papel estratégico na garantia da SAN e da reprodução social das famílias, pois contribui para sua maior autonomia no acesso à alimentação, reduzindo a sua dependência do mercado e das variações na aquisição de renda monetária (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008; GRISA, 2007). Porém, com as atividades do empreendimento ligado à mineração, que afetou a produção de alimentos na comunidade, a população se tornou vulnerável e, com isso, exposta à insegurança alimentar (INSAN).

A compreensão sobre a perda de espaço das culturas tradicionais no cotidiano das pessoas envolve aspectos econômicos, sociais e políticos, bem como suas implicações no emocional das pessoas que vivem nesse espaço. A construção do caminho metodológico aconteceu a partir da necessidade em responder ao problema desta pesquisa acerca das práticas alimentares de Mocambo dos Negros e como estas práticas tem se mantido ao longo do tempo, quais alimentos são produzidos e quais os desafios que se apresenta para segurança alimentar e nutricional do quilombo Mocambo dos Negros. O processo de efetivação da pesquisa exigiu uma trajetória metodológica, escolhas e possibilidades que nos levasse ao que foi pensado sobre a pesquisa, às descobertas, aos atravessamentos do campo, direcionando os passos seguidos. Entendeu-se que a pesquisa é um conjunto de etapas sistemáticas que têm como objetivo responder problemas que lhe são propostos. Segundo Gil (2010), estas fases se desenvolveram mediante o uso de metodologias e técnicas de investigação científica, desde a formulação do problema até o desfecho dos resultados. Portanto, necessitou-se de um planejamento prévio para condução das ações desenvolvidas, visto que a metodologia de um estudo foi o eixo orientador da pesquisa.

No contexto, foi possível identificar que as práticas e saberes

tradicionais nas mais variáveis relações culturais retratam as formas de fixação, manutenção e reprodução dos povos e comunidades com o meio ambiente onde vivem, e que estes vêm sofrendo modificações pelas atividades da mineradora instalada na comunidade que causa danos ao meio ambiente.

O perfil demográfico e socioeconômico de Mocambo dos Negros pode representar um fator limitante às suas opções alimentares, uma vez que o mercado alimentar não oferece possibilidade de baixo custo para a manutenção de uma alimentação adequada. Nesse sentido, partindo-se do pressuposto que a agrobiodiversidade é o produto resultante da intervenção do homem sobre os ecossistemas, torna-se fundamental analisar a influência das questões culturais que permeiam essa relação (REDIN *et al.*, 2021).

Sendo a política pública uma barreira para dar-lhe autonomia na aquisição de alimentos, e ausente, uma alternativa do Mocambo dos Negros é procurar alimentos que possam adquirir de acordo com os valores que lhe são possíveis. Dessa forma, esses alimentos são geralmente industrializados e produzidos pelo mercado global que visa apenas o lucro. Assim, o quilombo Mocambo vive também uma cultura globalizada como outras comunidades do país, enfrentadas pela modernização, fazendo com que as práticas alimentares e tradicionais dessa população sejam abandonadas ou mesmo esquecidas.

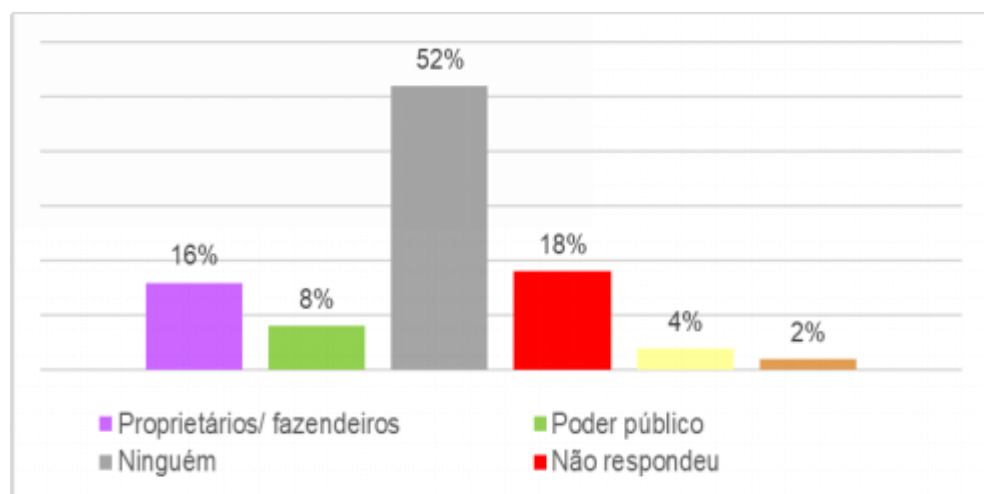
Com o acesso aos benefícios do governo (bolsa família, aposentadoria e seguro defeso), as famílias desta comunidade quilombola necessitam reorganizar seu sistema de produção e suas estratégias para aquisição de alimentos, superando as dificuldades ambientais e econômicas, possibilitando, dessa forma, a continuidade do seu modo de vida e garantindo a reprodutibilidade da unidade familiar (NASCIMENTO; GUERRA, 2016). Por isso, faz-se necessário a execução de políticas públicas de assistência a essa população, fomentando, assim, o desenvolvimento de sua autonomia para que possam atingir melhores condições de vida, soberania e segurança alimentar.

## 5.7 ATIVIDADE ECONÔMICA, SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM MOCAMBO DOS NEGROS

Produzir nas terras da comunidade representa uma reafirmação dos laços históricos com o passado e possibilitar às novas gerações acesso aos saberes, práticas e costumes dos antepassados. Entretanto, essas práticas de

manutenção cultural estão ameaçadas desde a implantação da atividade mineradora Química Geral do Nordeste-QGN, situação que é do conhecimento de parte dos moradores da comunidade, mas ignorado por uma parcela, como pode ser verificado na Figura 9. Os empregos diretos e indiretos, gerados após a sua implantação, cria no imaginário popular a crença de desenvolvimento econômico na região.

**Figura 9-** Pessoas que perderam acesso às terras agricultáveis em Mocambo dos Negros.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

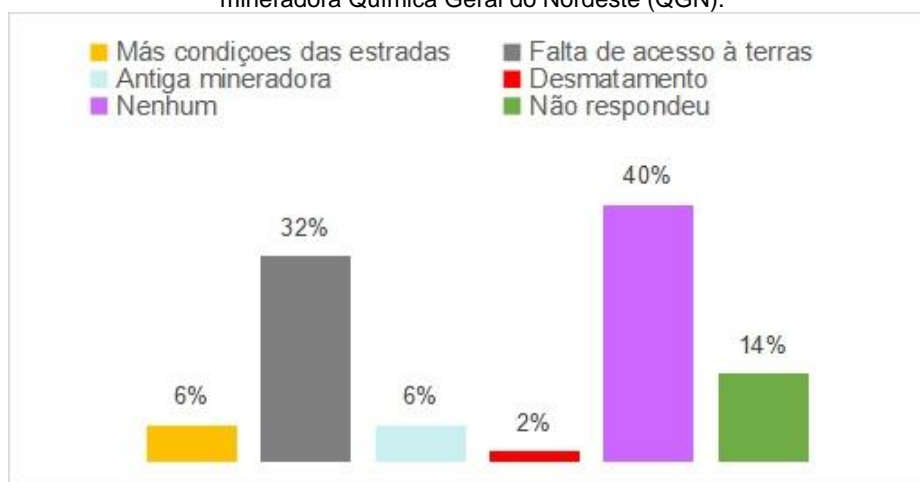
Embora a figura acima apresenta que 52% da população não acredita que a empresa Química Geral do Nordeste não esteja em conflito direto com eles, mas fica demonstrado nas conversas que a produção do empreendimento fere, inclusive a Constituição ou a base legal de toda a convivência social na sociedade brasileira. Nesse sentido, a associação dos moradores do distrito busca judicialmente reparação por esses danos. A relevância jurídica do dano, em virtude do regime de proteção legal que incide sobre o bem lesado, desmatamento de área de preservação permanente, reserva legal, destruição de um bem tombado ou declarado de relevante valor histórico, morte de animal ameaçado de extinção são buscas que a comunidade procura para uma avaliação dos impactos do empreendimento na saúde da população.

As instalações da empresa Química Geral do nordeste-QGN S.A impedem o acesso a territórios antes abertos às comunidades, impedindo-as de usarem os recursos naturais que outrora eram da população local. Neste contexto, áreas reservadas para a produção de alimentos estavam sendo usadas pela

empresa mencionada, gerando conflito entre a mineradora e os moradores locais que precisam produzir o seu sustento. Nesse sentido, o perfil levantado acerca da situação nutricional atual dos moradores desta localidade é marcado pela “insegurança alimentar”, pois enfrentam como questão primordial a luta pelo acesso ao território para a produção e reprodução dos saberes tradicionais, e, sobretudo, a garantia da sobrevivência.

Na Figura 10, que retrata o entendimento de parte da população local sobre os impactos ambientais presentes no território em que a comunidade está inserida. A partir do ano de 2015, depois da extinção da atividade mineradora, grande parte da população local ficou sem uma fonte de renda fixa, o que culminou numa situação de vulnerabilidade econômica e social para a população, levando muitos indivíduos ao êxodo rural em busca de novas oportunidades de sobrevivência.

**Figura 10** - Situações enfrentadas pelos moradores da comunidade Mocambo dos Negros com a mineradora Química Geral do Nordeste (QGN).



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Como mostrado na figura 10, apenas 32% da população entende que a comunidade perdeu acesso à terra, pelo fato das terras que a empresa QGN deixou estarem improdutivas e contaminadas, impróprias para o plantio. Isso fica evidente ao analisar as respostas dadas por 40% dos moradores que afirmam não haver problema nenhum na comunidade. Posto isso, é questionável que parte da população não esteja percebendo que alimentos aqui considerados frutas, verduras e leguminosas, que venham a ser plantados estejam sob o risco de contaminação frequente, em desacordo com os conceitos de segurança alimentar

e nutricional.

Assim sendo, a defesa da biodiversidade dos cultivos como forma de garantir a preservação da biodiversidade, da segurança alimentar e da preservação da cultura e da economia local, no universo deste estudo, o território de Mocambo dos Negros, a garantir água e terra como uma das formas de gerar trabalho, renda e acesso aos alimentos, através do seu cultivo. Para Amorozo (2008) os espaços de plantação domiciliar são áreas de suma importância para a conservação da cultura local e para a segurança alimentar global, já que são ambientes de interações culturais e sociais.

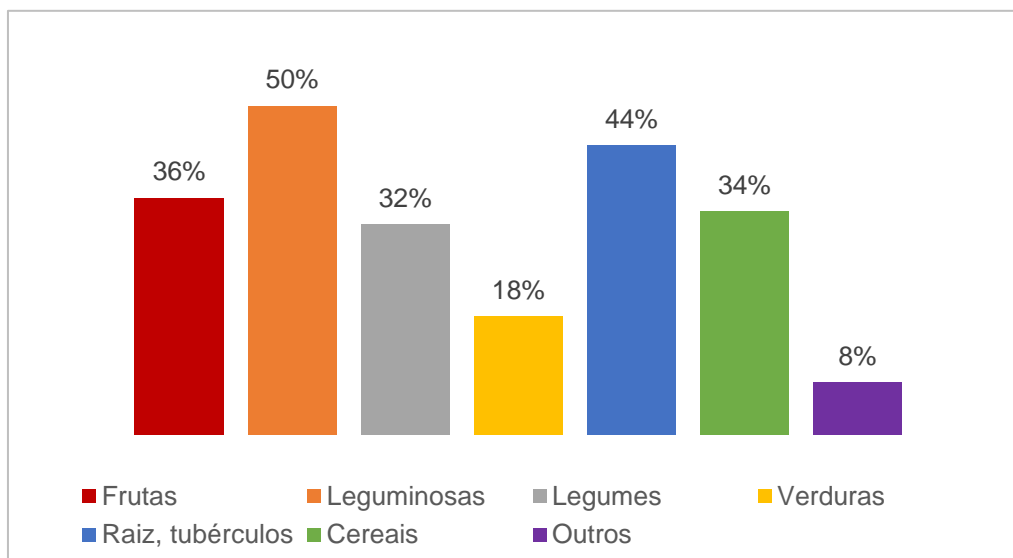
#### 4.2.1 Alimentos consumidos pela comunidade Mocambo dos Negros

Na comunidade de Mocambo dos Negros, os alimentos consumidos são provenientes do plantio em pequenas roças, quintais, produzidos por meio de uma agricultura de autoconsumo. O que não é produzido é comprado nas feiras, nos pequenos mercadinhos e vendas do próprio distrito ou da sede do município Miguel Calmon. Segundo Hageraats (2017), as várias formas de posse de terras impedem as famílias agricultoras de terem acesso aos frutos do seu próprio trabalho, o que aponta para uma violação do direito humano à alimentação adequada. Nesse contexto, a falta de políticas públicas voltadas para essa categoria, para gerir com autonomia o que produz em sua comunidade, é considerada com impedimento à soberania alimentar.

No âmbito da comunidade de Mocambo dos Negros foi possível quantificar a disponibilidade em número de frutas, leguminosas, raiz, verduras, cereais e tubérculos como expressa na Figura 11. Nela, evidencia-se a produtividade dos alimentos necessários à subsistência da população da comunidade, o que reforça a importância dos solos agrícolas sem contaminação e do acesso a esses solos para o plantio para comunidade local. Nesse sentido, qualquer atividade econômica que interfira no acesso e uso dos solos para produção agrícola traz prejuízos econômicos e culturais à comunidade.

**Figura 11-** Disponibilidade de frutas, leguminosas, grãos, sementes e tubérculos durante o ano em Mocambo dos Negros.





Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

Dentre as famílias entrevistadas foi possível constatar que a produção alimentícia é uma atividade que vai além da necessidade fisiológica de sobrevivência e saúde, mas também de resgate e manutenção da cultura que foi construída e mantida pelos habitantes e seus antepassados.

Na Tabela 3 torna-se relevante os dados sobre o consumo dos alimentos utilizados diariamente, o que reflete a relação entre a renda desses agricultores e de como a agricultura familiar é tratada nesse local, deixando evidente que a ausência dela pode comprometer não somente a renda desses moradores de Mocambo, mas, também, o teor de nutrientes na ingestão alimentar, configurando assim um estado de insegurança alimentar.

**Tabela 3** - Alimentos consumidos pelos moradores do quilombo Mocambo dos Negros.

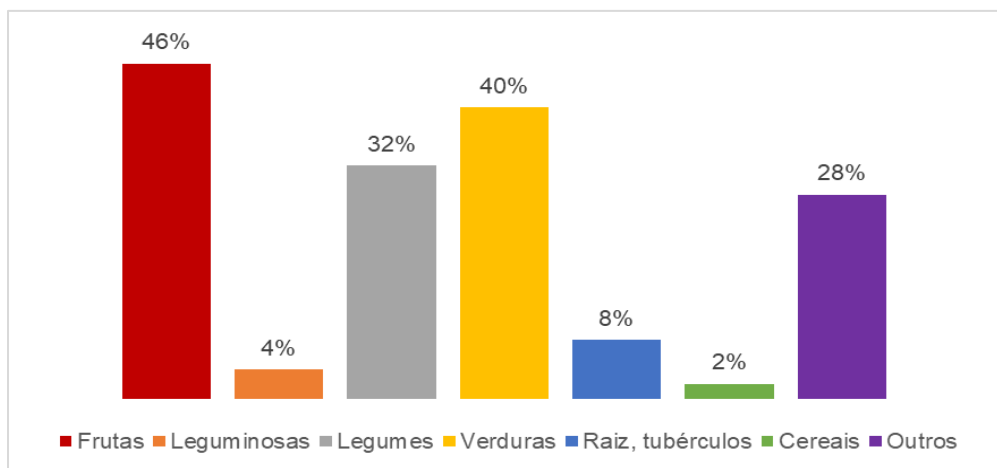
<b>ALIMENTOS CONSUMIDOS DIARIAMENTE</b>		
<b>Alimentos</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>nº</b>
Abóbora	2%	1
Açúcar	12%	6
Arroz	50%	25
Banana	4%	2
Bolo	2%	1
Café	26%	13
Carne	54%	27
Cuscuz	8%	4
Farinha	54%	27
Feijão	74%	37
Frango	18%	9
Frutas	24%	12

Fubá de milho	2%	1
Legumes	18%	9
Leite	8%	4
Maçã	2%	1
Macarrão	14%	7
Mingau	2%	1
Óleo	6%	3
Ovos	4%	2
Pão	12%	6
Peixes	8%	4
Raízes	2%	1
Tapioca/beiju	2%	1
Verduras	32%	16
Batata	2%	1
Hortaliças	2%	1
Bolacha	4%	2

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A alimentação da população de Mocambo dos Negros segue uma dieta rica em produtos naturais, além de complementação feita por produtos industrializados. Entre os alimentos consumidos, boa parte é produzida na própria comunidade o que reforça a importância da agricultura familiar para essa população. Os demais alimentos são adquiridos em feiras e mercados próximos à comunidade. As hortaliças, verduras, mandioca, algumas frutas e feijão consumidos são coletados em quintais das casas e nas roças das famílias (Figura 12), o que garante alimentação saudável, com produção feita pela própria família e/ou comunidade de forma agroecológica. São esses aspectos que contribuem para dietas diversificadas e muito mais nutritivas (POLLAN, 2008), que superam a monotonia alimentar que marca sistemas alimentares insustentáveis e globalizados.

**Figura 12-** Alimentos cultivados no quintal das casas na comunidade Mocambo dos Negros.



Fonte: autora, 2022.

Os alimentos plantados pela comunidade de Mocambo dos Negros como mostra a figura acima, seguem a tradição camponesa de produção nas roças e quintais com objetivo do autoconsumo e comercialização do excedente. Nesse caso, são produzidas frutas, verduras, legumes, raízes, leguminosas entre outros. Os quintais se configuram como unidades artificiais e são considerados paisagens culturais ou domesticadas com plantas introduzidas cultivadas, fato que aumenta a diversidade biológica pelo manejo e conhecimento acerca dos diversos usos das espécies. Algumas das espécies presentes nos quintais: manga (*Mangifera indica*), caju (*Anacardium occidentale*), laranjeira (*Citrus sinensis*), urucum (*Bixa orellana*), jenipapo (*Genipa americana*), limão (*Citrus limon*), goiabeira (*Psidium guajava*), acerola (*Malpighia glabra*), pimenta (*Capsicum frutescens*), capim-cidreira (*Cymbopogon citratus*), algodão (*Gossypium hirsutum*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), coentro (*Coriandrum sativum* L.), gengibre (*Zingiber officinalis*), arruda (*Ruta graveolens*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), babosa (*Aloe vera*), hortelã (*Mentha x villosa*), boldo (*Plectranthus barbatus*), quebra-pedra (*Phyllanthus orbiculatus*), anador (*Justicia pectoralis*). Segue abaixo a lista de mais alimentos cultivados no quilombo de Mocambo dos Negros que a comunidade utiliza para se alimentar.

Segundo Callegaro; López (2017) a fim de resguardar a biodiversidade e a agrobiodiversidade, é necessário conhecer a cultura alimentar da localidade, contextualizar geograficamente e historicamente o uso dos alimentos, identificando o ato de alimentar-se como uma questão política, pois o alimento traz em si relações de trabalho, acesso aos meios de produção, relações de gênero e

representa o modo de uso dos recursos naturais: terra, água e combustíveis, através dos agroecossistemas. (Quadro 1).

**Quadro 1** - Lista das frutas cultivadas nos quintais moradores do Mocambo dos Negros.

Manga ( <i>Mangifera indica</i> L.)	Jenipapo ( <i>Genipa americana</i> L.)	Maracujá verde ( <i>Passiflora</i> L.)
Goiaba ( <i>Psidium guajava</i> L.)	Jabuticaba ( <i>Plinia grandifolia</i> (Mattos) Sobral)	Maracugina ( <i>Passiflora</i> L.)
Tangerina ( <i>Citrus reticulata</i> Blanco)	Lima ( <i>Citrus aurantiifolia</i> (Christm.) Swingle)	Mamão ( <i>Carica papaya</i> L.)
Limão ( <i>Citrus xlimon</i> (L.) Osbeck)	Pinha ( <i>Annona reticulata</i> L.)	Acerola ( <i>Malpighia emarginata</i> DC.)
Banana da prata ( <i>Musa paradisiaca</i> L.)	Banana de São Tomé ( <i>Musa paradisiaca</i> L.)	Siriguela ( <i>Spondias purpurea</i> L.)
Melancia ( <i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. & Nakai)	Graviola ( <i>Annona muricata</i> L.)	Banana da terra (café) ( <i>Musa paradisiaca</i> L.)
Abacaxi ( <i>Ananas comosus</i> (L.) Merrill)	Abacate ( <i>Persea americana</i> Mill.)	Laranja ( <i>Citrus xaurantium</i> L.)
Jaca ( <i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.)	Romã ( <i>Punica granatum</i> L.)	Umbu ( <i>Spondias tuberosa</i> Arruda)

Fonte: Elaborado pela autora (trabalho de campo, 2022).

O quadro acima elenca frutos e frutas cultivados pelos quilombolas na comunidade Mocambo dos Negros. A pesquisa sobre os alimentos plantados nos quintais e de frequência alimentar consumidos pelas famílias englobou 24 variedades. Segundo as respostas dos entrevistados, alimentos como a banana, manga, laranja, abacaxi, goiaba, melancia, jaca, dentre outras frutas são consumidas com regularidade dentro da dieta das famílias.

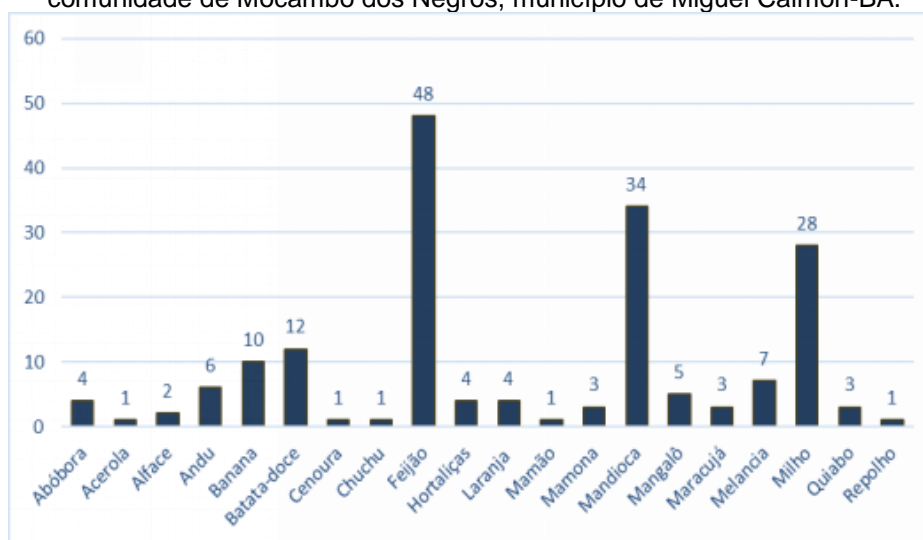
Cabe ressaltar que alguns produtos oriundos dos quintais são utilizados na elaboração de diferentes pratos, inclusive para festividades religiosas. Alguns destes frutos são consumidos com mais frequência, como por exemplo, a banana, jaca, laranja, mamão, etc. Outros têm o seu plantio nos roçados e são comercializados na feira livre, o que gera renda para a aquisição de outros alimentos necessários à dieta da família. O agroecossistema das roças é um símbolo de agricultura em seus saberes e práticas nas comunidades tradicionais e representa um dos pilares da cultura alimentar (RIVERA, 2017).

#### 4.2.2 Alimentos cultivados, consumidos e comercializados em Mocambo dos Negros

A atividade agrícola é a principal fonte de renda deste município, sendo citadas 17 (dezessete) tipos de culturas produzidas na comunidade. No decorrer deste estudo, era comum encontrar áreas com plantações de hortaliças e frutas, em quintais e roças do distrito, reforçando a ideia de que os moradores da comunidade desenvolvem atividade agrícolas que favorecem o resgate da biodiversidade, da segurança alimentar e também da agrobiodiversidade alimentar no distrito. Os cultivos principais evidenciados na Figura 13 são: feijão, mandioca e milho.

Os cultivos de hortaliças não são estabelecidos durante todo ano. Entretanto, as famílias enfrentam problemas nestas produções dada a ausência de apoio técnico, financeiros e recursos que apesar de já terem formado uma associação para enfrentar algumas destas dificuldades, a comunidade fica às margens das políticas públicas e de outras ações na esfera do poder município. Dessa forma, não tem acesso aos conhecimentos técnicos que contribuiriam para o desenvolvimento das atividades produtivas e superação das dificuldades técnicas e produtivas que contribuiriam na efetiva produção de alimentos, geração de renda e promoção da soberania alimentar no distrito do Mocambo.

**Figura 13** - Frequência de respostas dos itens produzidos pelos agricultores entrevistados na comunidade de Mocambo dos Negros, município de Miguel Calmon-BA.



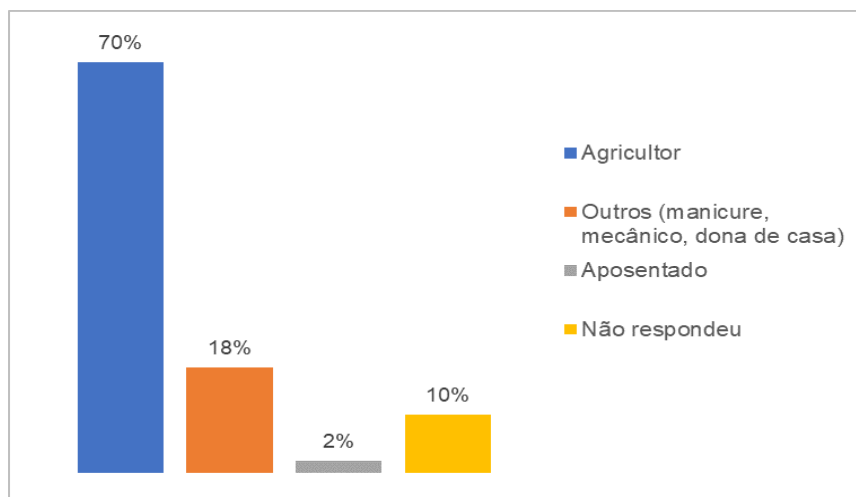
Fonte: Autora (2021).

Constata-se que a comunidade produz uma grande diversidade de alimentos como feijão (48), mandioca (34), milho (28), batata doce (12), banana (10), melancia (07), andu (06) e mangalô (05) ao considerarmos os alimentos que tiveram maior frequência de citação entre os entrevistados. Deste modo, mesmo com uma produção diversificada em detrimento das dificuldades sócio produtivas vivenciadas, verifica-se que existem famílias na comunidade que necessitam de assistência na garantia da alimentação. Assim, mesmo havendo programas assistenciais para atender a este tipo de demanda, constata-se que as não recebem cestas básicas do programa Brasil quilombola e de outros programas governamentais.

Nessa perspectiva, fatores como o acesso à terra suficiente para cultivo e sustentação das famílias e falta de apoio técnico estatal a tais famílias por meio dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), bem como as intervenções externas exercidas principalmente pelos garimpos e atividade mineradora que tem impactado negativamente os sistemas agroalimentares locais. Assim, a cultura alimentar e agrobiodiversidade que apresenta uma simbologia com características ancestrais, significados e valores na comunidade estão se perdendo. Deste modo os processos de desenvolvimento exógenos, como é o caso da atividade mineradora, concorre para modificar hábitos e uniformizar culturas, interferindo na relação das pessoas no espaço e tempo com reflexos e impactos na cultura alimentar e produz como efeito a insegurança alimentar.

Ainda que a comunidade tenha como base econômica a agricultura familiar camponesa que prioriza a produção para ao autoconsumo, uma série de outras atividades produtivas e serviços tem se estabelecido entre as ocupações da população do campo se configurando naquilo que vem sendo denominado de pluriatividade. No caso da Comunidade de Mocambo, está pluriatividade se manifesta em várias atividades como informadas na Figura 14 dentre as quais destacam as referências a manicure, mecânico e dona de casa.

**Figura 14** - Atividades desenvolvidas pelos moradores do quilombo Mocambo dos Negros.



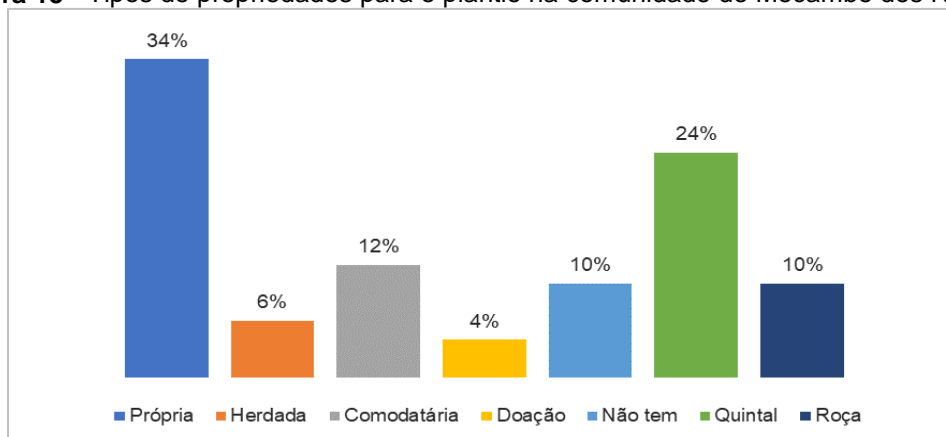
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com as respostas dos atores da pesquisa, o exercício do trabalho rural é a única atividade laboral para 70% (n=35) dos agricultores, 2% (n=1) da população são aposentados, 18% (n=9) deles exerce a função do plantio nos pequenos quintais das casas, mas desenvolve também outras funções e 10% (n=5) não quiseram responder. Cabe destacar que um número significativo de pessoas se abstiveram de dar respostas a esta questão, o que sugere receio, entre os moradores do quilombo, de prestar informações de cunho financeiro uma vez que acreditam que revelar a renda pode comprometer o recebimento de algumas políticas públicas voltadas para a distribuição de renda vigentes no país. De maneira geral, na comunidade somente 2% dos informantes relataram ter acesso à política assistencial da aposentadoria, embora esta se constitua uma das principais políticas sociais para a população do campo. É indubitável a invisibilização da Política de Saúde da População Negra nesta comunidade, especialmente quando se trata de fatores que atuam aprofundando ou reduzindo as desigualdades étnico-raciais decorrentes das iniquidades e falta de acesso aos direitos humanos e cidadania, refletidas nas violências em seus diversos espectros e na manutenção do racismo estrutural e institucional que vai determinar as formas diferentes do nascer, crescer, adoecer e morrer nesta sociedade (NASCIMENTO, 2020)

A vulnerabilidade da parcela populacional que vive abaixo da linha da pobreza ou próximo deve representar uma preocupação para governos, uma vez que a pobreza é um dos indicadores responsáveis pela instabilidade econômica

de um país e fator agravante para o alcance da sustentabilidade ambiental. Portanto, a intenção dessa pesquisa é romper a invisibilidade que caracteriza essa parcela da população, registrando suas formas de vida, sua cultura e suas identidades para posterior divulgação dos resultados. Nesse sentido, a Figura 15 retrata os tipos de propriedades existentes na comunidade, a função e a origem e forma de aquisição de cada uma. Os dados são importantes para mostrar a importância das terras agrícolas para a subsistência da população local, e, a partir dele, fazer inferência sobre o perfil socioeconômico da população. Diante desses dados, infere-se que essa população tende à vulnerabilidade socioeconômica, o que sugere insegurança alimentar e nutricional (SAN).

**Figura 15** - Tipos de propriedades para o plantio na comunidade de Mocambo dos Negros.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Constituição Federal de 1988, sobre a questão das terras ocupadas por descendentes de pessoas escravizadas, no qual assegura aos remanescentes das comunidades de quilombos a propriedade das terras, devendo o Estado fornecer os respectivos títulos (BRASIL,1988). Porém, a inclusão do artigo 68 da constituição sobre a terra previu o reconhecimento da propriedade das terras quilombolas que garantem o surgimento da sua própria cultura (NASCIMENTO, 2020), mas de fato o título e reconhecimento da terra na comunidade do Mocambo não aconteceu. A terra que os agricultores plantam foi herdada pelo pais, ou plantam em terras emprestadas, dividindo o lucro, ou mesmo compraram o pedaço de chão para o plantio.

Observa-se que embora a maioria da população tenha acesso à terra para plantar, 34% (n= 17) diz possuir a terra, 6% (n=3) relata ser herdada, 12%

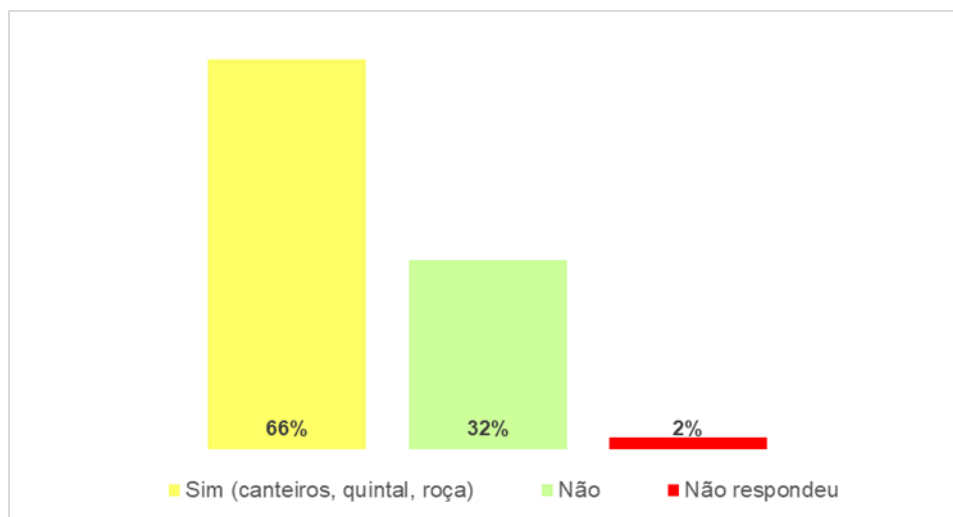


(n=6) comodataria, 4% (n=2) diz ser doada, mas não quis citar a origem da doação, 10% (n=5) deles não possuem terra, 24% (n=12) deles plantam no quintal da casa e 10% (n= 5) deles têm um pequeno roçado como mostra na figura 15. Nesses plantios, há diversificação de alimentos usuais que, possivelmente, têm relação com a posse e o tamanho da terra. Ainda, 34% das famílias destinam a produção do quintal somente para o consumo próprio e de seus familiares, pois não existem sobressalentes na produção que possa ser comercializada. Estes agricultores realizam pequenos plantios, como por exemplo, o cultivo de mandioca que servirá tanto para comer durante ou entre as refeições, quanto para a fabricação de farinha que também irá compor a alimentação familiar.

Para tanto, o acesso à terra é fundamental para que a produtividade e a continuidade da cultura dos antepassados sejam preservadas, por meio da produção de alimentos. Nesse sentido, para analisar o perfil cultural de um povo, é essencial conhecer o modo de vida e de produção, e, para isso, a disponibilidade de terras agricultáveis dessa população. Em estudo envolvendo o Brasil, o acesso à terra foi apontado como a principal dificuldade para a subsistência das comunidades tradicionais (SÁ, 2010). Na comunidade estudada a situação condiz com a realidade do país, pois parte da população da região quilombola não tem a verdadeira posse, por falta de regularização por parte do INCRA.

As relações para uso da terra com os moradores do quilombo Mocambo dos Negros em certas áreas do território ocorrem “mediante a troca entre o cultivo em um pequeno pedaço de terra e a abertura de pastos e outros serviços manuais” (BARGAS; CARDOSO, 2015). Assegurar o acesso à terra significa, além de garantir a sobrevivência, manter vivos na memória os acontecimentos históricos e as práticas sociais, como os hábitos alimentares, que afirmam a identidade deste grupo.

**Figura 16** - Área destinada para o cultivo na comunidade Mocambo dos Negros.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto à área de cultivo no distrito de Mocambo dos Negros, 66% (n=33) dos entrevistados dizem possuir uma área exclusiva para o cultivo, que pode ser o quintal ou mesmo uma pequena roça, 32% (n=16) dizem não ter nenhuma área exclusiva para plantar e apenas 2% (n=1) não respondeu (Figura 16). O acesso ao solo agricultável é fator relevante para alcançar a soberania alimentar, uma vez que ela não diz respeito apenas ao direito dos povos de decidir o que comer, mas também em relação à valorização da cultura, dos cuidados com a biodiversidade, e, para tanto, acesso ao solo para plantar. Nesse contexto, é por meio da agricultura familiar que se pode contemplar a dimensão da alimentação, podendo gerar trabalho, renda, diversificando hábitos e formas de cultivo. Entretanto, é impossível concebê-las sem estabelecer uma relação imediata com o poder público e sem a busca da comunidade pela formação de cooperativas que possam gerar renda para a comunidade.

Constatou-se que a agricultura familiar da comunidade envolve homens e mulheres de diferentes faixas etárias. Assim como em outras comunidades quilombolas do território brasileiro, a comunidade estudada enfrenta problemas de acesso aos alimentos variados, produzidos fora da comunidade. Uma das explicações para este problema deve-se, sobretudo, ao fato a comunidade estar localizada distante da sede do município, onde os demais gêneros alimentícios necessários à dieta humana e não produzidos na comunidade poderiam ser adquiridos nos mercados locais.

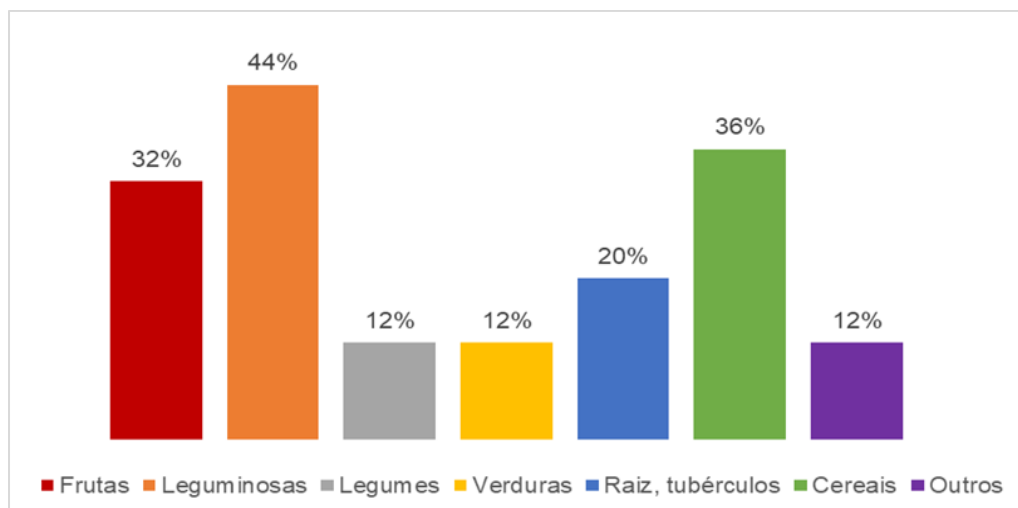
Pelas observações feitas durante a pesquisa sobre a dinâmica da

população e a oferta de alimentos, constatou-se a existência de comércio da comunidade e sistema local de troca e doações que acontece entre os moradores do Mocambo. Dessa forma, mesmo passando por algumas dificuldades, a comunidade consegue produzir variados alimentos que compõem a sua dieta. Entretanto, as dificuldades evidenciadas apontam para uma carência de promoção e apoio a ações locais e territoriais à produção familiar. Uma das potencialidades é a produção, a transformação e o consumo de alimentos fazem parte de uma rica cultura quilombola, o que pode contribuir com a economia das famílias de Mocambo dos Negros e também um elemento de valorização e fonte de identidade dos indivíduos e dos grupos como no caso das comunidades tradicionais (DEMO, 1987).

Na comida tradicional local identificam-se vestígios da comida da época do engenho, quando o consumo era baseado no que estava ao alcance, fruto da roça próxima de casa. Estão presentes o quiabo, a mandioca e os temperos do quintal; o peixe, a galinha e o leite, que geram “pratos típicos” como a sopa de leite, pirão de leite com carne seca, o capitão de feijão, a tapioca com sassá (peixe típico da região), entre outros pratos que remetem à imemorialidade (SOUZA, 2017).

Como mostrado na Figura 17, frutas, leguminosas e tubérculos são os cultivos mais expressivos na comunidade. O milho é consumido diariamente, mas principalmente em períodos de festas juninas, na qual região nordeste do Brasil e, neste caso, o território de Mocambo dos Negros, é o período de colheitas, fartura de alimentos. Colhe-se o milho plantado e ele é consumido de várias formas: assado, cozido, ralado para fazer bolo, canjica, mingau, fubá, pamonha, dentre outras formas e uso nas iguarias. O milho é uma cultura nativa do continente americano, é fundamental à segurança alimentar e ao patrimônio cultural da região, presente nos tradicionais pratos como pamonha, canjica, mungunzá, cuscuz (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017).

**Figura 17** - Alimentos produzidos para consumo e que também são vendidos na feira livre.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Assim como outros produtos, a farinha utilizada na dieta da população é produzida na própria comunidade. Para isso, há cultivo de mandioca e estrutura para a produção da farinha, feita em casa de farinha, como é chamada o local em que a raiz é lavada, descascada, ralada, retirada a massa e, por fim, torrada para ser transformada em farinha. O produto final é bastante utilizado na dieta dos brasileiros, compondo parte da alimentação popular na maioria das famílias e não somente em comunidades quilombolas. No Brasil a cultura do milho sempre foi expressiva, dada a sua importância para a culinária do país. No quilombo Kalunga do Estado de Goiás, na região Centro-Oeste (DE JESUS SILVA; GARAVELLO; NAVAS; NARDOTO *et al.*, 2015), o milho, a mandioca e a abóbora eram mais produzidos e consumidos nas comunidades de difícil acesso. Em estudo sobre a comunidade Moçambique (BERALDO, 2009), o milho e a mandioca são apontados como alimentos tradicionais e essenciais para alimentação da população que usa a força física para o trabalho diário.

A Figura 18 evidencia-se a rotina das famílias agricultoras do quilombo Mocambo dos Negros na prática da capina e manejo dos agroecossistemas. Produtos como a mandioca são produzidos com regularidade nas roças e quintais da comunidade para que as famílias tenham esse importante gênero alimentício durante todo o ano. Um dos produtos advindos deste cultivo na comunidade é a farinha de mandioca, alimento indispensável na cozinha do distrito da comunidade. A mandioca se constitui em um alimento primordial no sistema agroalimentar local dada a produção própria e autonomia e baixa exigência de

insumos e tratos culturais no cultivo feito em consórcio com outros cultivos de outros gêneros alimentícios como feijão, abóbora, dentre outros. Deste modo, além da farinha e goma produzida pela comunidade, a própria mandioca é consumida de forma direta e possibilita a produção de uma infinidade de gêneros alimentícios como bolos, tapioca, biscoitos, dentre outros que são consumidos pelas famílias, doados na comunidade e mesmo comercializados no comércio local dado que tais gêneros e produtos fazem parte da cultura e sistema agroalimentar local e territorial.

**Figura 18-** Trabalhadores do campo, capinando e arando a terra para o plantio.



Fonte: Marisa moradora de Mocambo dos Negros (2023).

As atividades praticadas no Mocambo são praticamente de agricultura para o sustento das famílias. Assim, homens e mulheres se apropriam dos recursos naturais com a finalidade de produzirem diferentes afazeres no seu cotidiano social, o que resulta em diferentes formas de produção dos saberes. Por isso, se torna relevante o conhecimento tradicional, uma vez que este envolve uma relação histórica e ao mesmo tempo direta com o meio ambiente pautada por simbolismos.

No passado, as roças no quilombo eram numerosas e possuíam

cultivos diversificados. Além das diferentes variedades de maniva, plantava-se macaxeira, milho, maxixe, abóbora, feijão, batata-doce, melancia, tomate, entre outras. Atualmente, embora se constate perda de parte desta agrobiodiversidade os agroecossistemas agrobiodiversos ainda são uma característica da comunidade de Mocambo dos Negros. Deste modo, há uma produção diversificada de verduras e frutas nos quintais e roçados, tais como a couve; banana; maracujá e batata-doce, comumente comercializados na feira. Dentre as frutíferas destacam-se laranja, lima, limões, mangas, jacas, jenipapos, graviolas, especialmente bananas, jabuticaba, seriguela, umbu, cajá, goiaba e abacate que, além de ser cultivadas para comercialização nas feiras, são consumidas pelas próprias famílias.

Assim, de maneira geral parte da produção é para o consumo próprio e o excedente é doado, vendido na própria comunidade, ou, aos sábados, na feira que fica na sede do município (Figura 19), ou nos comércios locais, em mercados e supermercados.

**Figura 19** - Praça central de Mocambo dos Negros, onde acontece a feira livre



Fonte: acervo dos moradores de Mocambo dos negros.

No processo de beneficiamento da mandioca, a casa de farinha, além de um espaço de produção, pode ser considerada também um espaço de trocas de conhecimentos entre os que a frequentam (Figura 20). A farinha é um dos produtos mais vendidos na região e, com ela, outros produtos extraídos da mandioca como por exemplo: o tucupi (líquido amarelo extraído da mandioca fresca) e a goma (fécula da mandioca). As famílias geralmente fazem farinha uma vez por semana. Homens e mulheres juntos arrancam e carregam as mandiocas



até a casa de farinha em carro de mão. Nesse cenário, o trabalho é dividido, cabendo aos homens torrar a farinha, e às mulheres ralar a mandioca e extraírem o tucupi. Assim, é no contexto da agricultura familiar camponesa que a cultura da mandioca vai estabelecer-se como um cultivo importante para a segurança alimentar e geração de renda nas comunidades, trata-se de uma herança do Brasil Colônia, em que a produção dessa raiz já era incentivada (CALLEGARO; LOPEZ, 2017).

**Figura 20** - produção de farinha, uso da mandioca.



Fonte: a autora (2021).

Além da tarefa de plantar e de torrar a farinha seja desempenhada pelos homens e pelas mulheres, o processo de preparação da terra, plantio, colheita e a fabricação da farinha é dividido em diversas etapas e envolvem todos os membros da família em trabalhos específicos, individuais e coletivos, caracterizando a organização do trabalho da família camponesa (GUEDES, 2018). Assim como ocorre dentre as populações tradicionais citadas, destaca-se na agricultura familiar a divisão mais igualitária e justa do trabalho entre os membros da família e a propriedade familiar dos meios de produção (NASCIMENTO, 2017).

As roças são cultivadas da mesma forma que os ancestrais cultivavam. Para o preparo da roça, “os quilombolas empregam o sistema de corte e queima, conhecido como coivara, e fazem um rodízio das áreas de plantio, deixando-as em pousio por alguns anos até voltarem a ser produtivas” (SANTILLI, 2015). Atualmente esta é uma prática condenada dada a restrição de áreas para o pousio e também as implicações para a qualidade do solo e ciclagem de nutrientes nos agroecossistemas.

Os ecossistemas utilizados para a produção alimentar têm importância fundamental no que se refere à disponibilidade de alimentos. Nesse sentido, as

políticas públicas desempenham um papel importante no desenvolvimento do potencial transformador da agroecologia, por meio, por exemplo, do impulso de mercados locais e de canais curtos de comercialização (CÁRLON, 2021).

#### 4.2.3 Mudanças nos ecossistemas

A pesquisa na comunidade de Mocambo dos Negros mostrou que vêm ocorrendo mudanças nos ecossistemas, gerando impactos aos recursos naturais, impactando os padrões alimentares da localidade em questão. Os produtos provenientes dos roçados, sobretudo a mandioca e a macaxeira, são plantadas e colhidas pouco a pouco para que as famílias os tenham o ano todo à disposição. Os povos e comunidades tradicionais do território brasileiro manejam conhecimento ancestral de cuidado com o território e o saber-fazer brotar alimento (TAVARES, 2019).

A exploração mineral na comunidade, trouxe muitas pessoas de vários lugares, trazendo costumes e culturas diferentes, reduzindo ao máximo a prática da agricultura e o desaparecimento de muitas atividades artesanais (VILARONGA, 2007). A priorização desta atividade econômica resultou no declínio da atividade agrícola de subsistência na localidade (NASCIMENTO, 2020). Partimos da perspectiva que Galeano (2021) coloca como invisível violência do mercado para o qual a diversidade é inimiga da rentabilidade, sendo que o consumo tende a uma padronização que não corresponde aos interesses locais.

Segundo o Ministério Público da Bahia (2014), as ações lesivas e os danos ambientais deixados pela empresa Química Geral do Nordeste na comunidade de Mocambo dos Negros, envolvem, sempre, as dimensões física, biótica e antrópica, que se desdobram em subdimensões, de modo que a dimensão física compreende o componente geológico, o solo, o ar e a água, enquanto o meio biótico agrega a fauna e a flora (os seres vivos e as suas relações) e o meio antrópico se revela na cultura, na sociedade e na economia. Portanto, o reconhecimento dessa realidade deve perpassar pelo desenho das políticas de erradicação da pobreza, integrando as mesmas com políticas específicas, tanto de combate ao racismo, a violência de gênero, defesa dos direitos das comunidades tradicionais, dentre elas, os quilombolas. Pois é num contexto



ambiental em que as mudanças podem representar ameaça à segurança alimentar, haja vista que as dependências destas dos recursos naturais para proverem o sustento das suas famílias.

#### 4.2.4 Preparação, culinária ou dietética

A cozinha quilombola é um espaço carregado de valores culturais e sociais, com uma série de receitas e informações nutricionais que compõem os alimentos, sejam de consumo cotidiano das famílias ou próprios de ocasiões especiais familiares ou da comunidade/território. Entre os doces, há receitas de doce de mandioca, pão de ló, arroz-doce quilombola; já os salgados, cuscuz de milho, quirera, queijo quilombola, carnes (boi, porco, galinha, peixe), feijão; as saladas, couve, abacate, samambaia; as bebidas, vinho de jatobá, chás, café de cana-de-açúcar, dentre tantas outras receitas.

Esse caráter complexo e totalizante do ato alimentar está presente em uma ampla gama de atividades e significados a ele associados, tais como busca pelos alimentos e itens de preparo, preservação, preparação, apresentação, realização, consumo e descarte de alimentos, bem como em seus vínculos com a cultura, parentesco e festividades (VALENTE, 2002; MENASCHE; ALVAREZ; COLLAÇO, 2012).

O preparo dos pratos, muitas vezes acompanhado de cantorias tradicionais, traz consigo toda uma carga de significados que são repassados através das gerações. No quilombo Mocambo dos Negros, a cultura alimentar, além de seu caráter regional, traz também uma identidade de pertencimento étnico-racial. Com base na cozinha dos quilombos Almeida (2016), expõe considerável número de receitas, no qual muitas são nacionalmente praticadas e outras adaptadas com o passar do tempo nas residências brasileiras.

Na Figura 21, pode-se ser observar algumas das preparações feitas pela comunidade de Mocambo dos Negros, como o pão de batata-doce, coração de galinha temperado com quentão do reino, bolo de farinha de mandioca e conserva de tomatinho.

**Figura 21** - Preparações culinárias da cozinha dos moradores de Mocambo dos Negros.



Fonte: Ana Mires (moradora do quilombo Mocambo dos Negros).

Fazer comida tradicional, a chamada comida da cultura, é incorporar e reafirmar nossa existência. Expressões como “vamos queimar a boca com pimenta”, “comer farinha”, “beber pajuaru”, “comer quinhapira”, “comer mujcada”, “comer paçoca”, “comer xibé” – reafirma nossa cultura alimentar e, mais que isso, formas de continuar perpetuando o corpo existência (TAVARES, 2019). Paravati (2016), ao estudar a transformação dos hábitos culinários da comunidade Quilombola da Fazenda Picinguaba, na Serra do Mar Paulista, cita um morador que diz: “Quem faz a dificuldade é a facilidade, quando não tem facilidade, não tem dificuldade, antigamente nada era fácil então não tinha dificuldade” (PARAVATI, 2016).

A cozinha de um povo é criada em um processo histórico que articula um conjunto de elementos referenciados na tradição, mas que também inclui constantes reconstruções e recriações, de modo que não sejam imutáveis (MACIEL, 2001). O consumo de um conjunto de alimentos tradicionalmente utilizados, a forma de preparo e as crenças ligadas a eles é o que vai caracterizá-lo como um alimento “de negro” (BAIRROS *et al.*, 2017).

As receitas da cozinha quilombola do Mocambo são extraordinárias, entre elas, cita-se: doce de chuchu; doce de abóbora baiana; doce de acerola;

doce de banana; doce de jenipapo; doce de leite com amendoim; cocada; broa ou bolo de caçarola; bolinho de chuva; bolo com mamão e coco; broa na folha de bananeira ou caeté; doce de laranja da terra; papa de milho; bolo de aipim; bolo de fubá na garapa; fava; broa de milho, broa de leite azedo; bolo de casca de abóbora; pamonha; farinha de coco; cuscuz no pano; biju simples e ou recheado; rapadura; flor de abóbora com ovo; flor de abóbora à milanesa; feijoada; frango da roça com quiabo; frango caipira com aipim; quitute; feijão de corda; capitão de feijão; mocotó; bolinho de aipim; fubá doce ou angu doce; ensopadinho de mamão com carne seca; caldo quilombola; peixe a moda quilombola; peixe cozido com banana e pirão; canjiquinha com carne ralada; nhoque de batata doce; escaldado com arroz e pirão de carne seca; feijão serra azul com jiló e arroz; farofa de banana; ensopado de carne de porco com inhame; mamão verde com carne seca; paçoca de banana (salgado); peixe de água doce cozido; peixe frito; picadinho de porco caipira; galinha ao molho pardo; abóbora com carne seca; sal temperado; farofa de carne seca; sopa de talo de couve; galinha caipira com palmito; farofa com couve; escondidinho de carne seca, doce de mamão.

A partir das receitas descritas pelas mulheres da comunidade e adjacências o Quilombo de Mocambo dos Negros, observa-se nítida comparação com outras receitas utilizadas na cozinha brasileira. Os costumes alimentares são, portanto, capazes de revelar as características de uma civilização, desde sua eficiência produtiva e reprodutiva até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas.

Os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos, também podem estar relacionados com os costumes alimentares (CARNEIRO, 2005). Ainda, as implicações nutricionais das atuais formas de comer não podem conduzir a julgamentos, lembra Bertran (2012), pois a própria mudança alimentar é um processo histórico, resultado da interação de diversos elementos que devem ser levados em consideração.

Entre as frutas cultivadas e consumidas na comunidade, a jaca é muito utilizada in natura (existe a jaca dura e a jaca mole). Desta fruta também pode ser utilizada até mesmo a semente, que pode ser torrada para preparo de pães, torradas etc., apresentando grande potencial de uso em preparações

gastronômicas. Além de serem consumidas cozidas, torradas ao forno ou assadas na brasa, podem também ser trituradas e utilizadas sob a forma de farinha para a elaboração de diversos pratos (BORGES *et al.*, 2006; LANDIM *et al.*, 2012; SANTOS *et al.*, 2012). Estuda-se atualmente a adição da farinha de semente de jaca no preparo de biscoitos, doces e pães, como fonte alternativa de carboidratos e proteínas na dieta (RODRIGUES *et al.*, 2004). Entretanto, o uso da semente da jaca ainda é pouco explorado na comunidade.

O registro das tradições dessa comunidade é essencial com destaque para as tradições culinárias do quilombo Mocambo dos Negros, que refletem uma parte importante dessa cultura, a fim de preservar, valorizar e multiplicar esses conhecimentos. Para tanto, a preservação da tradição alimentar desse quilombo consiste nos valores culturais passados de geração em geração, junto às práticas relacionadas ao meio onde estão inseridos. Neste sentido, durante a pesquisa foi possível sistematizar algumas das receitas de alimentos produzidos pela própria comunidade como bolo de milho, bolinho de chuva, polenta de corte e canjica (Tabela 4).

**Tabela 4** – Receitas elaboradas com os alimentos da própria comunidade de Mocambo dos Negros.

<b>Alimento</b>	<b>Ingredientes</b>	<b>Modo de preparo</b>
Bolo de milho	250 gramas de farinha de milho; 2 colheres de sopa de farinha de trigo; 2 ovos caipira; uma colher de sopa de margarina; duas colheres de chá de fermento; um copo pequeno de leite.	Misture os ingredientes e coloque em forma untada. Asse em forno pré-aquecido por 35 minutos.
Bolinho de chuva	3 ovos; três colheres de sopa de açúcar; duas xícaras de chá de farinha; Água.	Misture todos os ingredientes até obter uma massa firme. Coloque porções de massa em uma colher e frite em óleo ou banha com fogo baixo até dourar a massa. Depois passar no açúcar refinado. Esse bolinho é muito comum e de fácil preparo para tomar com café nas tardes.
Polenta de carne	400g de carne; 1 copo de farinha de milho; Sal a gosto; 1 cebola pequena; dois dentes de alho; cheiro verde (cebolinha e coentro); Pimenta a gosto; 900ml de água.	Refogar a carne com cebola e alho, colocando água aos poucos para não queimar. Quando a carne estiver cozida coloque os três copos de água, acrescente o cheiro verde e coloque a farinha aos poucos. Cozinhe sem parar de mexer.
Canjica	500 gramas de milho para canjica; Água a gosto; um litro de leite fervendo; dois pedaços de canela em pau; cinco cravos da índia; duas xícaras de açúcar.	Escolha o milho para a canjica, lave bem e deixe de molho de um dia para o outro. Coloque o milho em uma panela de pressão. Encha de água deixando faltar uns dois dedos de água. Junte a canela e os cravos. Deixe cozinhar na pressão por uns 40 minutos (o milho deve ficar bem macio). Tire a canela e os cravos. Junte o leite fervendo, o açúcar

---

e mexa bem. Deixe cozinhar até os grãos ficarem bem macios e a canjica ficar com uma textura bem cremosa. Não se esqueça de mexer sempre para não grudar no fundo da panela.

---

Fonte: Autora (2022).

As trocas de conhecimentos com os moradores do quilombo Mocambo dos Negros foram fundamentais para conhecer as práticas culinárias da comunidade, suas preparações, receitas, modo de preparo, dessa forma, a (re) criação de receitas que valorizam elementos de pertencimentos e de identidade própria e específica da comunidade (MENASCHE, 2015), vem avançando em forma de qualidade para substituir as frituras por produtos assados e usando cada vez menos produtos externos para preparação dos pratos para autoconsumo e venda.

#### 5.8 PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE DE MOCAMBO DOS NEGROS – USO DE INSUMOS

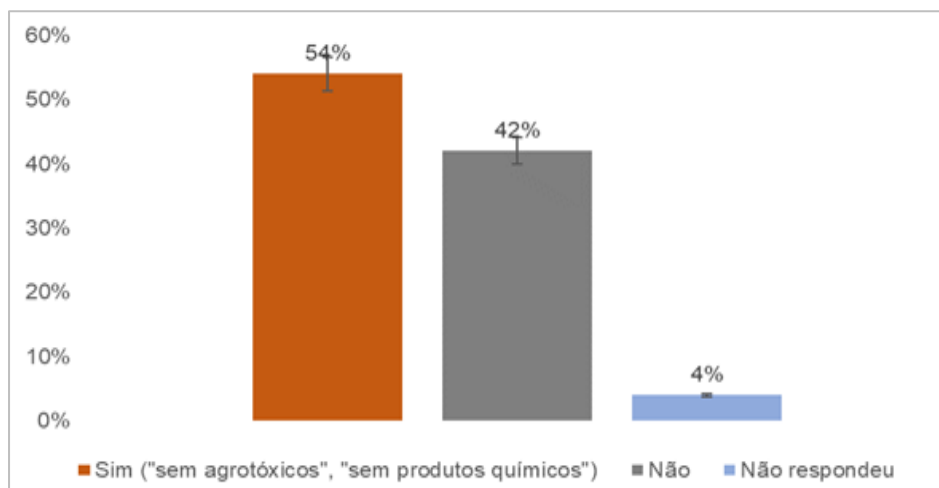
A agricultura de autoconsumo normalmente é feita em pequenas propriedades, tendo como meios de produção ferramentas rudimentares e o trabalho realizado pelo núcleo familiar que se beneficia diretamente dos produtos. Nesse sentido, o uso de insumos agrícolas para a produção é feito de forma orgânica, sendo utilizado insumos químicos em pequenas dosagens, apenas como forma de manter alguns patógenos controlados.

Ainda que o agricultor familiar utilize técnicas orgânicas ou métodos ligados à agroecologia, ele não possui o conhecimento aprofundado sobre esse tema, para, dessa maneira, aproveitar melhor tudo que ela tem a oferecer para práticas agrícolas sustentáveis e eficientes. Pensando nisso, foi indagado sobre essa temática aos agricultores da comunidade de Mocambo, com o objetivo de entender se eles possuem entendimento sobre agroecologia e as ferramentas que ela fornece. Os dados obtidos são apresentados na Figura 22.

Diante da pergunta sobre o conhecimento que eles possuem sobre agroecologia ou produção orgânica, apesar de um número expressivo de trabalhadores e trabalhadoras afirmarem não utilizar agrotóxico, apenas 54% (n=27) responderam ter algum conhecimento sobre a agroecologia ou produção orgânica, 42% (n=21) deles apontou que não tem nenhum conhecimento sobre

esses temas, e 4% (n= 2) não responderam. Dos que responderam ter algum conhecimento sobre agroecologia, 54% afirmou que esse conhecimento foi adquirido através de cursos e o restante em palestras ou através de outras pessoas que trabalhavam com agricultura orgânica.

**Figura 22** - Conhecimento dos moradores de Mocambo dos Negros sobre Agroecologia.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O empoderamento dessa comunidade sobre a agroecologia a partir das práticas já desenvolvidas no local traria a promoção da transição agroecológica que parece já haver. Entretanto, o nível de escolarização da população fica aquém do necessário para o desenvolvimento da comunidade, comprometendo também o conhecimento dela sobre sistema de manejo sustentável, como aqueles associados à agroecologia. Tal afirmativa é feita com base nas respostas dada pela população sobre o tema (Figura 23).

**Figura 23**- Sobre o uso de insumos químicos na produção de alimentos.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Em resposta aos questionamentos sobre a produção de alimentos para consumo próprio serem produzidos com produtos químicos, 96% (n=48) dos agricultores responderam não utilizar qualquer produto químico, como agrotóxicos, fertilizantes e/ou adubos químicos, 4% (n=2) não responderam essa pergunta.

Em pesquisa realizada pela autora em 18 comunidades do município de Miguel Calmon no ano de 2017, incluindo o Mocambo dos Negros, mostrou que parte da população fazia uso de agrotóxicos. Para além dessa pesquisa, é urgente reconhecer a complexidade inerente aos problemas dos agrotóxicos e tratá-la nos seus múltiplos aspectos, através de abordagens que considerem as interações entre as variáveis ambientais e os determinantes sociais, culturais e econômicos (SIMÃO, 2020). Porém o que fica evidenciado no gráfico acima que diretamente com a comunidade de Mocambo é que 96% dela não faz uso de agrotóxicos na sua produção de alimentos.

A expansão da indústria facilitou o escoamento da produção e distribuição dos produtos dos grandes supermercados, enfraquecendo os pequenos comércios. Ela vem desenvolvendo vários alimentos para atender às necessidades da população, como alimentos *diet* e *light* que ajudam na saúde do consumidor; e os produtos embutidos, congelados, enlatados e pré-cozidos que oferecem facilidade e rapidez, cujo consumo vem aumentando em larga escala nos últimos anos (FONSECA *et al*, 2011). Tais produtos têm em sua composição, além dos nutrientes, conservantes que, em muitos casos, a longo prazo e com efeito cumulativo, geram prejuízos à saúde.

Muitas indústrias desenvolvem produtos de baixo valor nutritivo, levando à população a ter uma falsa ilusão de alimentação saudável, entre eles os enlatados, embutidos e alimentos congelados prontos para o consumo, produtos que vão contra a Soberania Alimentar e Nutricional. Devido às características dos produtos ultraprocessados como a presença de maiores quantidades de sódio, gordura, gordura saturada, gordura trans e açúcar adicionado, a alta densidade energética, a hiperpalatabilidade e menores quantidades de fibras, vitaminas e sais minerais que preparações utilizando alimentos *in natura* ou minimamente processados (LOUZADA *et al.*, 2015; PACHECO, 2010).

As transformações dos produtos, das redes de abastecimento, da rotina dos indivíduos e da forma de obtenção dos alimentos operam de forma coordenada com mudanças nos hábitos alimentares, que se refletem no atual aumento no consumo de alimentos com elevado grau de processamento e diminuição do consumo dos alimentos *in natura* (MONTEIRO; LEVY; CLARO; DE CASTRO *et al.*, 2011). Ela promove a desconexão entre a produção e o consumo, tornando a comida uma mercadoria distanciada da sua origem e da sua identidade, e comprometendo seriamente a soberania alimentar (CONSEA, 2015; SCHOTTZ, 2014).

Carril (2002) afirma que sempre houve intercâmbio entre os quilombolas e os mercados próximos, onde os excedentes comercializados nem sempre lhe forneciam uma grande abundância; no entanto, não havia falta de alimento de sobrevivência. Porém, o cenário atual vem gradativamente expondo que essas modificações nos costumes tradicionais para a obtenção dos alimentos, entre outros fatores, têm sistematicamente diminuído o acesso e a abundância da comida que a natureza lhe fornece de forma gratuita, seja pelo fato da comunidade não mais necessitar unicamente destas fontes alimentares, ou em razão do acesso aos produtos alimentícios modernos.

Embora haja opções de preparações de alimentos de fácil elaboração, foram poucos aqueles que consideraram como positivas tais modificações. Os moradores não souberam bem justificar, mas demonstravam pelas falas que esse contexto de valorização de outro padrão de consumo, como pode ser visto no quadro abaixo:



**Quadro 2** - Justificativas dos entrevistados que consideram positivas as mudanças nos hábitos alimentares para produtos industrializados.

<i>A gente acha mais fácil o alimento, a gente só precisa ter o dinheiro para comprar</i>
<i>Aqui na comunidade antes tinha feira, mas agora quase não se tem produto, a gente trocava alimentos</i>
<i>Nem sempre a produção é suficiente para vender, ai quando pego o dinheiro do bolsa família, compro no Mercado</i>
<i>Plantava de tudo aqui em Mocambo dos Negros, não faltava nada, tinha caça, de tudo, mandioca, milho, mas nem sempre se tem, por isso a gente compra nos mercados</i>

Fonte: Autora (2022).

Ao analisar os produtos que são consumidos a partir da avaliação dos entrevistados, a mudança de hábitos alimentares é concordante, e essa mudança representa uma queda de qualidade na dieta da população, uma vez que estão trocando os alimentos produzidos em seus próprios quintais por alimentos processados e ultraprocessados. Nesse contexto, o que se observa é que houve mudanças sim no padrão alimentar da população, e isso fica claro através das entrevistas e das conversas informais nos encontros na comunidade de Mocambo. Mostrando que mesmo com o consumo da batata-doce, abóbora, cuscuta, aipim dentre outros alimentos produzidos, os moradores consomem pão, bolos, e outros produtos oriundos de indústrias. São alimentos com maiores teores de açúcar, gorduras e sal e que agradam mais a população mais jovem, transformando-se em hábitos, por agradar o paladar).

Para Ribeiro, Jaime e Ventura (2017), o processo da alimentação abrange não apenas o ato de comer e a disponibilidade de alimentos, mas toda a cadeia de produção até o alimento chegar ao consumidor, cadeia essa que se inicia no campo, onde elementos da natureza têm um papel fundamental, e que vêm sendo influenciado por questões tecnológicas, financeiras e sociais. Essas preferências por alimentos processados, sobretudo pela população mais jovem, causam modificações na cultura alimentar dessa população, levando os agricultores a reduzirem seus cultivos pela baixa demanda de alguns produtos. Neste contexto, o ato de se alimentar adquire outros sentidos, afastados do ato de nutrir-se física, emocional e culturalmente como seria através de produtos saudáveis pertencentes à história de vida dos consumidores (CALLEGARO; LOPEZ, 2017).

No Brasil e no mundo, a distribuição de alimentos é muito desigual, sobretudo pela interferência do *agrobusiness*, que conduz a população a comprar alimentos da moda, muitos dos quais não se leva em consideração o teor nutricional, mas sim a palatabilidade e o aspecto estético dos alimentos. Muitas indústrias desenvolvem produtos de baixo valor nutritivo, levando à população a ter uma falsa ilusão de alimentação saudável. Na comunidade da pesquisa, a dimensão do ato de alimentar (a si e aos demais) torna-se como princípios as bases de uma produção e consumo de alimentos agroecológicos, fortalecendo, assim, a relação entre Agroecologia, Alimentação e Nutrição.

Ainda são escassos os dados de consumo alimentar por populações quilombolas, entretanto, dados apontam que mesmo comunidades isoladas geograficamente e carentes do ponto de vista socioeconômico acompanham a tendência da presença do consumo de alimentos ultraprocessados, por ser um dos grupos populacional tradicional com características de vulnerabilidade para doenças e agravos nutricionais, com acesso prioritário a programas sociais de combate à fome e de desenvolvimento social.

Navas *et al.* (2015) discutem como o modelo de desenvolvimento econômico do tipo capitalista oligopolista e o aumento do contato com a sociedade industrial moderna causam alterações no estilo de vida e nos padrões de alimentação. Nesse cenário de mudanças de estilo, a agricultura de autoconsumo é a primeira atividade a ser reduzida, havendo maior ênfase a produtos de maior valor comercial, adquiridos em supermercados (NAVAS *et al.*, 2015).

Esses alimentos contrapõem-se à orientação de consumir alimentos locais, sustentáveis, que tenham tradição, origem e raiz; que manifestam a história de uma comunidade, território ou de uma região, e que são elementos capazes de revitalizar a economia dos meios rurais, proporcionando o trabalho familiar, contribuindo para o desenvolvimento local, garantindo aos pequenos produtores a valorização de sua cultura, de sua história e de seus produtos (ZUIN; ZUIN, 2008).

Dessa forma, a cultura, ressignificada a partir das experiências cotidianas dos moradores de Mocambo dos Negros, possui legitimidade entre eles, embora esteja em constante enfrentamento com as práticas pertinentes da cultura das outras comunidades existentes no município de Miguel Calmon e que são vizinhas não quilombolas ou com uso de alimentos ultraprocessados por

aqueles que não se reconhecem como quilombola ou que negam os saberes tradicionais.

#### 4.3.1 Os saberes, sabores e práticas alimentares ancestrais: refeições e costumes à mesa

Na comunidade quilombola estudada, as refeições como café da manhã, almoço e a janta são constituídos dos mesmos alimentos cuja base é o feijão, o arroz, macarrão e a farinha, mudando apenas a fonte de proteína, normalmente representada pela carne. Essas preparações são feitas pelas mulheres de 1 a 3 vezes ao dia. Durante as refeições, as famílias se reúnem ao redor da mesa como uma espécie de ritual familiar inerente à cultura local advinda de seus ancestrais.

Algumas receitas são relatadas pelos moradores de Mocambo dos Negros como os mingaus de tapioca, mingau de milho verde e também o mingau de fubá e de puba. Entre os relatos, foi citado o uso da araruta, planta que tem vários usos na comunidade, além de ser usada pelas rezadeiras nos rituais sagrados, por acreditar que essa planta tem o poder de curar, além de auxiliar na digestão e possuir sabor agradável. Nesta perspectiva, Callegaro e Lopez (2017) citam orientações sobre o café da manhã, que deve ser enriquecido pela substituição do convencional pão, café, manteiga e leite, por outras preparações como bolo, bolinho de polvilho, cuscuz, mingau de milho, mungunzá, canjica, abóbora, batata-doce, inhame, aipim, mandioca, banana da terra, sopa, farofa.

Segundo Garcia (1997), as práticas alimentares são os procedimentos relacionados à preparação do alimento ao seu consumo, à subjetividade, à identidade cultural, à condição social, à religião, à memória familiar, às épocas e ao que se constrói no cotidiano mediado pelas relações sociais que estabelecem as regras dietéticas. Caracterizar as práticas alimentares do quilombo de Itapura em Miguel Calmon foi uma maneira de resgatar a história do lugar, da organização dos moradores, posicioná-lo no mundo, de modo a entender sua identificação com a agricultura e com o alimento ou comida, para poder relacionar à noção do conceito de segurança alimentar e nutricional. Nesse contexto, e observando os diálogos e resultados dessas percepções é possível entender como a vida da comunidade de mocambo dos negros-Itapura se desenvolve.

Quanto ao patrimônio imaterial alimentar, geralmente são as mulheres que mantêm os conhecimentos na arte de elaboração dos pratos típicos regionais, garantindo a preservação da cultura alimentar, importante na identidade dos povos e nas economias locais (SÁ, 2010). O conceito de alimentação saudável varia de acordo com o contexto social, as dietéticas culturais; logo, a manutenção da prática alimentar pode revelar a necessidade de pertencimento, o que confere ainda mais complexidade ao tema (SANTOS, 2008). No contexto alimentar contemporâneo a ideia de uma alimentação adequada está atrelada a um modo de viver saudável e, muitas vezes, pautado na dicotomia entre permitido e proibido (CONTRERAS & GRACIA, 2011).

Conforme relatos da moradora A. M. (2021), que há 50 anos vive na comunidade, alguns produtos da culinária desta comunidade a mantém alimentada, entre elas, a farinha de mandioca que se constitui como base de diferentes preparações, destacando-se, entre elas, o beiju, o pirão de farinha de mandioca em água, com temperos. Nesse cenário, as mulheres são as responsáveis por executar as receitas a partir dos alimentos cultivados. Foi observado que a maioria das receitas levam os produtos típicos da região, plantados pela própria população, como milho, feijão e mandioca. As receitas que foram sendo citadas pelas mulheres de Mocambo dos Negros foram colocadas no apêndice deste trabalho.

#### 4.3.2. Vulnerabilidade socioeconômica e impactos na saúde da população de Mocambo dos Negros

São crescentes os debates relacionados aos impactos das práticas de produção de alimentos e o seu processamento sobre a saúde humana e ambiental. A distribuição das doenças varia consideravelmente de uma população para outra, sofrendo influência de diversos fatores intrínsecos e extrínsecos e o processo produtivo de trabalho estão cada vez mais perigosos, causando danos à saúde humana, principalmente aos trabalhadores que vivem condições inseguras de trabalho (SIMÃO, 2020). Dessa forma o papel da agroecologia como estratégia de busca a uma segurança alimentar e nutricional através da produção de alimentos seguros para uma alimentação adequada e saudável e da soberania

alimentar vem sendo fortalecida.

Ao pensar sobre a ideia de alimentação saudável, a diversidade dos povos pode expressar inúmeras nuances do que se entende por “saudável”, mas um consenso forte se refere aos alimentos que expressam conhecimentos da cultura, da tradição, aos alimentos dos antigos ou dos mais velhos, daquela comida que não adoecia ou fazia passar mal. Grande parte dessas expressões são agregadas no que os povos chamam de alimento tradicional ou alimento da cultura (TAVARES, 2019). Nesse cenário, a agroecologia está associada ao fortalecimento da produção local/regional, no que diz respeito aos hábitos e cultura alimentar e na preservação da biodiversidade.

Dada a importância da alimentação para diversos desfechos de saúde, há uma série de programas e políticas com foco na promoção de comportamentos saudáveis, tais como Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (VASCONCELOS; MACHADO; MEDEIROS; NEVES *et al.*, 2019; PACHECO, 2010) (Figura 24). No entanto, para a garantia da SAN estudos mostram que as práticas agroecológicas têm a capacidade de prover a soberania dessa população de uma forma geral, nos sistemas de produção até os consumidores.

**Figura 24** – Recursos financeiros recebidos pelas famílias de Mocambo dos Negros.



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Neste estudo, 98% (n= 49) dos entrevistados diz não receber nenhuma

ajuda governamental e que não participa dos programas sociais e apenas 2% da população pesquisada (n=1) afirma receber, nota-se que há uma divergência entre a quantidade de pessoas que diz receber a bolsa família, que não são tantos, mas diverge da informação desse gráfico, isso se dá pelo medo ou receio do pouco que se tem ser tirado, os moradores, estavam com muito receio, foi necessário ganhar a confiança deles para poder conseguir as informações.

Muitos programas e iniciativas de apoio à agricultura familiar têm demonstrado um progresso em relação à situação de SAN para os povos tradicionais e comunidades rurais. Assim, as atuais políticas públicas brasileiras que promovem comportamentos saudáveis reconhecem que em algumas populações a vulnerabilidade social é maior, e prioriza em suas ações povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, comunidade de terreiro, ribeirinhos entre outras (BRASIL, 2011). No entanto, no atual cenário em que o mundo está vivendo, no enfrentamento à pandemia da COVID-19, as políticas públicas voltadas para essa população estão sendo negligenciadas, aumentando assim a carência da população e o seu nível de pobreza, o que se reflete diretamente nas práticas alimentares.

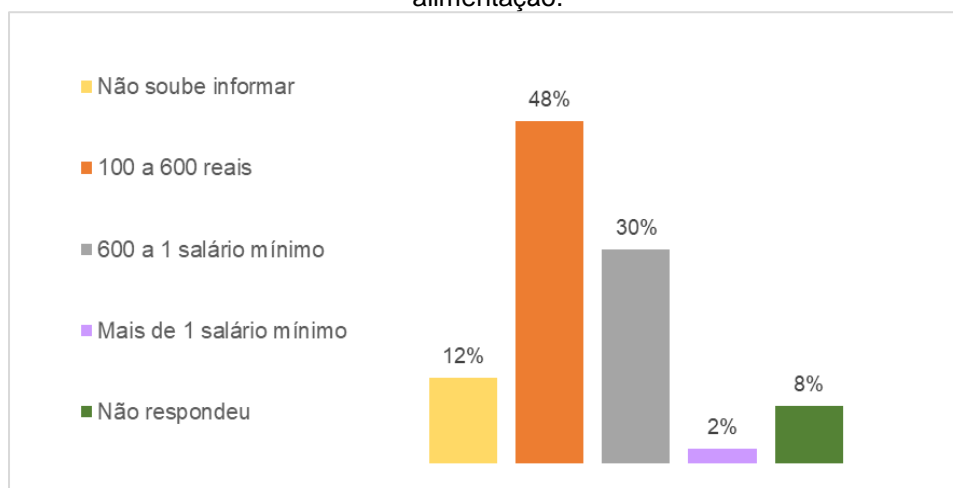
Nesse contexto, a alimentação também depende da capacidade de acesso aos alimentos, sendo considerado um direito humano básico à vida e à cidadania e devendo, portanto, ser garantido a todos (CAMBUY, 2006). As práticas sociais alimentares têm seus determinantes que geram iniquidades como podem ser vistas nos resultados do inquérito “Chamada Nutricional Quilombola, 2006” (BRASIL, 2006). Como fatores culturais, as práticas são consideradas determinantes da situação de saúde de populações e têm evoluído para riscos à saúde pública, tanto no que diz respeito a doenças como às crônicas não transmissíveis (GINGLIANI, 2005).

Uma parte significativa da renda familiar das famílias é comprometida com a alimentação (Figura 25). Esta população é de baixa renda, onde 48,0 % (n=24) recebem entre 100 a 600, e 30,0 % (n=15) dos envolvidos na pesquisa recebem entre 600 a um salário mínimo, 8,0 % (n=4) não quiseram dizer o valor que recebia, 12,0 % (n=6) deles não souberam informar o exato valor do ganho mensal da família e apenas 2,0 % (n=1) deles recebia mais que um salário mínimo.

A pobreza e a exclusão são realidade não apenas de outros quilombos

e das grandes cidades, mas é visto também na região do estudo em Mocambo dos Negros. Baseado nos dados sobre a questão de acesso à terra e da renda familiar, percebe-se que os meios de produção da população não são suficientes para garantir a soberania e segurança alimentar.

**Figura 25**– Comprometimento da renda das famílias de Mocambo dos Negros com a alimentação.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

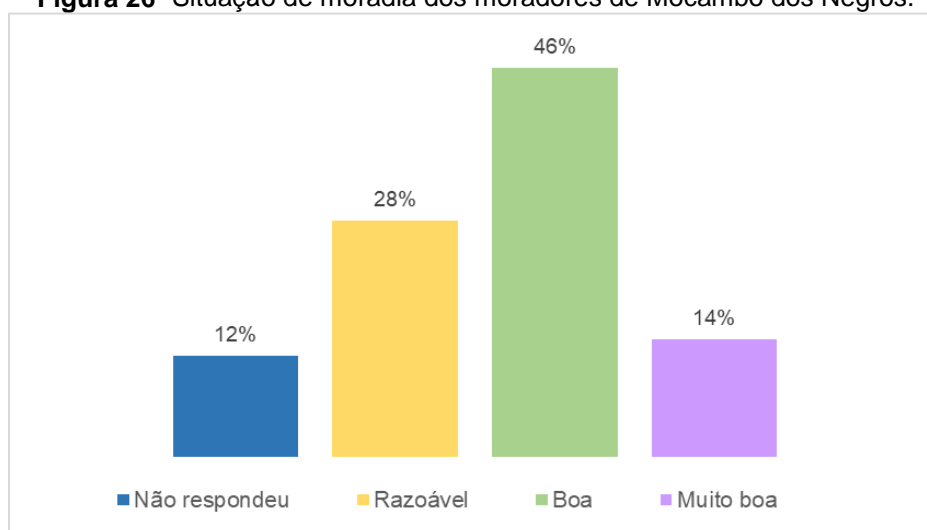
Dessa forma, as injustiças sociais não são reparadas por meio das políticas públicas para a população de Mocambo dos Negros. E por viver na invisibilidade é preciso que essa população seja incluída nos processos produtivos, de forma a ter acesso efetivo. Por esse motivo o estímulo à agricultura familiar nesse território é tão importante, tanto na perspectiva ambiental, quanto social, pois produzindo alimentos, geram trabalho e renda para esse quilombo. Esse estudo aproxima o diálogo da territorialidade com a soberania alimentar, pelo fato desta oferecer “elementos para a construção de referências marcadamente ancoradas na proteção das agriculturas locais com vistas à concepção de políticas agrárias, agrícolas e alimentares” (MARQUES, 2010).

A vulnerabilidade socioeconômica presente na população estudada tem uma repercussão negativa e direta no processo de saúde-doença. Na Figura 26, embora 46,0 % (n= 23) da população diga que a moradia é boa, 12,0 % (n=6) não quiseram responder, 14,0 % (n= 7) diz que é muito boa e 28,0 % (n=14) diz ser essa moradia razoável. Porém, o que se observa é que a maioria das residências não dispõem nem mesmo de energia elétrica, e a água que é consumida por esses

moradores não recebe o tratamento para tornar-se adequada ao consumo.

Quanto à coleta e destinação de lixo desses moradores, apenas os moradores do Mocambo dos negros têm acesso. As pessoas que moram nas adjacências do distrito fazem a queima desse lixo ou apenas os lançam em aterros abertos, deixando o lixo os esgotos expostos, expondo a população. Essas práticas impactam diretamente na qualidade de vida e saúde da população.

**Figura 26-** Situação de moradia dos moradores de Mocambo dos Negros.

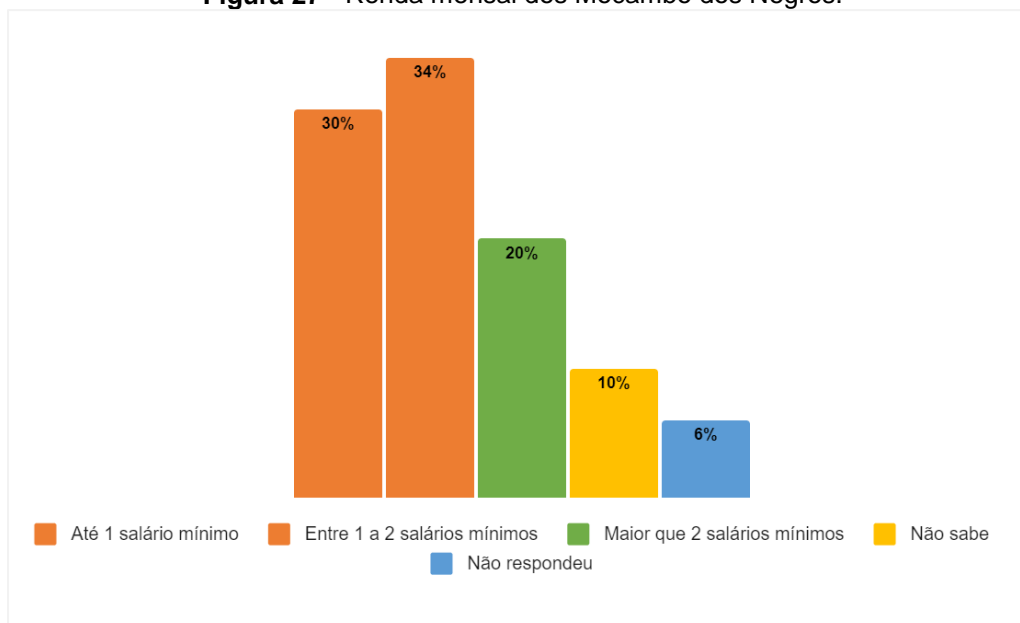


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A comunidade tradicional quilombola de Mocambo dos Negros apresenta características que também passam pela vulnerabilidade social e para o qual são escassas as informações sistematizadas sobre o estado nutricional e os hábitos alimentares, bem como sobre a dinâmica desses fatores, incluindo padrões alimentares tradicionais e cultura alimentar. Desse modo, as mudanças crônicas não transmissíveis (DCNT) associadas às mudanças de padrão alimentar e estilo de vida, vem atingindo fortemente camadas pobres da população e grupos mais vulneráveis, como a população de baixa escolaridade e renda, apresentando também alterações no padrão de adoecimento das populações.

Os dados apresentados na Figura 27 são referentes à renda familiar da população estudada. Eles ajudam a entender o estado pleno de insegurança alimentar na comunidade pesquisada, quando se parte da ideia de que a renda familiar sugere incapacidade de produzir alimentos de forma constante, em terreno próprio e para consumo próprio e com qualidade adequada.



**Figura 27** - Renda mensal dos Mocambo dos Negros.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nesse sentido, é possível, inclusive, compreender os modos de vida que têm levado aos adoecimentos provenientes da alimentação (TAVARES, 2019). O cuidado à saúde pode ser entendido como uma forma de repensar as práticas em seus modos de vida e a agricultura, com a preocupação da manutenção de alimentos ‘mais limpos’, produzidos com menos agrotóxicos, constituindo um nexo entre a saúde do indivíduo e da família e a do planeta (RENIN *et al.*, 2021).

A saúde compreendida como resultante de fatores ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos (BRASIL, 2005; DIEGUES, 2005), impacta o estado de saúde dos indivíduos dessas comunidades. Vale ressaltar que os aspectos históricos, como escravização (sujeição física, cultural, econômica, social e política) e subalternação, vem sendo apontada como contribuintes da gênese do adoecimento da população negra (BARRETO, 2007). Portanto, embora o impacto desigual da COVID-19 na população negra não tenha sido inevitável, ele não é surpreendente. O racismo que permeia quase todas as facetas da sociedade brasileira aumenta a exposição das pessoas negras ao vírus – depois reduz sua capacidade de obter atendimento de qualidade para mitigar os efeitos das formas graves da doença e até mesmo evitar a morte (ABRASCO, 2020).

A pandemia afetou a oferta e demanda de alimentos, reduziu o poder de compra e a capacidade de produzir e distribuir alimentos, afetando especialmente os mais vulneráveis, evidenciando as desigualdades existentes no Brasil. Sendo assim, há necessidade de políticas públicas que garantam equidade, alcançando também as comunidades quilombolas, as favelas e as populações suburbanas que, para receber o auxílio emergencial do governo, precisam se expor à infecção na aglomeração das horas de filas em bancos e casas lotéricas (REDE GLOBO, 2020).

Durante a pandemia, essa insegurança econômica diminuiu drasticamente a capacidade dos negros de aproximar-se socialmente das camadas com maior poder aquisitivo, tornando-os incapazes de obter o seu próprio alimento, o que os coloca em situações de riscos. À medida que os direitos humanos são indivisíveis, e que a superação dos índices de insegurança alimentar passa níveis tão grandes em populações de baixa renda, estes resultados mostram a necessidade de ações que venham a garantir esses direitos, como o direito humano à alimentação adequada e à saúde, voltados a populações quilombolas.

O perfil de morbidade, segundo informações dos ACS, as doenças prevalentes no Mocambo dos Negros apontam para prevalência de hipertensão, de diabetes e dos problemas psicossociais como alcoolismo, prostituição infantil, fruto do contexto socioeconômico que demandam ações intersetoriais contínuas realizadas pelas Secretarias Municipais da gestão pública, compostas por áreas da Saúde, da Educação, da Ação Social e da Administração. Apesar da presença de ações constantes por parte da gestão, observa-se que ainda são incipientes discussões e investimentos no que tange à singularidade da localidade, por ser uma comunidade reconhecidamente quilombola (NASCIMENTO, 2021).

Os padrões alimentares e as práticas do quilombo do Mocambo dos Negros, apresentam alimentos, que são da identidade e cultura nos quilombos em geral, tais como: aipim, feijão, abóbora, mandioca, cana, batata. Nesse contexto, identificou-se a necessidade de uma política pública voltada para o desenvolvimento local que promova a segurança alimentar através do incentivo à agricultura familiar. Ao entender como se constituem historicamente esses corpos territoriais, a violação dos direitos e os processos coloniais e civilizatórios aos quais

foram submetidas as mulheres indígenas e seus povos, é possível refletir sobre seus modos de vida e resistência.

Como os dados no Brasil não são coletados sistematicamente por raça/cor ou etnia, nem mesmo em nível da Atenção Básica à Saúde que possibilita a resolução de grande parte das necessidades de saúde da população brasileira, os impactos do racismo na saúde podem ser difíceis de ser mensurados (ABRASCO, 2020). Sendo assim, intervenções que incorporem aspectos culturais e alimentar, que se avalie a alimentação dos grupos populacionais para a elaboração de estratégias de intervenção em saúde coletiva, de modo a explorar as relações existentes entre aquisição de alimentos, Insegurança Alimentar e Nutricional e os Programas de Segurança Alimentar e nutricional existentes.

#### 4.3.3 Alimentos e Plantas utilizados para fins medicinais na comunidade

A medicina tradicional afro-brasileira é uma das principais vertentes culturais caracterizada pelos saberes, pelas práticas populares e pela busca do equilíbrio espiritual e social do indivíduo, manifestada no cotidiano das comunidades remanescentes de quilombolas a partir do uso de plantas medicinais em práticas de cura, realizadas por populares, benzedadeiras, curadoras e/ou religiosas (NASCIMENTO, 2020). Nessa perspectiva, o uso de plantas medicinais deve levar em consideração o contexto social e cultural no qual estes usos estão encaixados (MASSAROTTO, 2009).

Desde os primeiros anos da colonização brasileira, devido à dificuldade de acesso à Medicina oficial e pela herança cultural indígena e africana, bem como aos altos custos dos medicamentos farmacêuticos (SALES; ALBUQUERQUE; CAVALCANTI, 2009), os povos e comunidades desenvolveram diferentes estratégias de sobrevivência, inclusive o uso de várias plantas medicinais para tratar algumas doenças, como febre, diabetes, gripe, asma etc., que assola às pessoas que vivem nesse local, pois é dela que retiram parte de seu sustento.

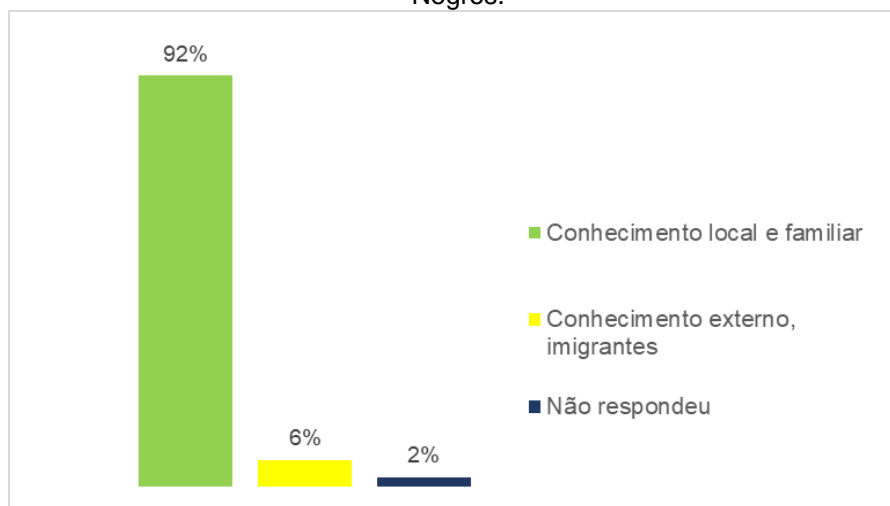
A cultura alimentar, conseqüentemente, aspectos objetivos relacionados aos modos de ser e de fazer, como por exemplo: os conhecimentos sobre a saúde, o cultivo de plantas alimentares, matérias primas e ervas medicinais; sobre a maneira de preparar e conservar alimentos e sementes; de

fabricar objetos e utensílios de trabalho; sobre os cuidados com o ambiente, na organização familiar do labor e no convívio social (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017).

Em Mocambo dos Negros, os conhecimentos sobre a manipulação de plantas para fins medicinais foram construídos ao longo dos anos, sobretudo entre as mulheres, as quais se preocupam em transmitir para as futuras gerações. Na Figura 28 é apresentado informações sobre os conhecimentos de plantas medicinais usadas na comunidade.

Registrou-se que 92 % da comunidade têm conhecimento sobre plantas medicinais e que esse saber local foi passado pelos seus ancestrais. O conhecimento acumulado por essas comunidades através de séculos de estreito contato com o meio possibilita concretamente a obtenção de informações acerca do uso dos recursos naturais (GUIMARÃES *et al.*, 2019). A transmissão dos conhecimentos relacionados ao uso terapêutico das plantas é fundamental para as mulheres da comunidade estudada, pois é assim que elas aprendem como se prevenir e tratar de alguns problemas de saúde, bem como auxiliar as pessoas que necessitem de tratamento (GUEDES, 2018).

**Figura 28-** Conhecimento sobre o uso de planta medicinal na comunidade de Mocambo dos Negros.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No que se refere à população quilombola, Oliveira (2017, p. 15) destaca que em grande parte das comunidades quilombolas do país, há pessoas que tradicionalmente dominam o conhecimento acerca de rezas curadoras e de ervas e remédios concebidos de forma tradicional. Os saberes dos moradores dessa comunidade quilombola se expressam a partir dos conhecimentos sobre as folhas

nativas cultivadas na comunidade de Mocambo, dentre um conjunto de espécies cultivadas e extraídas do ambiente natural que são utilizadas na comunidade. Destaco aqui algumas espécies nativas como o barbatimão (*Abarema cochliacarpus*), sabugueiro (*Sambucus nigra*), aroeira, caatinga de porco (*Cenostigma pyramidale*), angico (*Anadenanthera colubrina*), com usos e funções específicas em formas de garrafadas, chás, preparo de pós e infusões (Tabela 5). Além destas, as a agrobiodiversidade cultivada possibilita um amplo leque de plantas também utilizadas na medicina popular local.

**Tabela 5** - Plantas medicinais usadas na comunidade Mocambo dos Negros.

<b>USO DE PLANTAS MEDICINAIS</b>		
<b>Plantas</b>	<b>Percentual de uso (%)*</b>	<b>nº</b>
Hortelã ( <i>Mentha spicata</i> )	42%	21
Erva Cidreira ( <i>Melissa officinalis</i> )	72%	36
Erva doce ( <i>Pimpinella anisum</i> )	74%	37
Poejo ( <i>Mentha pulegium</i> )	28%	14
Capim Santo ( <i>Cymbopogon citratus</i> )	38%	19
Manjeriçã   Alfavaca ( <i>Ocimum basilicum</i> )	26%	13
Boldo ( <i>Peumus boldus</i> )	16%	8
Alecrim ( <i>Salvia rosmarinus</i> )	16%	8
Babosa ( <i>Aloe vera</i> )	16%	8
Mastruz ( <i>Dysphania ambrosioides</i> )	4%	2
Guaco ( <i>Mikania glomerata</i> )	4%	2
Laranja ( <i>Citrus sinensis</i> )	10%	5
Goiaba ( <i>Psidium guajava</i> )	2%	1
Algodão ( <i>Gossypium L.</i> )	4%	2
Limão ( <i>Citrus limon</i> )	2%	1
Barba de bode ( <i>Andropogon virginicus</i> )	2%	1
Aroeira ( <i>Astronium urundeuva</i> )	2%	1
Romã ( <i>Punica granatum</i> )	4%	2
Capeba ( <i>Piperaceae</i> )	4%	2
Pata de vaca ( <i>Bauhinia forficata</i> )	2%	1
Pitanga ( <i>Eugenia uniflora</i> )	4%	2
Picão ( <i>Bidens alba</i> )	2%	1
Sabugeira ( <i>Sambucus nigra</i> )	2%	1
Gengibre ( <i>Zingiber officinale</i> )	2%	1
Nenhuma	8%	4
Não respondeu	10%	5

\* n- número de pessoas que responderam a pergunta

\*\*porcentagem- é o modo de expressar uma proporção para o número de pessoas que responderam a pergunta

Fonte: Dados da pesquisa (2020-2021).

O conhecimento quilombola dessa comunidade associado aos biomas existentes nesse território, como o Cerrado, a Caatinga e remanescente de Mata Atlântica é intrínseco à sua cultura, especificamente os conhecimentos relacionados às plantas alimentícias e as variedades medicinais. Nesses biomas é que encontramos grande parte das plantas medicinais utilizadas pela comunidade na cura de diversas doenças. Todas as plantas indicadas pela comunidade foram visualizadas em campo e fotografadas próximo à casa dos informantes, nos quintais, roçados ou na área de mata circundante.

O conhecimento, resgate e cultivo dessas plantas medicinais representam a manutenção do patrimônio genético e cultural da comunidade de Mocambo dos Negros. Durante uma das entrevistas, a moradora A. M. relatou que utiliza algumas plantas do quintal da casa na prevenção e tratamento de doenças e que aprendeu na própria comunidade os conhecimentos relacionados à manipulação desse recurso natural:

Utilizo folhas de plantas para chá para aliviar dor de cabeça, para febre, para cólica ou dor de barriga [...] a gente usa folhas, raízes, caule das plantas, [...] fervemos, ou maceramos, deixamos pedaços de caule na água, ou trituramos [...] quem me ensinou foram os mais velhos ou rezadeira e benzedeira da comunidade (A. M., MORADORA DO MOCAMBO DOS NEGROS, 2021).

A utilização de plantas medicinais para cura de algumas alterações do organismo é uma prática comum em comunidades tradicionais. Essas herdaram dos seus antepassados conhecimentos sobre as potencialidades de certas plantas nativas e, com isso, sabem manipulá-las e obter resultados satisfatórios na restauração da saúde. Seguindo essa ideia, foi perguntado aos moradores de Itapura sobre o cultivo de plantas com potenciais curativos, e as respostas estão representadas na Figura 29, logo abaixo.

**Figura 29-** Cultivo de plantas medicinais na comunidade de Mocambo dos Negros.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

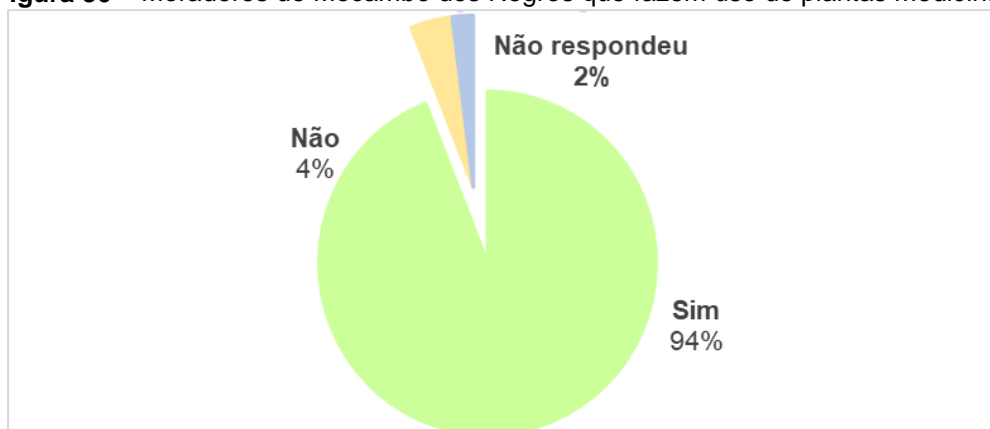
O cultivo de plantas medicinais foi citado por 82,0 % dos moradores entrevistados, enquanto 14,0 % dizem não cultivar plantas medicinais e 4,0 % não responderam. De maneira geral, muitas plantas comestíveis possuem uso medicinal, como gengibre, salsa, açafrão, agrião, alho, para citar algumas das mais conhecidas. Já outras, como a planta denominada erva-baleeira, além de possuir ação anti-inflamatória e antirreumática, sendo utilizada para tratar artrite, nevralgias e dores musculares, possui aroma idêntico ao do “caldo de galinha”, produto industrializado utilizado para temperar a comida (BARBOSA, 2021).

Vale ressaltar o importante papel exercido pelas mulheres com as questões relacionadas à saúde e alimentação familiar e comunitária. Estas têm contribuído na construção e manutenção de saberes tradicionais relacionados ao uso e cultivo das plantas medicinais, bem como dos processos e práticas culturais responsáveis pela transmissão destes conhecimentos ao longo das gerações. O acesso a esse conhecimento tradicional pelas mulheres da comunidade de Itapura tem contribuído com resgate do conhecimento sobre as plantas medicinais e também para o manejo correto dos cultivos, preparo e uso das plantas medicinais, além da conservação de determinadas espécies nos ambientes e agroecossistemas locais.

Quando perguntado se a população faz uso de plantas medicinais, uma parcela expressiva das pessoas entrevistadas respondeu que sim, conforme indicado na Figura 30. Nota-se 94,0 % da população (n=47) faz uso das plantas medicinais, 4,0 % (n=2) não faz uso delas no seu dia a dia e 2,0 % delas (n=1)

não respondeu.

**Figura 30** – Moradores de Mocambo dos Negros que fazem uso de plantas medicinais



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

É importante ressaltar que plantas medicinais são usadas no tratamento de doenças devido à herança cultural existente em algumas sociedades e pelo acúmulo de saberes adquiridos ao longo dos anos no processo de manipulação dos recursos, mas também pelos custos altíssimos dos medicamentos farmacêuticos (SALES; ALBUQUERQUE; CAVALCANTI, 2009).

Do ponto de vista socioambiental, as experiências vividas e citadas pela população de Itapura constituem espaços de resistência e (re) configuração desse território quilombola. Esse território é marcado pela homogeneização da população negra com a branca, como também o contato com as outras comunidades quilombolas (Saco e Covas) que fazem parte do município de Miguel Calmon-BA, como também contato com outras comunidades não quilombolas existentes no mesmo município.

O fortalecimento das experiências passa, portanto, pelo desafio da geração de renda, além da ampliação das possibilidades e espaços de comercialização. Na busca por esse espaço para o plantio e de alimentos de qualidade e seguros a comunidade de Mocambo dos Negros em 2014, elaborou um documento para o ministério público, na busca de reparação dos danos provocados pela mineradora QGN - Química Geral do Nordeste, durante todo o período de exploração da barita, como forma de compensação pelos danos sofridos na comunidade, com o objetivo de minimizar os impactos socioeconômicos, ambientais e à saúde dos moradores local (MINISTÉRIO



PÚBLICO, 2014).

Nesses espaços de resistência, busca-se a conciliação de práticas agrícolas e a conservação da natureza, sendo fundamental que essas experiências sejam devidamente valorizadas, o que implica necessidade de apoio dos poderes públicos locais, estaduais e nacional (BARBOSA, 2021). Assim, conforme destacam Pandolfo *et al.* (2014, p. 27) faz-se necessário “Construir uma agenda regional, estadual e nacional é um dos principais desafios impostos ao conjunto de organizações que lutam pela defesa da agrobiodiversidade”

A superação dos desafios anteriormente apresentados tem como pressuposto o fortalecimento das políticas públicas de apoio e promoção da agricultura familiar e da agroecologia. Nos últimos anos, iniciativas importantes foram realizadas, como a inclusão do direito à alimentação na Constituição (BARBOSA, 2021). É imprescindível que o Estado respeite e proteja a “capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de produzir sua própria alimentação e/ou obter a renda monetária suficiente para adquirir os alimentos adequados” (VALENTE, 2002).

Como já mencionado em outros pontos, a comunidade de Mocambo dos Negros usa os espaços próximos às casas para o plantio de hortas e outras estruturas para plantas. É nesse ambiente que as plantas medicinais são cultivadas, em áreas ao redor das casas, os quintais e roças próximas às residências. Em todas as casas visitadas da comunidade são comumente encontradas nos quintais plantas como: anador; arruda; meracilina; pimenta, capim-santo; cavalinha; pitanga e manjeriço.

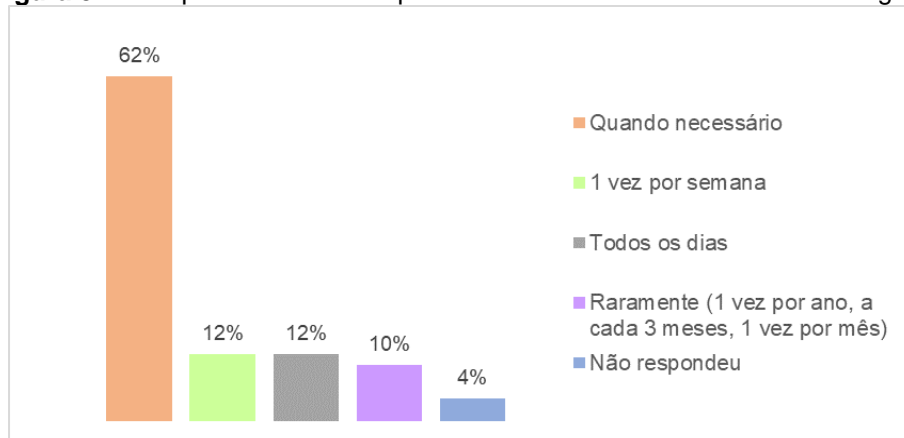
Dessa forma, em vários quintais das casas dessa comunidade quilombola se encontra pelo menos um tipo de planta que é usada pelos moradores e pelos vizinhos para fazer banhos, chás, xaropes e garrafadas. A medicina popular é praticada na esfera familiar, entre parentes, amigos e vizinhos que compartilham a mesma visão de mundo, o que proporciona respostas concretas aos problemas de doenças e sofrimentos vividos no cotidiano de um determinado grupo social, ela acaba aproximando e fortalecendo as relações sociais entre os sujeitos, pois implica em ajuda e solidariedade entre eles (GUEDES, 2018).

Nessa perspectiva, a grande diversidade de grupos étnicos do Nordeste

e sua biodiversidade devem ser pesquisadas do ponto de vista etnobiológico e etnoecológico para auxiliar programas de desenvolvimento local e regional, e políticas de conservação ambiental (COLAÇO, 2006). Os estudos de plantas medicinais no semiárido da região nordeste do Brasil têm crescido progressivamente (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2007).

No universo amostral da pesquisa verificou-se que mais da metade da população estudada possui conhecimento sobre as plantas medicinais, destacando-se seu uso por 62,0 % (n=31) quando necessário. As respostas apontam também para o fato de que 10,0 % da população (n=5) raramente faz uso das plantas no dia a dia e 12,0 % (n= 6) da população usa todos os dias as plantas medicinais e 12,0 % (n=6) usa uma vez por semana e 4,0 % (n=2) dos entrevistados não respondeu (Figura 31). Logo, entre os entrevistados, 96,0 % fazem algum uso das plantas medicinais.

**Figura 31** - Frequência do uso de plantas medicinais em Mocambo dos Negros.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Nesse contexto, é essencial que haja o registro e divulgação das plantas nessa comunidade por meio de livros, minicursos, palestras entre outros, a fim de contribuir com a passagem do conhecimento tradicional aos mais jovens, bem como prevenir possíveis acidentes de intoxicação. Entretanto as intervenções educativas, por sua vez, devem ser cautelosas para que não se firme o pensamento de que as plantas por apresentarem riscos devem ser totalmente removidas e sim, orientar os locais que esta ação se faz necessária.

A dimensão da importância de pesquisas etnobotânicas é dada por gerar dados valiosos acerca da diversidade cultural e biológica. Portanto, a

sistematização dos dados, obtidos em estudos etnobotânicos, em catálogos e manuais, possibilita, além de desmistificar o uso dessas plantas, a construção de conhecimento científicos botânicos, nutricionais, oportunizando o contato com alimentos produzidos a partir destas plantas, por meio de extensão, junto aos agricultores e consumidores, principais atores de todo o processo de soberania alimentar, dos campos às mesas (Quadro 3).

**Quadro 3** - Plantas Alimentícias não convencionais (PANC) consumidas na alimentação na comunidade de Mocambo dos Negros.

Família	Espécie	Nome vulgar	Indicação	Parte usada	Forma de uso ou preparo
Beldroega	<i>Portulaca Oleraceae</i> <i>Portulacaceae</i>	Bredo Salada de negro	Diz ser usado ao longo dos séculos na cura do escorbuto	Caule Folhas Sementes	São consumidos em saladas, molhos e refogados
Biribiri	<i>Averrhoa bilimbi</i> <i>Oxalidaceae</i>	Azedinha	Ação antidiabética Eficácia contra o escorbuto	Frutos e folhas	Consumidos em sucos, pickles, saladas e no preparo de carnes
Caruru	<i>Amaranthus SP.</i> <i>Amaranthaceae</i>	Bredo	Muito consumido pelos escravos devido a baixa qualidade da alimentação que tinham. Foram para a mesa no Brasil colonial, na casa grande e na senzala.	Folhas e talos	Refogado em pastéis, panqueca, com macarrão e no caruru
Licuri	<i>Syagrus Coronata</i> <i>Palmaceae</i>	coquinho	Como nutriente quando falta alimento, extrai uma farinha nutritiva que é utilizada na alimentação da família.	Frutos Folhas Tronco	Extrai-se o leite usado para como ingrediente para muitos pratos; Consumida <i>in natura</i> Preparo de geleias, sorvetes e doces.
Língua de vaca	<i>Rumex Acetosella</i> <i>Polygonaceae</i>	Azeda Labaça miúda	Usada como planta medicinal, o caldo de ervas, com as folhas da língua de vaca, é considerado depurativo	Folhas	Utilizada também como refresco, macerando as folhas, adicionando água e mel.
Major gomes	<i>Talinum patens</i> <i>Portulaceae</i>	Bredo Caruru	Indicado como ação diurética e anti-inflamatória	Folhas	Nas culinárias as folhas são usadas em refogados, pastéis e pizzas.
Oro-pro-nóbis	<i>Pereskia aculiata</i> <i>Cactaceae</i>		Como valor nutritivo, pois é rica em proteínas, contém ferro e vitaminas A,B,C.	Folhas Flores	Folhas são comestíveis, usado em saladas, refogados, sopas, omeletes e tortas; Poder ser adicionada ao feijão. Arroz e trituradas no liquidificador, podem ser adicionadas à massa do pão e/ou macarrão
Pitomba	<i>Talisia esculenta</i> <i>Família</i>	Olho de boi	Rico em vitamina C		Usado na fabricação de licores
Serralha	<i>Sonchus Oleraceae</i> <i>Asteraceae</i>	Chicória brava	Rica em vitaminas A, B e C E nos minerais Cálcio, ferro e fósforo	Folhas Flores	Indicado na constituição do caruru As folhas podem ser usadas nas preparações de refogados
Taioba	<i>Xanthosoma Sagittifoliun</i> <i>Araceae</i>	Orelha de elefante		Folhas Caules Bulbos	

Fonte: Dados da pesquisa (2020-2021).

Dentre as PANCs cabe destacar a Taioba a qual é muito consumida pela comunidade tradicional Itapura e também muito vendida nas feiras livres da cidade Miguel Calmon e no distrito de Itapura, território quilombola da pesquisa (Figura 32).

**Figura 32-** Taioba (*Xanthosoma saggitifolium*) (PANC).



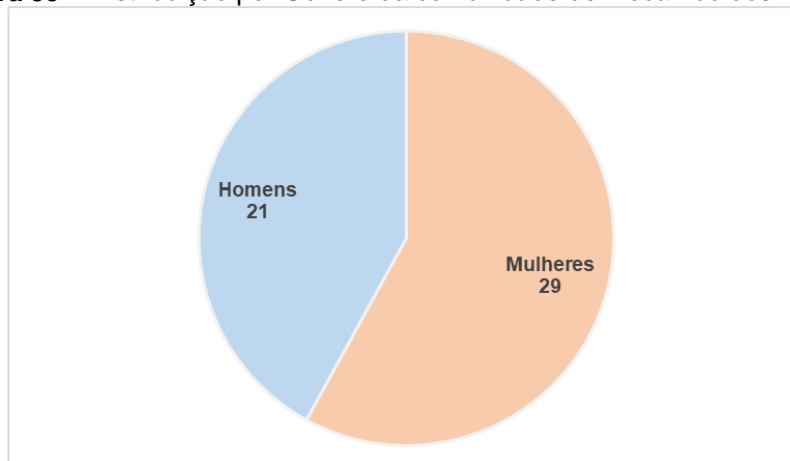
Fonte: Autora (2021)

Os serviços ecossistêmicos culturais são os benefícios que as pessoas obtêm do contato com a natureza que contribuem para a cultura e relações sociais, como por exemplo, patrimônio cultural, identidade cultural, conservação da paisagem, identidade espiritual e religiosa (KLEIN, 2022). Por esse motivo, as plantas alimentícias não convencionais-PANC, possui tamanha importância e devido a diversidade de variedade encontradas no território de Mocambo dos Negros e que são utilizadas na alimentação e também possui características culturais, crenças, religiões e aspectos ligados às práticas curativas aplicadas em rituais, sendo amplamente praticada pela população. Assim, a taioba é uma das plantas bastante utilizadas pelos moradores e trata-se de um rico alimento que precisa ser promovido como parte da alimentação das crianças, jovens e adultos, como forma também de preservar a cultura local.

#### 4.3.4 O trabalho da mulher e o protagonismo feminino na agricultura familiar em Mocambo dos Negros.

A pesquisa buscou compreender o lugar da mulher e seu protagonismo em atividades laborais e de promoção da segurança alimentar na comunidade de Mocambo). Para isso, além da observação participante, também foram realizadas entrevistas com as mulheres contatadas ao longo da pesquisa. No trabalho de campo, as informações levantadas apontam para o importante papel feminino nas diferentes práticas de manejo com as plantas nos diferentes agroecossistemas, com destaque para os quintais. Neste sentido, destaca-se a distribuição por gênero entre os integrantes do Mocambo como mostra a figura abaixo (Figura 33).

**Figura 33** – Distribuição por Gênero da comunidade de Mocambo dos Negros.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Nesse contexto, as transformações no modo de vida e a fragilização das famílias agricultoras em relação ao acesso à terra e suas interações com a segurança alimentar e nutricional constata-se que mulheres promovem a diversificação na produção fazendo uso de recursos e insumos locais. De maneira geral, os alimentos produzidos contribuem para garantir a reprodução familiar e a economia local em relações de consumo, troca e venda.

Martins (2013), em sua pesquisa com mulheres negras, cunhou a expressão “afroresilientes” tendo em vista que diante de todo o cenário de discriminação, preconceito e racismo que possam estar inseridas, essas pessoas demonstram uma reação positiva frente às adversidades. As ações das mulheres

negras do Mocambo (agricultoras, donas de casa, artesãs, mães, curandeiras e benzedadeiras) demonstram resistências e lutas, enquanto sujeitas históricas, com motivações autônomas e coerentes, visando garantir o bem-estar de seu grupo social. Frente a condições adversas, as mulheres têm trilhado caminhos de resistência, resgatando antigos conhecimentos e construindo autonomia (NANDI, 2014). As mulheres são reconhecidas como aquelas que assumem o protagonismo do ser/fazer da relação promoção da agroecologia em sua dimensão prática por meio da produção e acesso a alimentos saudáveis e biodiversos.

Na feira livre de comunidades quilombolas, a presença das mulheres é uma constante. Além disso, também se constata o grande número de mulheres no cultivo das roças, hortas e nos seus próprios quintais. A maneira como as práticas agroecológicas se relacionam com a busca pela segurança alimentar das famílias, em especial pelas mulheres no quilombo do Mocambo. Assim, coloca-se em destaque a importância da mulher na agricultura familiar, conciliando este com o trabalho em casa e nos quintais enquanto ambientes de convívio e produtivo, no manejo e conservação das plantas medicinais e hortas, buscando produzir alimentos e geração de excedentes que são auferidos em rendimentos para as famílias da comunidade.

Dentre os vários resultados encontrados na pesquisa, observou-se uma profunda ligação dessas mulheres com a terra, na qual a maioria relatou que a propriedade significava tudo para elas, se orgulhando e julgando seu trabalho no campo importante, pois além de conseguir independência financeira, é a partir da sua propriedade e do seu trabalho que obtém o alimento da família. Logo, faz-se necessário ouvir “as mulheres agricultoras, que historicamente têm sido as responsáveis pela produção voltada para consumo próprio” (SILIPRANDI, 2013).

Entre as mulheres entrevistadas, 29 delas têm o plantio na roça como a principal fonte de renda para a família. Segundo os dados da FAO, as mulheres rurais representam cerca de 43% do trabalho agrícola (FAO, 2011), sendo elas responsáveis por boa parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, como 87% da mandioca e 70% do feijão (SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2016).

Quanto a esse ponto, as mulheres do quilombo de Mocambo dos Negros desempenham um papel extremamente importante em todas as etapas que constituem os sistemas alimentares, desde a produção, o preparo e o consumo dos alimentos. Elas são agentes na transmissão dos hábitos alimentares e preparação dos

alimentos, em que no meio rural, ainda são responsáveis pela produção dos mesmos, através das hortas, da criação dos pequenos animais e também da transformação desses produtos (SILIPRANDI, 2013), o que contribui para a melhoria da qualidade da alimentação diante da diversidade.

É importante reconhecer que a cozinha também se constitui em um importante espaço de resistência das mulheres frente às iniciativas de mercantilização, padronização e desterritorialização da comida, à medida que resgatam e preservam o rico patrimônio alimentar, salvaguardando as memórias, os saberes e as identidades (SCHOTTZ, 2014).

Em Mocambo dos Negros, o plantio dos alimentos não é tarefa apenas dos homens, mas também das mulheres. Chamava atenção naquele contexto como quase todas as mulheres compartilhavam de uma experiência comum em suas trajetórias de vida de trabalho com a agricultura e a busca por melhores condições de vida. Para alcançar o desenvolvimento rural sustentável, é necessário que haja mudanças sociais e políticas na busca pela igualdade, bem como nas relações de gênero. Ambos os grupos possuem conhecimento e experiências sobre áreas estratégicas para a promoção da SAN no nível local (SILIPRANDI, 2009), conduzindo a produção agrícola de modo adequado à preservação e manutenção da biodiversidade da fauna e flora da comunidade.

Dessa forma, a maioria dos agricultores e agricultoras responsáveis pelas áreas produtivas do Mocambo, alguns têm idade avançada e conta com mão de obra predominantemente familiar, com divisão de trabalho marcada principalmente pelos gêneros, sendo as mulheres as responsáveis pelos espaços onde se produz a maior diversidade dos alimentos, assim como as preparações culinárias que compõem a alimentação das famílias (RENIN *et al.*, 2021).

As mulheres possuem grande protagonismo na minimização dos impactos da pobreza em suas famílias e na ampliação de relações sociais e de trabalho mais iguais (NANDI, 2014). Quando se tira do debate o tema gênero, oculta-se não só o papel fundamental das mulheres na garantia da segurança alimentar e nutricional, como também a vulnerabilidade à qual estão expostas (QUEIROZ, 2019).

As mulheres quilombolas estão associadas ao preparo dos alimentos, colhendo frutas nos quintais ou os beneficiando, vendendo frutas e quitutes nas ruas. E isso demonstra a relevância do papel das mulheres no decorrer da história, de forma



que a igualdade de gênero seja incorporada à cultura e à política, com referência às mulheres negras a dívida social é ainda mais profunda e “existe uma reparação a ser feita”, desenhando políticas públicas apropriadas e visibilizando sua cultura, como destaca Miranda (2010).

São as mulheres que, muitas vezes, iniciam a produção nos seus quintais (hortas, pequenos animais, experimentação de variedade de sementes, plantas medicinais), tendo como principais motivações a preocupação com a saúde e a alimentação da família, a conservação da biodiversidade e a resistência ao agronegócio (SCHOTTZ, 2014). Todavia, as mulheres também participam da cadeia alimentar, porque produzem os produtos in natura e industrializados [...] como trabalhadoras assalariadas ou não, na agricultura, na pesca e na indústria alimentar (SILVA; ARRAZOLA, 2010).

As mulheres moradoras do quilombo Itaporã têm uma relação com a produção de alimentos desde o plantio nos quintais, quanto nos roçados, participando como coletoras de alimentos silvestres (cereais, frutos e raízes). Segundo Carneiro *et al.*, (2013, p.135) os quintais, enquanto sistemas agrícolas tradicionais cumpre a “função ecológica e de conservarem alta diversidade de plantas na sua composição, garantem a variabilidade genética de muitas espécies”. Para Silipandi, (2009, p. 147) “o enfoque agroecológico valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres (hortas, pomares, criação de pequenos animais, transformação caseira dos produtos”)), além do seu envolvimento nas diversas atividades dos sistemas produtivos da unidade familiar.

A importância que os quintais assumem em cada casa e tem a ver também com a situação socioeconômica das famílias, com os estilos de produção, com diferenças identitárias e de hábitos alimentares, bem como a participação das mulheres na produção de alimentos (CARVALHO *et al.*, 2021). Às vezes, também é uma opção da própria família, que prefere consumir o que eles próprios produzem, já que são alimentos que fazem parte da sua identidade alimentar (MENASCHE *et al.*, 2008; CARVALHO *et al.*, 2021).

Para refletir sobre a contribuição das mulheres do quilombo Mocambo dos Negros para a SAN, a presente pesquisa analisou alguns dados produzidos no âmbito da pesquisa “Os quintais das mulheres” os quintais como espaços importantes na geração de saberes e na manutenção da segurança alimentar das famílias. Além

disso, ela evidencia a diversidade da produção manejada pelas mulheres nos diversos espaços da propriedade, como a produção para o autoconsumo, invisível apesar de fundamental para a saúde, a SAN e a economia da família e da sociedade.

Os dados apresentados até aqui apontam para a importância da produção agroecológica oriunda dos quintais das mulheres para a garantia da SAN, uma vez que uma alimentação adequada e saudável não se restringe aos nutrientes necessários para a manutenção da vida. Trata-se, sobretudo, de “... atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer, às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados” (CONSEA, 2007, p. 26).

No quilombo do Mocambo dos Negros as mulheres ajudam não somente na agricultura, mas no preparo dos alimentos, reaproveitamento e comercialização dos produtos restantes que não foram utilizados na alimentação. Quando se opta por evidenciar a importância do gênero feminino na biodiversidade, não se intenciona ocultar ou reduzir as desigualdades econômicas e sociais impostas às mulheres em suas trajetórias históricas nos diferentes espaços (CALLEGARO; LOPEZ, 2017), mas sim, mostrar o papel primordial dessas mulheres.

Construir uma territorialidade feminina através dessa produção, por isso precisa levar em conta que os recursos naturais utilizados por elas foram lesados por muito tempo, então é preciso buscar políticas que venham dar visibilidade a elas, pela apropriação simbólica e efetiva do espaço onde estão inseridas. A soberania alimentar implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e econômicas e gerações (NYÉLÉNI FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007).

Na agricultura familiar, o trabalho feminino é fundamental nas estratégias e manutenção da família. Mesmo com o notório protagonismo das mulheres na sua comunidade, elas ainda permanecem sob as desigualdades nas relações de gênero, sendo necessária a reflexão do papel da mulher e da construção de uma estrutura de divisão do trabalho de forma equitativa. Uma alternativa seria aumentar a visibilidade feminina nas políticas públicas específicas para as comunidades quilombolas (MACIEL, 2001). Nesse sentido, a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, reconhecendo o papel da mulher e a sua importância na agricultura familiar e

sustentabilidade, trouxe em seu texto 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável, nos quais buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e autonomia das mulheres (ONU, 2015).

Desse modo, debater as questões que giram em torno do papel da mulher, como gênero, comida, protagonismo das mulheres, soberania alimentar e sobre os direitos dessa população passa a ser urgente. Portanto, a importância do trabalho das mulheres do Mocambo, nos quintais e em distintos espaços de produção em que elas detêm maior autonomia, para a SAN das famílias e de sua comunidade, e é nas reuniões da associação e nos encontros na cooperativa local que elas vêm buscando e reafirmando a contribuição do seu trabalho para a Segurança alimentar e nutricional da comunidade.

#### 4.3.5. Políticas públicas e apoio à agricultura familiar quilombola, assistência social e segurança alimentar

No documento de formalização da titulação da comunidade em 2015, ressalta-se a informação de que o distrito faz parte de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, as quais são utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Entretanto, o Incra, autarquia que tem como atribuição a titulação dos territórios quilombolas na esfera federal, ainda não regularizou as terras da comunidade Mocambo dos Negros. O Estado, tendo em vista minimizar os prejuízos históricos e a necessidade do fortalecimento da identidade étnico-racial, em discussões com inúmeros movimentos sociais e parceiros como a Fundação Cultural Palmares (FCP), o Ministério da Cultura, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e os Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), formulou políticas públicas assentadas em leis, decretos, portarias e programas, cujos eixos trataram do acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local (inclusão produtiva e direitos) e cidadania a partir do reconhecimento advindo da Fundação Cultural Palmares (ALMEIDA, 2016; BRASIL, 2014; MPPR, 2018; SEPPIR, 2013).

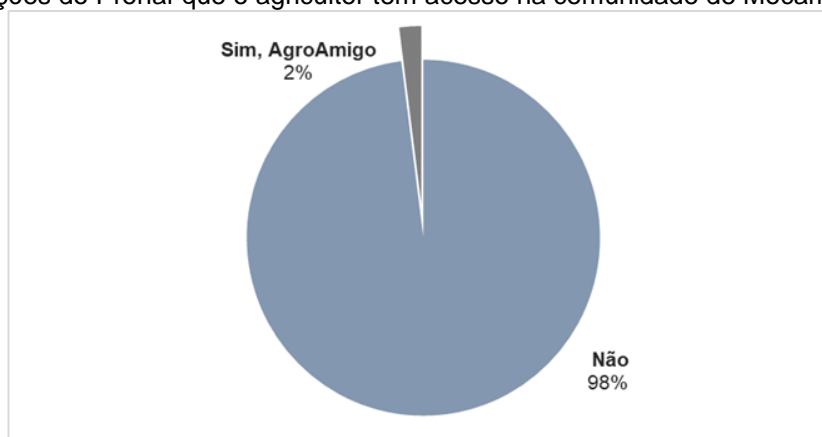
A partir do reconhecimento, ampliou-se as possibilidades dos membros das comunidades quilombolas terem acesso a programas sociais, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida Rural, do Programa Luz para Todos, do Programa Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Bolsa Permanência, podendo ainda solicitar ao INCRA a titularidade das terras. Os referidos fatores proporcionaram visibilidade às comunidades quilombolas e ratificaram o dever do Estado em garantir políticas públicas voltadas à educação, à moradia, à saúde e à acessibilidade (BRASIL, 2014). A partir desta viabilidade para melhorar o acesso à cidadania negra, a implementação e a consolidação das Políticas Públicas tornam-se imperiosas, frente às desigualdades e iniquidades étnico-raciais ainda existentes no país (NASCIMENTO, 2020).

A gênese do PRONAF simboliza a consolidação da categoria dos agricultores familiares, que sofreu ao longo do tempo uma intensa marginalização no acesso a políticas públicas de incentivo, por outro lado, o PRONAF embora atenda uma demanda de crédito a agricultores, há um expressivo déficit nos serviços de assistência técnica especializada a este grupo (CASTRO, 2015; MATTEI, 2014). Na comunidade de Mocambo dos Negros a ação do Pronaf não acontece para 98% (n=49). Esses moradores afirmam desconhecer as ações do programa, sendo acessível para apenas 2% (n=1) dos entrevistados (Figura 34). Isso se dá pelo fato da população do Mocambo dos Negros não possuírem documentos de acesso aos benefícios de políticas públicas governamentais, como a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP), (documento obrigatório para acesso ao crédito rural, como também não possuía o cadastro ambiental rural (CAR), (documento necessário como requisito para solicitar elaboração de projetos econômicos de crédito rural).

É necessário que ações do Pronaf apareçam em cena como um instrumento governamental capaz de aumentar as possibilidades de investimento dos agricultores familiares de Mocambo dos Negros, para que eles possam concretizar seus projetos produtivos, gerar renda, e, com isso, melhorar suas condições de vida dessa comunidade quilombola.

**Figura 34** - Ações do Pronaf que o agricultor tem acesso na comunidade de Mocambo dos Negros.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Esse programa governamental foi à partir da década de 90, e com isso fortaleceram-se mobilizações sociais cuja reivindicação era a atuação do Estado em prol da segurança alimentar, abastecimento alimentar e desenvolvimento rural, quando se deu início ao reconhecimento da agricultura familiar mediante a estruturação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (MENEZES, PORTO, GRISA, 2015).

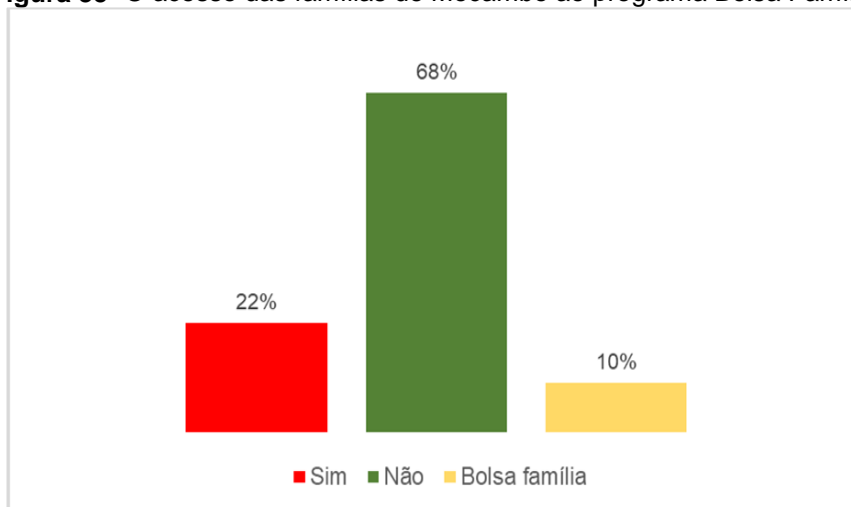
A assistência às famílias de Mocambo dos Negros não acontece afetivamente. Os direitos existem, mas precisam se concretizar, o primeiro passo está na formação desses grupos sociais acerca do conhecimento referentes aos seus direitos, assim, a concretização dará suporte para a reivindicação.

De acordo com os dados coletados nas entrevistas, a maior parte das amostras (68,0%, n=34) não recebia nenhum benefício social. No entanto, entre os programas sociais mais citados, o Bolsa Família representou 10,0 % (n=5), e que está expresso na figura abaixo, seguido de outros programas não citados, mas relatados por alguns, tais como a aposentadoria (22,0 %, n=11). A Figura 35 mostra que a maioria dos agricultores quilombola do Mocambo dos Negros, em torno de 68%, adquirem sua renda totalmente por meio da produção na agricultura, 22% outras fontes de renda, incluindo aposentadoria, além da produção de farinha, como pesca, vendas de produtos elaborados na cooperativa como: doce de banana, mel, manicure, e/ou outras produções no âmbito da agricultura, com ênfase na apicultura e piscicultura e apenas 10% participam de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Tais resultados assemelham-se aos mostrados por Santos e Santana (2012), em que os produtores de farinhas de mandioca no município de Portel, relatam que a

principal fonte de renda das famílias entrevistadas vem da produção de farinha de mandioca. Em segundo lugar, os recursos são advindos do Programa Bolsa Família.

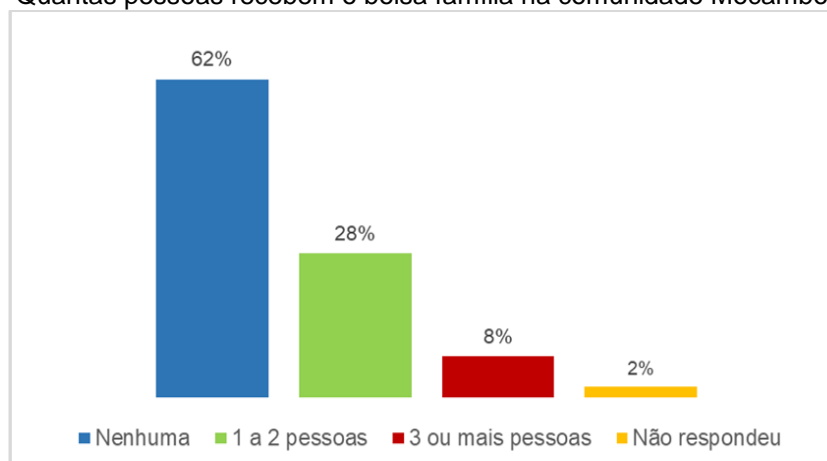
A segurança alimentar e nutricional traz o conceito de soberania alimentar que aprecia a cultura alimentar quilombola, mas apenas 10,0 % dos pesquisados relatam participar desse programa bolsa família, porém um importante programa de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) não é acessível a todos que fazem parte da comunidade.

**Figura 35-** O acesso das famílias de Mocambo ao programa Bolsa Família.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Das pessoas entrevistadas, 62,0 % nenhuma pessoa da família recebe o bolsa família, outras 28,0 % informaram que tem de 1 a 2 pessoas que recebem o benefício, 8,0 % tem de 3 ou mais pessoas que recebem na família, enquanto 2,0 % delas não quiseram relatar (Figura 36). Percebeu-se que há limitações de alcance das políticas públicas aos espaços rurais de Miguel Calmon e da Bahia, visto que os programas aqui analisados foram implantados em mais de 400 municípios baianos. A interação entre as atividades econômicas, especialmente com o apoio das políticas integradoras, priorizando os territórios empobrecidos, pode criar uma dinâmica de desenvolvimento destes espaços, aponta Flores (2003).

**Figura 36** - Quantas pessoas recebem o bolsa família na comunidade Mocambo dos Negros.

Fonte: Autora (2022).

A desigualdade econômica extrema é outro fator crítico que interfere na saúde geral da população, em especial da população negra. Com os 10,0 % da população mais rica do Brasil concentrando 55% do total da renda do país, o Brasil assume as primeiras posições quando avaliada a desigualdade de renda, de acordo com um relatório de 2019 das Nações Unidas (ABRASCO, 2020). No caso de Mocambo dos Negros, para muitas famílias, as fontes de renda principais têm sido a aposentadoria e programas assistenciais como o Bolsa Família (PLANO DE MANEJO, 2014).

Nesse contexto, a renda familiar é uma variável determinante para o acesso aos alimentos; quanto menor é a renda, mais precário são os hábitos alimentares e a saúde nutricional da população. Para avaliar essa problemática, utiliza-se como referência o salário mínimo do país. Em comunidades tradicionais como a comunidade estudada, a renda das famílias gira em torno de programas sociais e, portanto, tem valores próximos ao salário mínimo vigente. Tal realidade se reflete no perfil sociodemográfico da população. Assim, uma parcela expressiva dos atores sociais da pesquisa possui baixa escolaridade e assumem a agricultura como a sua profissão e principal fonte de renda. Da amostra pesquisada, 86 % dos atores sociais informaram ser agricultores como profissão principal; desses, mais de 50 % apresentam escolaridade baixa.

A despeito destas fragilidades, no entanto, esses grupos quilombolas (CQ) precisam de visibilidade social e de políticas públicas que correspondam acesso aos principais direitos, pois os negros já herdaram a exclusão social desde o processo de colonização. Tal realidade foi potencializada em período de pandemia, em que a

população não podia sair para vender os alimentos produzidos em suas comunidades e, para muitos, e o acesso aos programas de auxílio criado pelo governo foi-lhe negado (ABRASCO, 2020).

Dentro dessa discussão, as comunidades quilombolas enfrentam desigualdade socioeconômica e acesso limitado aos serviços de saúde quando comparadas ao restante da população (SOUSA *et al.*, 2013; SILVA *et al.*, 2008). De norte a sul do país, os quilombolas apresentam rica história de lutas pela preservação dos recursos naturais e vastos conhecimentos tradicionais, no entanto são vivem sob elevadas taxas de doenças, ausência de saneamento ambiental e infraestrutura, vivendo em moradias precárias, onde qualquer tipo de isolamento social intrafamiliar torna o ambiente mais caótico do que o costumeiro (ABRASCO, 2020).

É nesse cenário que comunidades quilombolas vivem. Na invisibilidade social, apresentando diversas dificuldades em relação à aquisição de alimentos no contexto da agricultura familiar que não oportuniza uma produção adequada. Desse modo há a reprodução de um ciclo de sobrevivência, no qual essas pessoas não conseguirão sair desse estado de vulnerabilidade social e acabam reproduzindo para as futuras gerações.

A questão da fome precisa ser assumida como problema de saúde pública e enfrentada como uma política global de enfrentamento à fome, pois ficou evidenciado que a fome realmente é causada pelo próprio homem por fatores diversos, que vão desde questões históricas até a má distribuição dos alimentos. Nessa discussão, Freitas (2003) defende que a fome crônica e coletiva que existe no Brasil é devido às desigualdades sociais, sendo bem diferente da fome que assola os campos de concentração e das que são causadas pelas guerras e pelas catástrofes climáticas. Dessa forma, grupos vulneráveis de quilombolas precisam de visibilidade social e de políticas públicas que correspondam com os principais direitos, sobretudo o alimento que é um recurso natural importante para a sobrevivência humana.

Nesse contexto, é preciso debater como combinar programas e ações diferenciadas segundo um recorte econômico, social, e étnico, contemplando as unidades familiares e coletivas na perspectiva de ampliar a disponibilidade de alimentos com origem em sistemas diversificados (ALIAGA, 2020). Dessa forma, e com estratégias de atuação entre uma rede de proteção social, programas de promoção social nas áreas de educação, saúde, habitação, organização de



cooperativas, microempresas, assessoria técnica e comercialização dos produtos produzidos por eles.

Nesse âmbito, as políticas para os quilombolas representam políticas de reconhecimento de direitos. Nesse sentido, o Estado tem a função de promover o bem-estar da sociedade em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, entre outras (SOARES; SANTOS, 2016). Por muito tempo, as ações e políticas públicas para a melhoria da condição de vida não contemplaram de forma específica a população negra (BRITO; PINHO, 2012), entretanto a adoção de políticas públicas de garantia de renda é uma obrigação constitucional.

Entre os projetos sociais voltados para a população carente, os mais populares e que abarcam um número maior da população considera as características socioeconômicas familiares para contemplar o indivíduo. Da parcela pesquisada na comunidade de Mocambo dos Negros, todos os indivíduos têm perfil para ser contemplado pelos programas federais, embora não seja exatamente o que ocorra (Tabela 6).

Entre os indivíduos estudados, apenas um tem acesso a um programa de incentivo à produção agrícola para pequenos agricultores. Pouco mais de 50% da amostra estudada respondeu que há aposentadoria entre os familiares, o que representa uma renda fixa para a família. O restante diz não possuir renda fixa, atribuindo à agricultura a sua única fonte de renda para a família. Tais informações sugerem a necessidade que essa comunidade tem de programas de distribuição de renda e, mais importante, os programas de incentivo à produção agrícola.

No caso do quilombo de Mocambo dos Negros estes recursos financeiros fazem maior diferença ao analisar a impossibilidade que estas pessoas têm para produzir, coletar e extrair seus alimentos, sobretudo em época de pandemia. Nascimento e Guerra (2016) apontam que esta situação é similar ao que vem ocorrendo no quilombo baixo Acaraqui:

Com a presença dos benefícios do governo (bolsa família, aposentadoria e seguro defeso), as famílias desta comunidade quilombola necessitam reorganizar seu sistema de produção e suas estratégias para aquisição de alimentos, superando as dificuldades ambientais e econômicas, possibilitando, dessa forma, a continuidade do seu modo de vida e garantindo a reprodutibilidade da unidade familiar (NASCIMENTO e GUERRA, 2016:238-239).

**Tabela 6** - Levantamento das condições da residência, acesso aos alimentos, renda e políticas socioassistenciais da Comunidade Quilombola Mocambo dos Negros (n=50).

	<b>N</b>	<b>Percentual (%)</b>
<b>Quantas pessoas moram na residência</b>		
Apenas 1	12	24%
2 a 3 pessoas	22	44%
4 ou mais	16	32%
<b>Renda mensal da família</b>		
Menos 1 salário mínimo	15	30%
1 salário mínimo	17	34%
2 salários mínimos	10	20%
Não sabe	5	10%
Não respondeu	3	6%
<b>Quantos aposentados na família</b>		
Apenas um	18	36%
2 aposentados	8	16%
Nenhum	21	42%
Não respondeu	3	6%
<b>Situação da moradia</b>		
Razoável	14	28%
Boa	23	46%
Muito boa	7	14%
Não respondeu	6	12%
<b>Os alimentos são comprados à vista?</b>		
Sim	24	48%
Parcelado	10	20%
Não	8	16%
À vista e parcelado	4	8%
Não respondeu	4	8%
<b>Acesso a ações do PRONAF pelo agricultor</b>		
Não tem	49	98%
AgroAmigo	1	2%
<b>Acesso as ações assistencialistas</b>		
Não tem	40	80%
PSF	3	6%
Não sei	7	14%

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo (2021).

Em relação aos grupos quilombolas e a política de alimentação, embora programas como o Bolsa Família e a Merenda escolar cheguem à comunidade do Mocambo, observa-se que ainda são incipientes discussões e investimentos no que tange a atuação do programa de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) na localidade, enfraquecendo a participação das famílias na geração do seu próprio

sustento. Segundo Fortes e Lucchesi (2013), a falta de empenho do Estado para garantir os direitos quilombolas, estabelecidas na Constituição, e a ineficiência do INCRA na titulação dos processos, criam barreiras burocráticas, aumentando os efeitos do racismo institucional que a própria política procura anular.

#### 4.3.6. Qualidade da merenda escolar e estímulo à produção da agricultura familiar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) faz parte das políticas específicas que atuam na questão alimentar. Se torna oportuno destacar que, com a evolução das preocupações com a saúde alimentar e com o processo educativo, a merenda escolar é uma política que pode melhorar a qualidade de vida da população que dela consome. Nesse contexto, a segurança alimentar e nutricional seria garantida no processo educativo por meio de uma alimentação de qualidade.

A relação da agricultura familiar e as políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional é tênue, pois a agricultura familiar produz alimento de forma sustentável, gerando emprego e renda e produzindo alimentos saudáveis, o que interfere diretamente na segurança alimentar e nutricional. Segundo regras do PNAE, 30% dos alimentos da merenda escolar devem ser adquiridos da agricultura familiar, o que beneficia os produtores locais que, em tese, repassam parte da sua produção às escolas do município. Essas e outras políticas foram criadas para estimular a agricultura familiar e criar uma fonte de renda para as famílias que a desenvolvem. Assim, elas envolvem diferentes aspectos, que vão desde o acesso a linhas de crédito para a produção e investimento agrícola (PRONAF), até a obrigatoriedade na aquisição de alimentos da agricultura familiar pelas escolas públicas (PNAE).

No entanto, estudos realizados em escolas de comunidades quilombolas verificaram irregularidades na alimentação escolar, como a oferta de alimentos semi-prontos (SOUSA *et al.*, 2013), o que sugere que as regras estabelecidas pelo PNAE estão sendo negligenciadas. A indústria causa uma uniformização dos padrões alimentares, o que ocasiona perda de tradições e conhecimentos alimentares, principalmente por parte da população mais jovem.

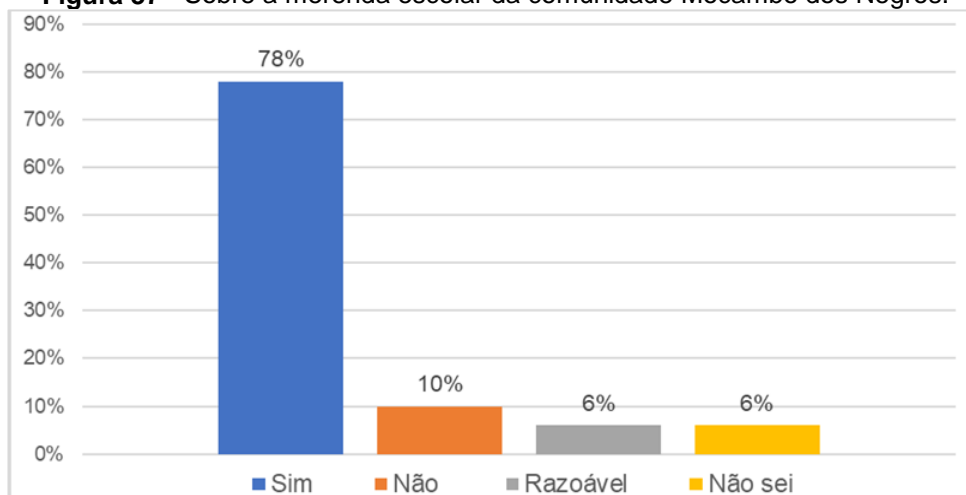
Assim, com relação às escolas que devem contemplar agricultura familiar em sua merenda, o Mocambo dos Negros possui uma escola de ensino fundamental

I e II: a escola Engenheiro Francisco Martins Bastos que é de Educação Básica com ensino fundamental I (1ª a 4ª série) e II (6º ano ao 9º ano), onde frequentam 80 alunos e trabalham 7 profissionais de Educação. O período escolar é composto por dois turnos (manhã e tarde), sendo que no horário da colação, ou seja, no meio da manhã e no meio da tarde, faz-se uma merenda, mas que não é almoço, nem comida de sal.

A merenda escolar (PNAE) que oferece nas escolas do Mocambo, apesar de apresentar boa qualidade, mas o fornecimento de alimentos não é oriundo da agricultura familiar local e não é consoante a cultura alimentar quilombola da região. Depoimento dos moradores: “a merenda é boa, mas os produtos não são comprados na mão dos moradores daqui.”

As respostas obtidas pelos atores sociais são dadas de acordo com a percepção individual do que seja alimento de boa qualidade. Nessa perspectiva, quando perguntado sobre a merenda escolar, uma parcela expressiva dos entrevistados afirmou que é uma boa alimentação, embora não tenha especificado o que representa uma boa alimentação. Apenas 10,0 % relataram não considerar a merenda escolar de boa qualidade. Os demais entrevistados limitaram-se a considerar razoável ou não responder à pergunta (Figura 37).

**Figura 37** - Sobre a merenda escolar da comunidade Mocambo dos Negros.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Na Bahia, Carvalho *et al.* (2014) estudaram a relação entre a agricultura familiar e alimentação escolar na comunidade de Tijuaçu, localidade que reúne vários povoados remanescentes de quilombos. As autoras identificaram que a alimentação escolar se constitui como valorização e manutenção da alimentação tradicional, feita por meio da inserção de preparações como o aipim, o milho, o vatapá, seguindo o

princípio da valorização cultural estabelecida pelo PNAE, o que não acontece em Mocambo dos Negros.

É preciso observar que a política de acesso à merenda escolar construiu um arcabouço burocrático e operacional junto aos municípios de modo a apoiar os agricultores familiares, garantindo merenda de qualidade com a compra de produtos oriundos da agricultura familiar local. A eleição de Bolsonaro agravou o cenário de desmonte das políticas públicas e sociais e representou a “criminalização das lutas populares, esvaziamento dos direitos sociais e abominação das forças progressistas, mais especificamente o combate ao esquerdismo” (LEITE, TUBINO e SAUER, 2019, p. 172). O governo passado representou a destruição das conquistas dos povos do campo, comunidades tradicionais e eleva os níveis de acirramento dos conflitos no campo. Sua estratégia de desmontar o Estado, mudando a relação do Estado com a sociedade, assinala o retrocesso e distanciamento do referencial do Estado de Bem-Estar Social (TEIXEIRA, 2023).

Grisa (2018) em sua análise sobre a conjuntura dos últimos 20 anos das políticas públicas aponta que dois referenciais globais influenciaram as interpretações da construção das políticas públicas o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo. No governo de Lula e Dilma que adentram de fato como referencial direcionador, com expressivo aumento das políticas públicas para agricultura familiar orientada para fortalecimento, modernização e competitividade, acompanhada de ações de promoção da cidadania, redução da pobreza rural, desenvolvimento dos territórios, incorporando temas referentes à segurança alimentar e à agroecologia.

Atualmente, com a eleição do Presidente Lula, vivenciamos uma retomada do apoio e estímulo aos circuitos locais de abastecimento de modo a se promover a produção e consumo de produtos nos próprios territórios. Para tanto, a agricultura familiar se torna estratégica, devendo, portanto, ser aprendida em seu conjunto enquanto categoria que, ao revelar o seu potencial para gerar emprego e renda no campo, dinamiza as economias desses municípios e colabora diretamente para o desenvolvimento local. Entretanto, a correta aplicação desta medida depende muito da competência política dos municípios em apresentarem projetos eficazes na reconstrução de um modelo alimentar saudável, culturalmente adequado e socialmente justo.

A questão da segurança alimentar foi analisada pelos aspectos pontuais da

fome e da desnutrição sem remeter a uma política social ampla, que viesse a garantir os direitos sociais presentes na Constituição Federal de 1988. Nesse aspecto, Valente (2002) diz que:

O fortalecimento da agricultura familiar, dentro de uma perspectiva de produção sustentável de alimentos saudáveis para todos os brasileiros seriam políticas com dimensões econômicas, sociais e ambientais indissociáveis. Da mesma forma os programas sociais como a merenda escolar, poderiam ao mesmo tempo garantir uma alimentação melhor para as crianças e adolescentes nas escolas, como garantir um mercado mais estável para os produtores na agricultura familiar. Dentro de uma perspectiva de produção agroecológica. Isto por sua vez, poderia ampliar o acesso da população em geral a alimentos saudáveis, produzidos regionalmente. Ou seja, a política de segurança alimentar e nutricional seria uma política para todos os brasileiros e brasileiras com diferentes componentes capazes de atender as necessidades específicas de diferentes setores (VALENTE, 2002, P. 3).

Dentre os vários objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o estímulo à formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, utilizando-se de ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2017) ganha destaque. Nesse sentido, as ações educativas devem fomentar a autonomia dos indivíduos, referenciando a história e as culturas locais, a diversidade regional e os saberes populares, considerando a biodiversidade e sustentabilidade local, baseando-se, para tanto, na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade (SANTOS, 2012).

Na dimensão nutricional, o programa estabelece algumas recomendações, como limitar o consumo de sal, gordura, aumentando o consumo de frutas, vegetais, grãos integrais e castanhas (FNDE, 2009). Em que pese a importância da implantação da merenda escolar como um instrumento de bem-estar humano, ela não visa apenas amenizar o déficit calórico e proteico das crianças e adolescentes, diminuindo a fome, mas também melhorar o desempenho escolar, devidamente expresso no PNAE.

Além dos aspectos de ordem cultural que influenciam os hábitos alimentares, é preciso conhecer os recursos financeiros e como a população se organiza em torno deles, de forma a contemplar suas necessidades. Pensar em direitos humanos em pleno século XXI, quando a violação da dignidade da pessoa humana ainda é flagrante, significa refletir sobre os aspectos éticos, socioeconômicos, culturais, normativos e de relação com o poder, que se apresentam em nosso cotidiano (BURITY *et al.*, 2010). Diante dos relatos dos pais (agricultores e agricultoras), sobre o cardápio oferecido na merenda escolar, fica evidente que eles

não têm conhecimento dos direitos que lhes assistem, já que a merenda escolar não é oferecida dentro das regras das políticas públicas criadas para ela, o que impede o agricultor familiar, que é o próprio participante da pesquisa, de ter o seu alimento comercializado o que lhe garantiria uma renda.

## 5.9 A RELIGIÃO, O SAGRADO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Dentre as manifestações culturais da comunidade de Mocambo dos Negros destacam-se as manifestações de cunho religioso. Essa comunidade traz traços marcantes da cultura negra, pelas crendices, adorações e rituais. Os estudos de comunidade enfocaram a dimensão cultural da alimentação, manifestada por meio de crenças e tabus (proibições) associadas à gestação, ao parto e ao pós-parto. Mostraram também as fontes de produção e de abastecimento alimentares das economias de autoconsumo e extrativas, com baixa dependência do mercado, juntamente com as crenças, permeando a composição da dieta, o preparo dos alimentos, os hábitos alimentares e a classificação dos alimentos ('quentes/frios, fortes/fracos'). As crenças alimentares, cujas origens aqueles estudos pouco exploraram, foram consideradas como verdadeiros patrimônios da cultura (FERRARI, 1960; CANESQUI; GARCIA, 2005).

As crenças religiosas estão intimamente associadas aos alimentos produzidos, seja em seu uso nos rituais ou não crenças atribuídas a santos e santas que podem interceder para chuva e boa colheita. Por esse motivo, o altar em homenagem a santos é comum nas casas das comunidades quilombolas, em especial na comunidade de Itapura, comunidade que tem amostra da população entrevistada.

Na Figura 27, mostra um altar organizado em uma das casas dos moradores do Mocambo dos Negros, em homenagem a uma santa católica. Observa-se os implementos rituais, com sua penumbra, os cheiros dos alimentos sagrados depositados no chão, vasilhames e pratos de barro, as cortinas que ocultam certos objetos a olhos curiosos.

**Figura 27** – Altar em domicílio de morador de Mocambo dos Negros.



Fonte: Arquivos de Nascimento (2019).

A crença diz que além dos objetos sagrados representados no altar das casas e da igrejinha, as oferendas de comida também têm valor sacro, revelando uma crença nas trocas simbólicas entre indivíduos, grupos quilombolas e as entidades sobrenaturais. Nesse cenário, o alimento ofertado representa a força e representatividade para as famílias, uma vez que é produzido nas terras da própria comunidade.

Nessa perspectiva, as festividades religiosas da comunidade são ocasiões de respeito e muita fé. Os moradores da comunidade de Mocambo dos Negros veem nas festas de santos e santas católicas um momento para agradecer às bênçãos alcançadas e para reforçar a fé nessas entidades. Em Mocambo dos Negros, a festa de Santa Cruz reúne moradores da comunidade em diversos ritos. Algumas dessas festas persistem no tempo, como a festa de Santa Cruz e a do padroeiro de São Roque (Figura 39). Segundo Nascimento (2020) dentre as crenças religiosas, a devoção de Santa Cruz sempre é lembrada e reverenciada pela comunidade, apesar de não persistir na atualidade como a devoção marcante deste local, mas a festa de Santa Cruz foi que influenciou a atual festa de São Roque, com a realização de carurus em devoção a São Cosme e Damião, dessa forma, a Festa de São Roque é considerado o padroeiro da localidade de Mocambo dos Negros.



**Figura 39** - Festas populares e religiosas em Mocambo dos Negros.



Fonte: arquivo dos moradores de Mocambo dos Negros.

A festa de Santa Cruz é voltada à cultura mocambeira, que começa com os novenários realizados na igreja de São Roque, como os encontros de jovens, encontros de bandas, congressos e gincanas. Os traços culturais marcantes da presença afro-brasileira em seu território podem ser observados em seu cotidiano, seus costumes, sua culinária, seus utensílios domésticos e em algumas crenças religiosas e culturais que persistem no dia a dia de seus moradores (NASCIMENTO, 2020).

Segundo Vilaronga e Carvalho (2007), a cultura no povoado do Mocambo era característica de uso e costumes bem rústicos e primitivos, ricos em tabus, preconceitos, adivinhações, crendices, provérbios, brincadeiras, cantigas de roda, lendas, histórias e festas populares e religiosas.

Quanto à Festa de Santa Cruz, apesar de não persistir na atualidade, sempre é lembrada e reverenciada pela comunidade, como a devoção marcante deste local e que influenciou na atual festa de São Roque. Que acontece em 16 de agosto de cada ano. Antigamente era uma festa realizada com maior programação o que atraía muita gente de outras comunidades e do município sede.

Ao reportar às sociedades tradicionais, caracterizadas como agrárias, pode-se observar que os festejos por ocasião das colheitas marcaram formas de agradecer aos deuses pela dádiva das boas safras. A festa de Santa Cruz no Brasil está presente em muitas cidades, a exemplo do Quilombo de Cafundó, município de Salto de Pirapora, interior de São Paulo, mantendo-se, ao longo do tempo, valores de matriz afro-brasileira, evidenciado sobretudo pela língua de origem bantu, presente na comunidade (VOGT; FRY, 2013).

Na Bahia, assim como em outros estados do Nordeste, o São João representa uma das festividades com forte representação agrária, pois comemora a safra e a colheita do milho, colhido em junho. Como a cultura é dinâmica, a introdução de novas espécies na cultura alimentar local, isso se reflete nas práticas e promove a mudança da cultura alimentar e religiosa. Desse modo, referir-se às escolhas alimentares e ao ato de comer através do tempo, delega papel importante à alimentação e ao ato de transformar os produtos para a constituição da identidade humana. Essa ideia é reforçada por Souza (2001) quando defende que o elemento constitutivo da identidade humana é a alimentação e tal identidade vai se aprimorando à medida que descobre o ato de criar através da mistura e da transformação de alimentos.

Na comunidade da pesquisa a busca pela preservação de rituais e tradições e pelos hábitos alimentares que formatam a cultura afrodescendente nos remanescentes quilombolas relaciona-se diretamente ao contexto de defesa do patrimônio cultural significativo à formação cultural brasileira. Segundo Guedes (2018), a tradição da Festa de Santa Cruz no Quilombo de Cafundó é uma tradição secular que ocorre anualmente no mês de maio em devoção à Nossa Senhora, São Benedito e Santa Cruz, caracterizando, assim, uma história de resistência cultural, com festas que acontecem nos vários territórios do Brasil.

É oportuno referenciar novamente os povos africanos que foram trazidos para o Brasil por sua relação com a natureza, especialmente quando o meio ambiente necessita de novas posturas de defesa aos recursos naturais (CALLEGARO; LOPEZ, 2017). Com os traços africanos, a festa da Santa Cruz acontece na comunidade de Itapura desde a sua fundação desta comunidade. Ela é voltada basicamente à cultura dos negros mocambeiros e a programação vai desde o dia 24 de abril até o dia 02 de maio de cada ano.

Nessa perspectiva, no novenário da igreja de São Roque (Figura 40), para cada noite são escolhidos os responsáveis pela organização da festa, responsáveis pela arrumação da igreja, foguetes, leilões, as refeições e bebidas dos bombeiros, os quais acompanham os festejos com a banda de pífano. Quando a novena termina, são servidos comidas, doces e bebidas feitas de acordo com os costumes e crenças locais. Segundo Valente (2002) não só satisfazemos nossas necessidades tradicionais, como também nos refazemos, nós construímos e potencializamos uns

aos outros como seres humanos em nossas dimensões orgânicas, intelectuais, psicológicas e espirituais. Com essas oferendas, sedimenta-se uma relação de lealdade e de filiação entre os homens e os espíritos da natureza, explica Prandi (2005).

Entre as atividades da novena, a dança, o samba e a cantiga de roda estão presentes como mostra de preservação da cultura popular dos ancestrais. Para o encerramento do novenário, é feita a procissão que começa na igreja principal (Figura 40) e segue até o cruzeiro. O samba de Reis é a tradição mais comum na região. Eram comuns também as mães de Santo realizarem rituais de Piji em terreiros preparados para banhos, carurus, rezas e despachos para os males das pessoas. Com o surgimento do posto de saúde, as práticas de curandeirismo vêm reduzindo.

**Figura 40-** Igrejinha de Mocambo dos Negros.



Fonte: acervos dos moradores de Mocambo dos Negros.

Dentro dos traços culturais preservados na comunidade e que se associam ao que é produzido pelos moradores, as benzedeadas e os rezadores ainda são procurados, mesmo após a chegada do sistema de saúde (SIMÃO *et al.*, 2021). Tanto as plantas alimentares quanto as plantas sagradas usadas nos chás, banhos e benzimentos entre os rituais são alvo da apreciação dos povos que seguem a religiosidade de matriz africana. (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017). Como resultado disso, a sociedade tem muito a aprender com tais escolhas e, mais do que nunca, respeitar a diversidade, pois nela estão muitas respostas para os males que atormentam a modernidade.

O uso de plantas sagradas na história da humanidade também está associado ao resgate da espiritualidade por intermédio do estado de consciência alterado (CALLEGARO; LÓPEZ, 2017). As plantas sagradas, tradicionalmente

conhecidas pelos indígenas e outras comunidades tradicionais, passaram a ser exploradas comercialmente, ou tiveram seu uso proibido e ocultado pelos colonizadores com forte repressão (CARNEIRO, 2004), mas ainda são usadas em rituais nas comunidades tradicionais (Figura 41). Em uma pesquisa sobre a comunidade de Mocambo, Vital (2012) comenta que as práticas concebidas em ritualísticas na conjuntura da herança étnica brasileira são utilizadas por diversas pessoas vinculadas ou não ao contexto religioso afro-brasileiro.

**Figura 41** – Tapete dos saberes populares com o uso de plantas medicinais.



Fonte: arquivo Nascimento (2021)

Os raizeiros, curandeiros ou rezadores, conhecedores dos segredos da magia e poder das ervas, folhas e outros elementos desenvolvem conselhos, preparos e, aplicam os seus conhecimentos nas diversas situações em que são solicitados. Esses saberes proporcionam, por via oral, um grande equilíbrio entre o físico e o sagrado (VIDAL, 2012).

Em caracterização sobre a história da alimentação, Fernández-Armestro (2010) faz referência ao fato de a maioria das sociedades manter hábitos alimentares que pertencem à esfera do sagrado. Segundo ele, os alimentos básicos das sociedades fazem parte dessa esfera. Como o corpo depende desses alimentos, eles passam a ter um poder divino e a caracterização e análise de hábitos alimentares estão associados a temas diversos como a religião, saúde, doença, nutrição, fome e

segurança alimentar.

Nesta perspectiva, nota-se que há no seio destas movimentações de perdas, ganhos, trocas e reconfigurações de conhecimentos africanos, a passagem de saberes sobre a utilização de processos curativos movidos pelo domínio das ervas, plantas, raízes, palavras “mágicas” e outros artefatos (VIDAL, 2012; NASCIMENTO, 2020). A importância simbólica presente na produção de alimentos, consumo e preparo da comida mostra que através da categoria comida as sociedades constroem representações sobre si próprias, definindo-se nos hábitos alimentares, que constituem elementos significativos para se pensar em identidade social, étnica e religiosa de seus consumidores (MINTZ, 2001; MACIEL, 2004; TOMANELLI, 2006).

Um recorte de pesquisa do trabalho de Vidal (2013) traz como foco a comunidade do Mocambo que, com os seus benzeiros, desenvolvem essas práticas milenares de procedência africana e ameríndia cuja função é reintegrar, com uso das mais diversas formas de curas unificadas ao físico e ao sagrado. A experiência da cura de doenças designadas na comunidade como mau-olhado ou quebranto, dores de barriga e de cabeça, fadiga e outras situações capturadas na entrevista e na observação das práticas dos benzedeiros, reforça a relação de identidade e territorialidade dos moradores desse quilombo.

Quando os indivíduos têm uma relação de pertencimento, seja a um grupo, lugar, ou mesmo a uma religião, ao se alimentarem, vestirem e ao utilizarem produtos da natureza para cura de alguns males, mais do que nutrir-se, proteger o corpo e curar pendências físicas ou emocionais, eles estão alimentando uma forma de viver e mantendo o patrimônio daquele grupo e local, tanto através dos conhecimentos envolvidos, o patrimônio imaterial, quanto o patrimônio genético utilizado pelos indivíduos e suas comunidades (CALLEGARO; LOPEZ, 2017).

Dessa forma, estimular a transferência de conhecimentos ancestrais a gerações futuras é uma forma de fomentar a soberania e a segurança alimentar e nutricional dessa comunidade, uma vez que ao fazer uso dos saberes tradicionais no dia a dia, há um estímulo à valorização da diversidade alimentar que marca a identidade dessa população. Portanto, como seres atuantes da sociedade é imperativo encarar como desafio o resgate das manifestações culturais, para que esta iniciativa sirva de incentivo a todos que almejam a permanência de seus valores, costumes etc.

Considerando a diversidade étnica e cultural brasileira, a preservação de culturas locais é uma forma de fomentar a valorização cultural de um país rico e diverso. Porém, tratar desta diversidade valorizando-as é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão, tarefa necessária, ainda que insuficiente para se caminhar na direção de uma sociedade democrática.

Por isso, se almejarmos uma valorização cultural para uma plenitude da cidadania para todos e, conseqüentemente, da própria nação, devemos nos conscientizar que esta é uma missão nossa como docentes, de todos os cidadãos e atuantes críticos que fazem parte deste universo cultural. Faz-se necessário que sejam considerados todos os aspectos dos saberes dessa comunidade, como sua identidade, o que mostra o pertencimento dos indivíduos a esse território, constituindo um patrimônio que faz unir essas pessoas. Conhecer esse patrimônio local é uma forma de posicionar-se frente a uma igualdade cultural, fazendo com que haja um fortalecimento tanto das identidades individuais, quanto coletivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho situa o quilombo Mocambo dos Negros, patrimônio cultural alimentar e reconhece que a redução dos hábitos alimentares pode diminuir a biodiversidade e isso pode trazer consequências negativas para a segurança alimentar e nutricional e às economias locais da comunidade. A segurança alimentar representa ter acesso a alimentação de qualidade e de forma regular e alicerçada em práticas alimentares promotoras de saúde, respeitando a diversidade cultural, levando em conta que sejam práticas ambientais, econômicas, culturais e socialmente sustentáveis.

Os dados da pesquisa demonstraram que a insegurança alimentar na comunidade quilombola Mocambo dos Negros é de caráter multidimensional e perpassa por uma variedade de fatores de ordem histórica, ambiental, política, econômica, territorial e cultural. Essa comunidade possui muitas características peculiares de outras comunidades da agricultura familiar camponesa tradicional que, não vivem da prática da agricultura, assemelhando-se pelo modo de produção, cultura de seus antepassados e as práticas em suas limitações e potencialidades nos agroecossistemas e sistemas agroalimentares como detalhado ao longo do texto.

A alimentação e o ato de comer são uma cultura de pertencimento social e está relacionada à identidade desses povos. O alimentar é totalmente agrícola e agrário, como também é afetivo e cultural. Porém, os alimentos que são produzidos nessas comunidades não são suficientes para garantir a segurança alimentar e nutricional, sendo necessária implantação de políticas que visem fortalecer as tradições e as possibilidades de acesso aos alimentos. Através do alimento envolver a economia, através da forma de cultivar e do que cultivar é necessário rever as relações entre as famílias agricultoras e consumidoras locais e para além desse território.

Os determinantes da insegurança alimentar constatados nesta pesquisa atuam na escala tanto local, quanto regional e mesmo global. Para tanto, Mocambo dos Negros enfrenta desafios específicos dentro do seu território, dentre os quais destacam a presença da empresa “Química Geral do Nordeste” implantada desde 1973 e em funcionamento desde 2002. Mesmo havendo intervenção do ministério público em 2014 para o seu fechamento para estudo e dimensionamento dos danos



ambientais nesse território.

As condições de insegurança alimentar e nutricional-INSAN, no Mocambo dos Negros, distrito Mocambo dos Negros, são associadas à falta de soberania alimentar, e sugere a exploração de iniciativas que protagonizam esse quilombo para o fortalecimento de uma agricultura familiar e geração de renda baseada nos alimentos locais. Dessa forma, o fortalecimento da agricultura é estratégico para soberania e segurança alimentar e nutricional dessa população.

Considerando os dados de campo e a definição da Lei 11.346/2006, Lei Orgânica de segurança alimentar e nutricional (LOSAN), pode-se afirmar que as práticas alimentares atuais em um território quilombola que não contempla a LOSAN está em desacordo com o que prega a lei e o direito humano à alimentação adequada-DHAA. Ter segurança alimentar representa ter acesso a alimentação de qualidade e com segurança seja baseada em práticas alimentares promotoras de saúde, respeitando a diversidade cultural e que estas práticas sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Levando em conta a fala dos entrevistados, onde refere-se a perda de costume e dos hábitos alimentares resulta muitas vezes em adoecimento e danos à saúde, necessita. Portanto, não basta apenas oportunizar alimentos para essa população, faz-se necessário resgatar as culturas alimentares nesse quilombo, valorizando o patrimônio imaterial e passando esses conhecimentos para as futuras gerações.

As políticas públicas existem para respeitar, proteger, promover, prover os direitos humanos. As políticas de segurança alimentar e Nutricional e outras políticas e programas inter-relacionadas constituem-se nas ações governamentais voltadas à garantia de realização do DHAA direito humano alimentação adequada. São os gestores públicos os responsáveis pela tomada de decisões sobre as políticas públicas, que por sua vez atendem aos diversos interesses, necessidades e demandas da sociedade. Diante dos fatos acima mencionados, conclui-se que há necessidade, não somente de disponibilidade de alimentos para essa população, através de políticas públicas, mas também ações e investimentos para os agricultores de Mocambo dos Negros e é preciso difundir o conhecimento das práticas e culturas alimentares para as gerações mais jovens.

Nesse contexto, o incentivo e a proteção para esse segmento da agricultura familiar, com a necessidade de estratégias enraizadas localmente como capazes de



promover a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares locais. Para a superação deste problema entende-se que as políticas devam ser periodicamente avaliadas e realinhadas, para que seus objetivos sejam realmente alcançados e os seus titulares de direitos possam efetivamente ter acesso a elas.

Um alerta também para o uso e substituição dos alimentos tradicionais, fazendo com que haja perda da tradição, culturas e hábitos, o que pode trazer consequências como a perda dos conhecimentos significativos para esse quilombo. Assim, é preciso repensar como está acontecendo a prática desse território e ver o que pode favorecer o local, a história, as potencialidades dessa população e o que pode dar mais visibilidades à população como um todo, incluindo o trabalho das mulheres quilombolas.

A presente tese defendida proporciona informações acerca da organização e identidade cultural da comunidade tradicional de Mocambo dos Negros, de modo a contribuir com os processos locais e territoriais de valorização da cultura alimentar local. Neste sentido, os produtos materializados na publicação da coletânea dos 3 cadernos sobre a história da comunidade, sua cultura alimentar e receitas em linguagem objetiva e ilustrada busca colaborar com este processo em atividades da comunidade educativas desenvolvidas na escola. Além disso, constituem-se em um registro e material de consulta aos potenciais das culturas alimentares dessa comunidade em seus saberes e fazeres, seja, alimentares ou terapêuticos.

A preservação do conhecimento tradicional pelos entrevistados da comunidade Itapura, está estreitamente ligado às práticas diárias no cultivo e manejo da agrobiodiversidade de plantas em hortas, quintais e roçados, assim como a grande interação com a biodiversidade e a vegetação nativa presente nos remanescentes de mata atlântica, presentes na comunidade. Os dados também revelaram que os entrevistados possuem um relevante conhecimento sobre plantas medicinais e as plantas alimentícias não convencionais, dessa forma, proteger a biodiversidade, a agrobiodiversidade significa escolher entre o local justo e saudável e o que é global.

Os resultados da presente pesquisa demonstram que o perfil dos entrevistados da comunidade Mocambo dos Negros é caracterizado por mulheres agricultoras, que desempenham um papel de protagonismo nesse espaço. As mulheres da comunidade são fontes vivas de saberes tradicionais associados às práticas alimentares e terapêuticas desenvolvidas na comunidade.

Os alimentos também estão associados à religião, ao sagrado, aos rituais e às festividades regionais. Assim, enquanto permanecerem os valores religiosos e as relações familiares afetivas e solidárias, é possível visualizar a manutenção, ao menos parcialmente, da cultura alimentar.

Um alerta também para o uso e substituição dos alimentos tradicionais, fazendo com que haja perda da tradição, culturas e hábitos, o que pode trazer consequências como a perda dos conhecimentos significativos para esse quilombo. Neste sentido, há a necessidade de se promover não somente a disponibilidade de alimentos para essa população, através de políticas públicas, mas também é preciso difundir o conhecimento das práticas alimentares para as gerações mais jovens, com o intuito de resgatar as culturas alimentares, os alimentos regionais para uma valorização do patrimônio imaterial desse território.

A insegurança alimentar no Brasil é uma das mais graves dificuldades que o país precisa superar, sobretudo em comunidades tradicionais, dentre elas a quilombola de Mocambo dos Negros. Desta maneira, o combate a insegurança alimentar tem que levar em conta a articulação de várias políticas como fomento a agricultura familiar, a titulação de terras, a educação nutricional, a vigilância sanitária, entre as prioritárias. No presente trabalho ficou evidenciado que as situações de insegurança alimentar vivenciadas na comunidade quilombola de Mocambo dos Negros se constitui num processo social causada por processo de exclusão social histórica e socialmente construído pela sociedade em articulação com outras questões políticas e econômica que se configuram na má distribuição dos alimentos e o não acesso a terra. Para tanto, a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional requer respeito à diversidade cultural e a preservação do sócio biodiversidade por meio de produção e consumo sustentáveis.

Diante do exposto acredito que também precisamos incentivar a produção orientada por princípios de agricultura de base ecológica que localizem a produção e distribuição de alimentos a partir da base de recursos naturais presentes nos territórios. Assim, a agricultura e sistemas agroalimentares serão mais sustentáveis por priorizar recursos locais e acessíveis às famílias agricultoras e se promoverá a cultura alimentar adaptada às condições e recursos naturais disponíveis nos territórios em sua diversidade de geoambientes, agrobiodiversidade, biodiversidade, circuitos de comercialização e práticas econômicas e culturas agroalimentares.

Diante dessas constatações conclui-se que não basta disponibilizar produtos alimentares para assegurar alimentação a todos; é necessário trabalhar de forma contundente a agricultura familiar, dar importância as culturas alimentares locais, valorizando esses patrimônios imateriais e difundindo esses conhecimentos às crianças, aos jovens e às suas famílias.

## REFERÊNCIAS

- ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas. ABRASCO, 31 de março de 2020. Disponível em: [www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-desaude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-maisexpostas/46338/](http://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-desaude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-maisexpostas/46338/)  
Acesso em: 17 jun 2021.
- ALBUQUERQUE, U. P.; OLIVEIRA, R. F. Is the use-impact on native caatinga species in Brazil reduced by the high species richness of medicinal plants?. **Journal of Ethnopharmacology**, v.113, p.156-170, 2007.
- ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; CUNHA, L.V.F.C. (Org.). **Métodos e técnicas na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. 1. ed. Recife: Nupeea. 2010.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. **Methods and Techniques Used to Collect Ethnobiological Data In Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. New York: Springer, 2014. p. 15-37.
- ALIAGA, M. A; Ribeiro, M.S; Santos, S.M.C; Trad, L.A.B. Avaliação participativa da segurança alimentar e nutricional em uma comunidade de Salvador, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(7):2595-2604, 2020.
- ALMEIDA, M. **A Cozinha dos Quilombos: sabores, territórios e memórias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2016.
- ALTIERI, M. A. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. **Agriculture, Ecosystems and Environment** . n. 74, p. 19-31, 1999.
- ALTIERI, M. Bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo. **Expressão popular**, 2012.
- ALVES, A. F. **Organização social no Quilombo Mesquita: trabalho, solidariedade e atuação das mulheres**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- AMARAL, W.R.S; FERNANDES, K. M; CORRÊA, R. S; SILVA, M. S. Mulheres, trabalho e segurança alimentar no Marajó, estado do Pará. In: MOTA, D. M; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Brasília, DF: Embrapa, 2021.
- AMOROZO, M. C. M. Os quintais–funções, importância e futuro. Cáceres: Unemat, p. 15- 27, 2008.
- ARAÚJO, M.S.G.; LIMA FILHO, L.D. Cultura, trabalho e alimentação em comunidades negras e quilombolas do Paraná. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 3, p.113-131, 2012.
- ARRUDA; Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA; Ilma Kruse Grande de. **Políticas de alimentação no Brasil: Breve enfoque dos delineamentos conceituais e**

**propositivos.** In: TADDEI, JOSÉ AUGUSTO et.al. (ed). *Nutrição em Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. Cap.25, p.397-410.

ARRUTI, J. M. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

BAIROS, F.S; KNAUTH, D.R; NEUTZLING, M.B. **Oficinas culinárias em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul: ingredientes e modo de fazer**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

BAILEY, K. **Methods of social research**. Simon and Schuster, 2008.

BARBOSA, Y.R.S. Semeando agroecologia e soberania alimentar: a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina. In: MOTA, D. M; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Brasília, DF: Embrapa, 2021.

BARRETO, C. M. **Profissionalização feminina e ensino de arte: um diálogo com a Escola Profissional Feminina de São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arte) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2007.

BELIK, W. Perspectiva para a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. rev. **Saúde e Sociedade**, v.12, n.1, 2003.

BENTES, E. S. **Segurança alimentar nutricional no Pará: situação atual e perspectivas**. Belém: UNAMA, 2003.

BELARMINO, O. M.; SILVEIRA, G. S. A relevância do PNAE na agricultura familiar da região de planejamento sul fronteira – MS. Anais do IV Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN). v. 4 n. 1, 2020.

BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖN, T. **Epidemiologia Básica**. São Paulo: Santos, 2011.

BRASIL. Decreto n. 7.794 de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília: DOU, 2012.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de nov. 2003. P.4.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual para aplicabilidade dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. CECANE, 2 ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. 43p.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.346/2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Brasília: DOU, 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de Segurança alimentar e nutricional**. (PLANSAN 2016-2019). Brasília: Câmara interministerial de segurança alimentar e nutricional., 2016.

BRASIL. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: Um retrato multidimensional. Brasília: FAO. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); DATA UFF. Produto 5 - **Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas**. Niterói/Brasília: Data UFF/MDS, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei N. 10.678, de 23 de maio 2003**. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção BRASIL. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil agroecológico**: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012**. Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar - PAA. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015**. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros

alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências.

BRANDÃO, A. et al, Avaliação diagnóstica: acesso das comunidades quilombolas aos programas do MDS. Relatório. Brasília: Fundação euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC-UFF). Núcleo de pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas da UFF (Data Uff), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.(mimeo.)

BREILH, J. **Hacia una redefinición de la soberanía agraria: Es posible la soberanía alimentaria sin cambio civilizatorio y bioseguridad?** In: BEZERRA, I.; PEREZCASSARINO, J. (org.). Soberania alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe. Curitiba: Ed. da UFPR, 2016.

BRITO, F.; PINHO, B. A. A dinâmica do processo de urbanização no Brasil. Texto para a Discussão, **CEDEPLAR**, v. 464, p. 1, 2012.

BURITY, V; FRANCESCHINI, T; VALENTE, F; RECINE, E; LEÃO, M; CARVALHO, M.F. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

BUAINAIN, A. M. et al. Os quilombolas dentro do programa de distribuição de alimentos para grupos populacionais específicos. Caderno de Estudos: desenvolvimento social em debate,9;76-93, 2008.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Niterói, Rio de Janeiro, v.12, n.6, p.1441-1451, 2007.

CALLEGARO, I.C. **Culturas Alimentares Tradicionais e seu papel na manifestação da Biodiversidade, da Segurança Alimentar e do Patrimônio Cultural e Genético no território de Identidade de Itapetinga-BA, Brasil**. 2013. Tese. (Doutorado em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental), Universidade de Barcelona, Espanha, 2013.

CALLEGARO, I.C; LÓPEZ, X.A.A. **Culturas Alimentares e segurança Alimentar no território de Identidade**. 1 edição. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

CANESQUI, A. M; GARCIA, R.W.D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Coleção Antropologia e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306p.

CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: MDA, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2004. v.1. 24 p.

CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.2, p.42-48, 2004.

CARVALHO, A. S.; OLIVEIRA E SILVA, D. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 18, p. 521-532, 2014.

CARVALHO, L. D. R; SCHWADE, E; CHARÃO-MARQUES, F. Gênero, territorialidades e agroecologia: experiências de mulheres assentadas. In: MOTA, D. M; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Brasília, DF: Embrapa, 2021.

CASARIL, K. B. P. B.; CASARIL, C. C. A fome para Josué de Castro e a discussão sobre a segurança alimentar no Brasil. **Revista Faz Ciência**, v.13, n.18, jul/dez, p.145-171, 2011.

CASEMIRO, J. P., et al. Impasses, desafios e as interfaces da educação alimentar e nutricional como processo de participação popular. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13 n. 2, p. 493-514. 2015.

CASTRO, César Nunes de. *Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural*. 2015.

CASTRO, Anna M. de (org.). **Fome, um tema proibido: os últimos escritos de Josué de Castro**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec; Annablume, p. 165-182, 2000.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. *A soberania alimentar através do Estado e sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá*. 2016. - Universidade Estadual Paulista, [s. l.], 2016.

COLAÇO, M. Â. S. **Etnobotânica dos índios Pankararé, no Raso da Catarina – Bahia: uso e importância cultural de plantas da caatinga**. 2006. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2006.

CONTRERAS, J e GRACIA, M. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, 496 p.

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – . *Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar*. Brasília, CONSEA, 2014.



COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

COSTA, B. A. L. et al. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 1, 2015.

CUNHA, Valdir Fernandes da. Soberania e Segurança Alimentar na perspectiva dos jovens Kalunga da Comunidade Vão de Almas Orientadora: Janaína Deane de Abreu Sá Diniz Soberania e Segurança Alimentar na perspectiva dos jovens Kalunga da Comunidade Vão de Almas Brasília-DF. 2018. - UnB, [s. l.], 2018.

CUSTÓDIO, M. B.; FURQUIM, N. R.; SANTOS, G. M. M.; CYRILLO, D. N. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção sua política: uma visão histórica. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011.

CAROCHO, M.; MORALES, P.; FERREIRA, I. C. F. R. Natural food additives: Quo vadis? *Trends in Food Science & Technology*, v. 45, n. 2, p. 284-295, 2015.

CARNEIRO, Manuela da Cunha (org.). Patrimônio imaterial e biodiversidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: Iphan, nº 32, 2005.

CARNEIRO et al. Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**. 2013.

CONSEA. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, Julho. 2004.

CONSEA. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Por um desenvolvimento sustentável com soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2007.

CONSEA. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Comida de verdade no campo e na cidade. 2015.

CONTAGEM. Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a construção de uma cultura não discriminatória e antirracista. Contagem: Secretaria Municipal, 2020

DANTAS, C.V; MATOS, H; ABREU, M. **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DIAS, J.; CHIFFOLEAU, M.; CINTRÃO, R. P.; CASEMIRO, J.; SCHOTTZ, V. Por normas sanitárias mais justas e inclusivas – em defesa da comida como patrimônio e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Agriculturas**, v. 14, n. 2, 2018, p. 33-39.

FABRIS, F. M. O. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na interface**

**com agricultura familiar no município de Criciúma-SC:** possibilidades e desafios. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma.

FAO – **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.** A campanha para acabar com a fome atinge um ponto de viragem. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/es/item/1069811/icode/>.

FAO (**Food and agriculture Organization of the United Nations**) IFAD (Internacional Fund for Agricultural Development and WFP (World food Program) 2014. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i403e.pdf>. Acesso em: 30 mar, 2021.

FAO. Food and Agriculture Organization of the united nations; PAR - Platform for Agrobiodiversity Research. **Biodiversity for Food and Agriculture:** contributing to food security and sustainability in a changing world. Roma: FAO/PAR, 2011. 66 p.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of food and agriculture:** 2010 – 2011 – women in agriculture. 2011.

FAO. Organización de Las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación.** Roma: FAO, 2012.

FARA, G. M. Nutrition between sustainability and quality. **Ann Ig.** v. 27, n. 5, p. 693-704, 2015.

FERNANDÉZ-ARMESTRO, Felipe. **Comida:** uma história. Tradução de Vera Jocelyn: 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 361p.

FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do Pajeú: Feminismo e Agroecologia no semiárido brasileiro. **Revista Pegada.** v. 17 n.1, 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, Murilo. A construção social de Territórios e a globalização. **Em tese. Revista eletrônica dos pós graduandos em Sociologia Política da UFSC.** v.1,n.1,p.87, ago-dez/2003.

FREITAS, M. C. S. **Agonia da Fome.** Salvador: UDUFBA/Fiocruz; 2003.

FREITAS, F.O.; MEDEIROS, M.B. Conservação in situ de recursos fitogenéticos. In: MARIANTE, A.S.; SAMPAIO, M.J.A.; INGLIS, M.C.V. **Informe nacional sobre a situação dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura do Brasil.** Brasília: EMBRAPA, 2008. p.21-29.

FREITAS, M. C. S.; PENA, P. G. L. **Segurança Alimentar e Nutricional:** a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. 2007.

FRISON, E. A. (coord.). **From uniformity to diversity: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems.** Belgium: Ipes-Food, 2016. 95 p. Disponível em: <https://cgspace.cgiar.org/bitstream/handle/10568/75659/>

UniformityToDiversity\_FullReport.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 dez. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em:<> Acesso em 15 de setembro de 2014. OIT. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011.

FURTADO, M.B; PEDROZA, R.L.S; ALVES,C.B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicol. Soc.** vol.26 n.1, 2014.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no Município de Constantina/RS. Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural. Brasília, v. 1, p. 85-102, 2007.

GALEANO, E. **El Imperio del Consumo**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/galeano/ano/mes/consumo.htm>. Acesso em: 16 abr. 2023.

GARINE, Igor de. Alimentação, culturas e sociedades. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 4-7, 1987.

GIANINAZZI, S. *et al.* Agroecology: the key role of arbuscular mycorrhizas in ecosystem services. **Mycorrhiza**, v. 20, n. 8, p. 519–530, 2010.

GIORDANI, R.; BEZERRA, I.; DOS ANJOS, M. de C. **Semeando agroecologia e colhendo nutrição: Rumo ao bem e bom Comer**. In: SAMBUICHI, R. H. R. O.; MOURA, I. F. D. O.; MATTOS, L. M. D. O.; ÁVILA, M. L. D. O.; SPÍNOLA, P. A. C. O.; SILVA, A. P. M. D. O. (Orgs.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology: ecological process in sustainable agriculture. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2007. 408 p.

GOODMAN, L. Snowball sampling. **Annals of Mathematical Statistics**, v. 32, p. 148-170, 1961.

GOMES. Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos. Uma história do campesinato Negro no Brasil**. Coleção Agenda Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia de Covid-19. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1995.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de Políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. In: GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio (orgs). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no

Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: Acesso em: 10/07/2023.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Raízes: **Revista De Ciências Sociais e Econômicas**, v. 38, n. 1, p. 36-50, 2018.

GRISA, C.; et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas** v. 8 - n. 3 setembro de 2011. Disponível em: Acesso em: 10/07/2023.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XIV, 2007

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, n. 1, 2014.

GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Mulheres construindo a agroecologia. **Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: ANA, 2008.

GUEDES, A.C.B. **Mulheres Quilombolas e uso de Medicinais: Práticas de cura em Santa Rita de Barreira /PA**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

GUERRA, L.D.S. **Direito Humano à Alimentação Adequada e Atuação Profissional em Saúde Pública**. 2016. Tese (Doutorado em Agroecologia) - Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, 2016.

GUIMARÃES, B. O.; OLIVEIRA, A. P. DE; MORAIS, I. L. DE. Plantas Medicinais de Uso Popular na Comunidade Quilombola de Piracanjuba - Ana Laura, Piracanjuba, GO. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 8, n. 3, p. 196-220, 2019.

GUZMÁN, E. S. A sustainability strategy based on agroecology. **Agroecology and Sustainable Rural Development**, v.2, n.1, p. 35-45, 2001.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável*. Embrapa: Brasília-DF, 2005.

GREBMER, K.V; BERNSTEIN, J; WIEMERS, M; SCHIFFER, T; HANANO, A; TOWEY,O; CHÉILLECHAIR, R.N; FOLEY, C; GITTER, S; EKSTROM,K; FRITSCHER, H. **Índice Global da Fome e Sistemas Alimentares em Situações de Conflito**. Ed. Ajuda em Ação. Índice Global da Fome, 2021. <https://www.globalhungerindex.org/pdf/pt/2021.pdf>

GRIEBLER, A. D. et al. Programa ATER sustentabilidade–lote 44: visão geral do programa e resultados no município de Três Passos–RS. **Extensão em Foco**. v. 1, n.

15, 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. In: Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, p. 19-52, 2015.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; WESZ JR., V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, 2014.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HAGERAATS, R. M. **Caracterização do Estado de segurança Alimentar (SAN) em comunidades Quilombolas da Paraíba. 2017**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

HEITOR, S. F. D; RODRIGUES, L. R; TAVARES, D. M. S. Fatores associados às complicações metabólicas e alimentação em idosos da zona rural. **Ciência e Saúde de Coletividade**. v. 21, n. 11, p. 3357-3366, 2015.

HICKS, C. C.; LEVINE, A.; AGRAWAL, A. et al. Social science and sustainability. Engage key social concepts for sustainability. **Science**. v. 352, n. 6281, p. 38-40, 2016.

HOYOS, C.J.C; D'AGOSTINI, A. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 20, nº. 35 pp. 174-198 Jan-Abr./2017

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Miguel Calmon**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/miguelcalmon/panorama> Acesso em 20 mai.2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>. Acesso em: 16 mar. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 12 dez. 2019.

IBGE, 2013. **Levantamento da população da cidade de Miguel Calmon-BA**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292120&s>

earch=bahia|miguel-calmon.. Acesso em 10 de março. 2021.

IPEA, **Caderno de Orientações da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional “Comida de Verdade no Campo e na Cidade**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/5cnsan%20manual%20de%20orientaes.pdf>

KACZYNSKI, R. G. **Comida, Cultura e Alimentação Escolar Quilombola**. 2017. Monografia. (Graduação em Nutrição), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

KINUPP F. V.; BARROS, I. B. I. Teores de proteína e minerais de espécies nativas, potenciais hortaliças e frutas. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v.28, n.4, p.846-857, 2008.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CÔRREA, A. M. Conceituando e medindo Segurança Alimentar e Nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n. 1, p. 187-199, 2011.

KLEIN, E. Plantas Ritualísticas e Medicinais em Comunidade Quilombola e Afrobrasileira na baixada Cuiabana, Mato grosso, Brasil. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Mato Grosso. Cuiabá, 2022.

LEAL, J.G.S. **Produção do Espaço e Transformações na Dinâmica do Espaço Rural de Miguel Calmon -1996 a 2012**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências - Universidade Federal da Bahia, 2013.

LAHOZ, Carmen. **El papel clave de las mujeres en la seguridad alimentaria**. Seguridad Alimentaria y Políticas de Lucha contra el Hambre, p. 117, 2006. Disponível em: <http://www.oda-alc.org/documentos/1349637802.pdf#page=117>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G.; SAUER, S. **Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro**. Brasil: Incertezas e submissão, p. 171-190, 2019.

JACOB, M. C. M; ARAÚJO, D. F.S; MADEIRA, P.M. R. **Caminhos para nutrição sustentável: Reflexões do II ciclo de debates sobre sistemas alimentares sustentáveis / Priscilla Moura Rolim Madeira, Sávio Marcelino Gomes, Viviany Moura Chaves & Clébio dos Santos Lima. – 1. Ed. – Manaus – AM: Elucidare, 2018.**

MALUF, R. S.; BURLANDY, L.; SANTARELLI, M.; SCHOTTZ, V.; SPERANZA, J. S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência Saúde Coletiva**. v. 20, n. 8, p. 2303- 12, 2015.

MALUF, R. S. Ações locais de abastecimento Alimentar. **Polis Papers: Polis Assessoria Formação e Estudos em Políticas Sociais**, n.5, p. 42, 1999.

MANIFESTO. 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar, 2015.

MARQUES, C.E. De Quilombos a Quilombolas: notas sobre um processo histórico etnográfico. **Revista de Antropologia**, v.52, n.1, p.339-374, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Lisboa: Avante, 1981.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MENEZES, S. S. M.; CRUZ, F. T. da. Alimentos tradicionais como manifestação cultural na contemporaneidade. In: MENEZES, S. S. M.; CRUZ, F. T. **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: EDUFS, 2017. p. 25-44.

MEDEIROS, A.C.; LIMA, V. L.A.; SILVA, A.S. Perfil das comunidades quilombolas Paraibanas: índice de vulnerabilidade socioeconômica e ecológica para o desenvolvimento Sustentável Local (ISE). In: **Anais do congresso Brasileiro de gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v.2, 2014.

MENEZES, F.; PORTO, S.; GRISA, C. **Abastecimento Alimentar e Compras Públicas no Brasil: um resgate histórico**. Série Políticas sociais e de Alimentação. Brasília: Centro de Excelência Contra a Fome, 2015.

MIRA, F. J. B. de. Pluralidade Epistemológica, metodologias e Experiências de Vida. In: **57 VII Conferência Portuguesa de Sociologia**, 2012, porto, Actas da VII Conferência Portuguesa de Sociologia, 2012.

MORESI, Eduardo. **Metodologia de Pesquisa**. Brasília: março de 2003

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

MPA. **Movimento dos Pequenos Agricultores. Soberania Alimentar deve ser debatida pelo conjunto da Sociedade, Campesinato, Soberania Alimentar**, BRASIL, 2016. Disponível em: < [www.mpa.brasil.org.br](http://www.mpa.brasil.org.br) >. Acesso em: 05 dez. 2016.

MPBA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA: Coordenadora do Núcleo de Defesa da Bacia do Rio São Francisco – NUSF. DOC: **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Itappura e adjacências**: Miguel Calmon, BA, 2014.

MDS- **Efeitos do programa Bolsa Família na Redução da pobreza e distribuição de renda**. 2013. Disponível em: [www.ipc-undp.org/publications/mds/46p.pdf](http://www.ipc-undp.org/publications/mds/46p.pdf) >. Acesso em: 24 març, 2021.

MENDES, P.M. **Segurança Alimentar em Comunidades Quilombolas: Estudo Comparativo de Santo Antônio (Concórdia do Pará) e Cacao (Colares), Pará. Belém**, 2006. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo

de Altos

MPBA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA: Coordenadora do Núcleo de Defesa da Bacia do Rio São Francisco – NUSF. DOC: **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Itapura e adjacências**: Miguel Calmon, BA, 2014.

MACIEL, M. E. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, n. 33, p.25-39, 2004.

MACIEL, M.E.” Cultura e Alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, v.7, n.16, 2001.

MACIEL, E. S; SILVA, B. K. R; SCHOTT, E; Kato, H. C. A; QUARESMA, F. P. R; QUARESMA, F. W. S; Adam, F. Insegurança alimentar em comunidades quilombolas: um estudo transversal. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. 1-10, 2021.

MARQUES, P. E. M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas**, v.17, n.2, p.78-87, 2010.

MARTINS, L. L. P. **Afrorresilientes: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, 2013.

MARTINELLI, S. S.; SOARES, P.; FABRI, R. K.; CAMPANELLA, G. R. A.; ROVER, O. J.; CAVALLI, S. B. Potencialidades da compra institucional na promoção de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis: o caso de um restaurante universitário. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 22, nº 1, p. 558-573, 2015.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo, abril Cultural, 1984.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista Nutrição**, v. 21, p. 145-158, 2008.

MINTZ, S.W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências sociais**.v.16, n.47, p.31-42, 2001.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. Trajetória da comunidade negra rural de Tijuáçu-BA: histórias ouvidas e contadas. **Revista Identidade**, São Leopoldo, v. 15, n. 1, 2010.

MONEGO, E. T. *et al.* Segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. **Segurança Alimentar e Nutricional**. v. 17, n. 1, p. 37-47, 2010.

MOTA, D.M; SILIPRANDI, E; PACHECO, M.E.L. **Soberania Alimentar: Biodiversidade, Cultura e Relações de Gênero**. Editoras técnicas. In: – Brasília, DF: Embrapa, 2021.



NANDI, A. As (in) visibilidades das mulheres no meio rural contemporâneo: o caso das agricultoras familiares de Rolante (RS). **Anais [...]** do XII Encontro Estadual de História. São Leopoldo: ANPUH-RS, 2014.

NASCIMENTO, R. C. D; MIRANDA, C. A. S; SUTO, C. S. S; ALMEIDA, E. S; BRASILEIRO, M. F. D. B; SOUZA, V. O. **Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola: uma revisão sistemática**. Belo Horizonte: Poisson, 2020. (Série Educar, v. 9). Disponível em: <https://poisson.com.br/2018/produto/serie-educar-volume-9/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

NAVAS, R. *et al.* Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo / Brasil. **Revista NERA**, v.8, n. 27, p.138–155, 2015.

NAVES, C. C. D. A atuação profissional do nutricionista no contexto da sustentabilidade. *Demetra*. v. 9, n. 1; p. 121-136, 2014.

NOGUEIRA, A.M; RAMIRES, J.C.L. **O agronegócio e o fechamento das escolas rurais no Brasil: algumas reflexões**. [internet]. 2017. [acesso em 2018 mar 11]; Disponível em: <http://congressos.sistemasph.com.br/index.php/cibepoc/cibepoc2017/paper/viewFile/169/106>.

NOLASCO, C. L.; LAHSEN, M.; OMETTO, J. P. H. B. Segurança Alimentar e Mudanças Ambientais Globais: uma análise no contexto da sociedade brasileira. **Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate**, v. 7, n. 1, 2016.

NYÉLÉNI FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007. Declaration of the Forum for Food Sovereignty. Selingué, Mali. Disponível em: . Acesso em: ago/2023.

OLIVEIRA E SILVA, D., *et al.* A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR163, Pará, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.21, p.83-97, 2008.

OLIVEIRA, J. M. de. **Segurança Alimentar e Nutricional**. In: Marco Referencial de Agroecologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 82-86.

OPAS - **Organização Pan-Americana da Saúde**. Sistemas alimentares e nutrição: a experiência brasileira para enfrentar todas as formas de má nutrição. Brasília, DF: OPAS, 2017.

ONU – **Organização das Nações Unidas**. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015.

PACHECO, M. E. L. (Org.) **Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia**. Sistematização de Experiências. Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - GT SSA/ANA - - Rio de Janeiro – 2010, 95p.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. **Quilombos ainda existem no Brasil**, 2016. Disponível em:<http://www.palmares.gov.br/?p=3041&lang=en>.

PANDOLFO, M. C.; PANDOLFO, E. P.; BALLIVIÁN, J. M. P.; SOUZA, J. C. D.; CASSOL, S. P. Guardiões da Agrobiodiversidade: estratégias e desafios locais para o uso e a conservação das sementes crioulas. *Agriculturas*, v. 11, n. 1, p. 24-27, abr. 2014.

PALMARES, Fundação Cultural 2018. **Comunidades remanescentes de quilombo**. Disponível em:<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Presta%C3%A7%C3%A3o-de-Contas-FCP-2018-vers%C3%A3o-Final-01.04.2018.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

PEREIRA, M.H.F; SERRANO, G.A; PORTO. A.P.B. **Quilombolas e Quilombos: Histórias do povo brasileiro**. Belo Horizonte: Roma, 2012.

PINTO, G. M. F. *et al.* Estudo do descarte residencial de medicamentos vencidos na região de Paulínia (SP), Brasil. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, v.19, n.3, p. 219-224, 2014.

PITANGA, C. V. Olhares e registro – a antropologia visual e os grupos urbanos. **26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro, Bahia, Brasil junho de 2003.

POLLAN, M. **Em defesa da comida: Um manifesto**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

PRANCE, G. T. What is ethnobotany today?. **Journal of ethnopharmacology** , v. 32, n. 1-3, pág. 209-216,1991.

QUEIROZ, A. L.; LIMA, A. **Mulheres e Soberania Alimentar: Sementes de Mundo possíveis**. Rio de Janeiro. Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019.

QUIVY, Raymond; CHAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

REDIN, C; COELHO-DE-SOUZA, G; MIRANDA,T.M. Pissacão: uso da planta na cultura e conhecimento tradicional de agricultoras. In: MOTA, D. M; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Brasília, DF: Embrapa, 2021.

REDE GLOBO. **Jornal Nacional. Trabalhadores informais enfrentam filas para receber auxílio de R\$ 600 em dinheiro**. *Jornal Nacional*, G1, 27 abr.2020. Disponível em: Acesso em: 27 abr.2020.

RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. Alimentação e sustentabilidade. **Estud. av.** São Paulo, v. 31, n. 89, p. 185-198, 2017.

RIVERA, R. **Trajetórias das Práticas Alimentares na Comunidade Quilombola de**

**Bairro Alto, Ilha do Marajó, SalvaTerra – PA.** 2017. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ROCHA, A. C. O; SILVA, L. M. S; DIAS, N. G; Agroecologia e Sustentabilidade em acampamento de reforma agrária: a posse da terra como elemento fundamental. **Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**, Cooperativismo e Economia Solidária (SICOOPES), 12. Castanhal, PA. 2019.

ROMANELLI, G. O Significado da Alimentação na Família: uma Visão Antropológica. Simpósio Transtornos Alimentares: anorexia e bulimia nervosas. **Revista Medicina**, Ribeirão Preto, 2006.

SÁ, M.L.B. **Saberes e Práticas Alimentares em uma Comunidade Quilombola no Ceará.** 2010. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SABORIAN, E. POLITICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RECIPROCIDADE , Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas: v. 31 n. 2, 2011.

SALES, G. P. D. S.; ALBUQUERQUE, H. N.; CAVALCANTI, M. L. F Estudo do uso de plantas medicinais pela comunidade quilombola Senhor do Bonfim-Areia-PB. **Revista de biologia e ciências da terra, Aracaju, Suplemento Especial**, n. 1, p. 31-36, 2009.

SANTA RITA, A. E. C; MOURA, C. S. R; FERNANDES, E. S; COSTA, E. M; SIMÃO, R. M. C; SOUSA, W. D; LIMA, D. F; OLIVEIRA, L. M. S. R; RAMOS, J. L.C. Feasibility of Agricultural Transition in Family Agriculture. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS) Peer-Reviewed Journal**, v.8, n.6, 2021.

SANTOS, T.G; SILVEIRA, J.A.C; LONGO-SILVA, G; RAMIRES E.K.N.M; MENEZES, R.C.E. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Caderno Saúde Pública**, v.34, n.4, p.1-17, 2018.

SANTOS, L.A. da S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n 2, p.453-462, 2012.

SANTOS, Felipe Imídio. Soberania Alimentar Quilombola: Uma abordagem histórica e desafios para romper colonialidade. Dissertação (Mestrado meio Ambiente e Desenvolvimento Rural), UNB, 2020.

SANTILLI, J. O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial. **Demetra**, v. 10, n. 3, p. 585–606, 2015.

SAMPAIO, J. J. **Vivências quilombolas: Memórias sobre a comunidade rural de Mocambo dos Negros, Miguel Calmon-Bahia.** 2011. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2011.

SANTOS, K. M. P; GARAVELLO, M. E. P. E. Segurança alimentar em comunidades quilombolas de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.23, n.1, p.786-794, 2016.

SANTOS, M. A. S.; SANTANA, A. C. Caracterização socioeconômica da produção e comercialização de farinha de mandioca no município de Portel, arquipélago do Marajó, Estado do Pará. *Revista Verde*, v. 7, 2012

SACHS, I. **A questão alimentar e o ecodesenvolvimento**. In: MINAYO, M.C. de S. (Org). *Raízes da fome*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1986. Cap.4, p.135-141.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil**: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010. \_\_\_\_\_ . A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER,S.; SHIKI, S.; BELIK, W. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. **Rivista di Economia Agraria**, ano LXV, n. 2, p. 225-259, 2010.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e Heterogeneidade da Agricultura Familiar no Brasil e Algumas Implicações para Políticas Públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31,n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014. Disponível em: Acesso em: 10/07/2023.

SCHMITT, C. Agroecological transition and rural development: a look from the Brazilian experience. In: Sauer, S.; Balestro, M. (Orgs.). **Agroecology and the challenges of the agroecological transition**. São Paulo: Expressão Popular, p. 177-203, 2013.

SCHOTTZ, V. Em defesa da alimentação adequada e saudável. **Revista Agriculturas**, v. 11, n. 4, 2014.

SEMARH. **Plano de Manejo do Parque Estadual das Sete Passagens vol. 1**. . SEMARH, Governo da Bahia. Miguel Calmon, 2008.

SEPPPIR – **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas** - Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para comunidades tradicionais, 2013. Disponível em: [www.mdh.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq](http://www.mdh.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq). Acesso em: 11 jul 2023.

SILVA D.O; GUERRERO A.F.H, Guerrero C.H; TOLEDO L.M. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional em comunidade quilombola com a construção da rodovia BR 163, Pará, Brasil. **Revista de Nutrição**, v.21, n.1, p.83-97, 2008.

SILVA, P. N.; KERNKAMP, C. Da L.; BENNEMANN, R. M. Insegurança alimentar: as desigualdades de renda e a vulnerabilidade social como resultados na alimentação dos idosos. **Uningá Review**, v. 16, n. 2, 2013.

SILVA, E.K.P.; MEDEIROS, D.S.; MARTINS, P.C.; SOUSA, L.A.; LIMA, G.P.; RÊGO,

M.A.S.; SILVA, T.O.; FREIRE, A.S.; SILVA, F.M. Insegurança Alimentar em comunidades rurais no nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cadernos de Saúde Pública**, v.33, n.4, 2017.

SILVA, T.D. **Educação Escolar Quilombola no Censo da Educação Básica**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, T. D. Panorama social da população negra. In T. D. Silva F. L. & Goes (Orgs.). Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes (pp. 13-30). Brasília: Ipea, 2013.

SILVA, D. A. **Itapura** – entrelace do passado e presente. Itaberaba, BA: Ed. Gráfica Joade, 2002.

SILVA, E. K. P. da et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 4, p. 5716, 2017.

SILVA, R. A. Menezes, J. A. **Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del Rei, julho-setembro de 2018.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SIMÃO, R.M.C; NUNES, X.P. Agroecologia e Construção Participativa do Conhecimento: Relatos dos Caminhos de uma Transição. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. IN: Anais: **Encontro de Agroecologia do Agreste de Pernambuco**. Vol. 6. Garanhuns, PE, 2020.

SIMÃO, R.M.C. O USO DE AGROTÓXICOS E OS IMPACTOS NA SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL NAS COMUNIDADES DE MIGUEL CALMON-BA. IN: **Anais Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (SICOOPES)**, 13. 2020. Castanhal, PA. Belém (PA): IFPA, 2021.

SOUZA, G. S. et al. Educação ambiental como ferramenta para o manejo de resíduos sólidos no cotidiano escolar. **Revbea**, Rio Grande, v. 8, n. 2, p: 118-130, 2013.

SOUZA, M.D. Feijoada Quilombola: chancela de etnicidade. Contextos da Alimentação – **Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade**, v.5, n.2, 2017.

SOUZA, H. P. **Coletivo cultarte: limites e possibilidades para autonomia e empoderamento de mulheres no antigo quilombo do Cabula**. 2018. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

- TAYLOR, Charles. (Org.). Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1999
- TOLEDO, V. M.; **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais; 1ªed; Expressão Popular, São Paulo, 2015.
- TEIXEIRA, C. A. O enfraquecimento das políticas públicas para agricultura familiar: uma análise do PAA, **Revista NERA**, v. 26, n. 65, p. 109-136, jan.-abr., 2023.
- TELES, L.; SCHOTTZ,V; ALVARENGA, C.; YUSUKA, S. S. **Mulheres do Vale do Ribeira (SP) semeando agroecologia, segurança alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019.
- TURRINI, A; SBRANA, C; STRANI, P; PEZZAROSSA, B; RISALITI, R; GIOVANNETTI, M. Arbuscular mycorrhizal fungi of a Mediterranean island (Pianosa), within a UNESCO Biosphere Reserve. **Biology and Fertility of Soils**, v.46, n.1, p.511-520, 2010.
- UN - UNITED NATIONS. **Decade of Action on Nutrition 2016-2025**. New York: UN, 2016. \_\_\_\_\_. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: UN, 2016.
- WANDERLEY, M. N. B. **“Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”**: dilemas da inclusão social das pequenas agriculturas familiares. In. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas do futuro. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017.
- WITTMAN, Hannah; BLESCH, Jennifer. Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil. *Journal of Agrarian Change*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 81–105, 2017.
- VALENTE, F. L. S. (org) **Direito Humano à Alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.
- VALENÇA, Isaura Viginia Reis Menezes. **Análise dos estudos para determinação da (in) segurança alimentar no Brasil**: revisão bibliográfica. 2017. 1 CD-ROM. TCC (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Sergipe, Lagarto, 2017.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VIDAL, Rogério Lima. Linguagem e saberes tradicionais africanos nas práticas de cura dos benzedeiros na Comunidade Quilombola do Mocambo. Seminário Internacional Acolhendo as Línguas Africanas-SIALA, 29 a 31 de agosto de 2012. **Anais [...]**, Salvador, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12489303- Linguagem-e-saberes-tradicionais-africanos-nas-praticas-de-cura-dos-benzeiros-na-comunidade-quilombola-do-Mocambo.html>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- VILARONGA, Dalva & CARVALHO, Geferson. **Retrato de Miguel Calmon Análise Geral do Município**. Jacobina, Bahia: Editora Oxente, 2007.

VOGT, C.; FRY, P. **Cafundó a África no Brasil**: linguagem e sociedade. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2013. 414 p.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

ZIEGLER, Jean.In.: Prefácio do livro **Direito Humano à alimentação**: desafios e conquistas.

**APÊNDICES****APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA INDICADORES E FATORES SOCIOECONÔMICOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL**

Avenida José de Sá Maniçoba, s/n, Centro, Campus Universitário, Petrolina-PE CEP 56304-205.  
Tel.: (87)2101- 6795 - home page: [www.univasf.edu.br](http://www.univasf.edu.br)

Nome da Comunidade: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo mora na comunidade \_\_\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome do participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

1- Idade: \_\_\_\_\_ 2- Sexo: \_\_\_\_\_ 3- Profissão: \_\_\_\_\_

4- Escolaridade: \_\_\_\_\_ 5- Tempo de Profissão: \_\_\_\_\_

6- Atividade atual: \_\_\_\_\_ 7- Quantas pessoas moram na sua casa \_\_\_\_\_

**AGRICULTURA FAMILIAR**

1-Quais os alimentos produzidos a partir da agricultura familiar? \_\_\_\_\_

2-O que se cultiva no quintal ou terreiro? \_\_\_\_\_

3-Qual é o tipo de propriedade? \_\_\_\_\_

4-Como teve acesso à terra? \_\_\_\_\_

5-O que se produz para o consumo próprio? \_\_\_\_\_

6-Quais os produtos produzidos para vender? \_\_\_\_\_

7-Quais as formas (técnicas) de produção? \_\_\_\_\_

8-Recebe algum tipo de recurso financeiro destinado à produção? \_\_\_\_\_

9-Quem desenvolve as atividades agrícolas da Família? \_\_\_\_\_

10-Quais os recursos materiais auxiliam na produção agrícola? \_\_\_\_\_

11-O que se produz na agricultura familiar é suficiente para manter a família? \_\_\_\_\_

**ALIMENTAÇÃO**

1-Quais os tipos de alimentos consumidos diariamente? \_\_\_\_\_



2-Quais os alimentos que fazem parte das tradições locais? \_\_\_\_\_

3-Quem ensinou as receitas destes alimentos tradicionais? \_\_\_\_\_

4-Quais os alimentos recebidos? \_\_\_\_\_

5-Quais os tipos de alimentos são preparados para a família? \_\_\_\_\_

### **CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE**

1-Quantas pessoas moram na casa? \_\_\_\_\_

2-Qual é o valor da renda mensal da família? \_\_\_\_\_

3-Quantos aposentados na família? \_\_\_\_\_

4-Qual é a situação de moradia? \_\_\_\_\_

5-Qual é o total da renda familiar comprometida com a compra de alimentos? \_\_\_\_\_

6-Os alimentos são comprados à vista? \_\_\_\_\_

7-Quais são os itens da Casa? \_\_\_\_\_

### **AÇÕES MUNICIPAIS DESTINADAS ÀS FAMÍLIAS.**

1-Você tem acesso a algum tipo de programa social? \_\_\_\_\_

2-Quantas pessoas recebem recursos do programa Bolsa Família? \_\_\_\_\_

3-Qual o valor recebido por família? \_\_\_\_\_

4-Existe escola na comunidade? \_\_\_\_\_

5-A escola oferece a Merenda Escolar (PNAE)? \_\_\_\_\_

6-A alimentação escolar é de boa qualidade? \_\_\_\_\_

7-Quais são as ações do PRONAF que o agricultor familiar tem acesso? \_\_\_\_\_

8-Quais as ações assistencialistas do poder público municipal? \_\_\_\_\_

### **ACESSO E USO DA TERRA E OUTROS RECURSOS**

1-Como costumam compartilhar e como decidem a abertura de roças? \_\_\_\_\_

2-Que outros recursos têm acesso (rios, igarapés, lagos, mangue, floresta)? \_\_\_\_\_

3-Que situações de conflito pela terra ou outros recursos enfrentam os moradores do povoado? \_\_\_\_\_

4-Quem são as pessoas ou empresas que estão envolvidas neste conflito? \_\_\_\_\_

### **CONHECIMENTO DO MANEJO ECOLÓGICO**

1-Quantos produtos de consumo próprio (hortaliças e outros, caso tenha) são produzidos com uso de produtos químicos

( ) 1 Não ( ) 2 sim, se sim esclarecer \_\_\_\_\_

2- Tem alguma área destinada exclusivamente para este cultivo:

( ) 1 Não ( ) 2 Sim, se sim onde? \_\_\_\_\_

3-O excedente desses produtos são vendidos?

( ) 1 Não ( ) 2 Sim, se sim onde? \_\_\_\_\_

4- Tem algum conhecimento sobre agroecologia e produção orgânica?

( ) 1 Não ( ) 2 Sim. Explique \_\_\_\_\_

5- Qual a motivação para a produção alternativa \_\_\_\_\_

6) Faz uso de plantas medicinais? ( ) Sim ( ) Não

7) Com que frequência? ( ) 1 vez por ano ( ) 1 vez a cada 3 meses ( ) 1 vez por mês ( ) 1 vez por semana ( ) todo os dias ( ) Quando necessário

8) De onde vem o conhecimento do uso de plantas medicinais?

( ) De conhecimento tradicional familiar.

( ) De conhecimento oriundo de contatos com fontes externas à cultura local (migrantes ou veículos de comunicação).

( ) De contato com técnicos (médicos, enfermeiros, biólogos, professores, etc).

( ) Outros: \_\_\_\_\_

9) Cultiva algum tipo de planta medicinal? ( )sim ( ) não

10) Quais plantas você cultiva? \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B: EVENTO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MOCAMBO DOS NEGROS

### CARTA CONVITE AOS GESTORES E A COMUNIDADE DE MOCAMBO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL-  
PPGADT  
Avenida José de Sá Maniçoba, s/nº Centro – Petrolina, PE, CEP 56304-917, Petrolina-PE

#### CARTA-CONVITE

Prezado (a),

Temos a honra de convidá-lo (a) para participar do Evento que tem como objetivo apresentar a comunidade de Miguel Calmon, os resultados do Projeto de Pesquisa “Culturas Alimentares, Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar no Território de Itapura no município de Miguel Calmon-BA”.

**O evento ocorrerá no dia 27** de março de 2023, das 08 às 12h no auditório dos agricultores rurais de Miguel Calmon na Av. Odonel Miranda Rios, 101, Miguel Calmon - BA, 44720-000 com a seguinte proposta:

- Apresentar os resultados da pesquisa “Culturas Alimentares, Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar no Território de Itapura no município de Miguel Calmon-BA” para a população do Município e distrito de Itapura.
- Apresentar os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional e importância do desenvolvimento de ações com base em processos participativos que potencializem a participação dos agricultores familiares, como instrumentos de empoderamento e desenvolvimento de ações sustentáveis.
- Apresentar dos livros:  
Livro 1: QUILOMBOLAS: Uma história de Resistência e Soberania Alimentar;  
Livro 2: Receitas e Histórias de comida como identidade: Um olhar sobre o território quilombola de Itapura;  
Livro 3: Plantas Medicinais de Itapura: do Quilombo para o mundo.
- Apresentar “ Os Saberes populares da comunidade Itapura conhecida como Mucambo dos Negros”

Gostaríamos de contar com a sua presença, pois será de grande importância para somar forças no combate as vulnerabilidades da população de Itapura, assim como para visibilizar (reconhecer e divulgar) os anúncios de estratégias de produção da vida, de segurança alimentar e nutricional, ou seja, as estratégias de produção na agricultura familiar, de convivência com o ambiente, sejam elas experiências agroecológicas, de resistência com base na organização popular em proteção da biodiversidade, de território, de experiências de sociabilidade, entre

outras para a convergência de ações. Neste sentido: contribuir no empoderamento da comunidade de Itapura, movimentos sociais e diferentes organizações e instituições a partir de uma leitura coletiva da região.

Atenciosamente,

Rosimeire Morais Cardeal Simão

Professora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e do Município de Miguel Calmon

Nutricionista com Pós-Graduação em Nutrição Clínica, Ambulatorial e Hospitalar

Especialista em Oncologia

Doutoranda - Universidade Federal do vale do São Francisco-UNIVASF/PPGADT



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL –  
PPGADT

CARTA-CONVITE

Prezado (a),

Temos a honra de convidá-lo (a) para participar do Evento que tem como objetivo apresentar a comunidade Quilombola de Itapura, e as demais comunidades e ao município de Miguel Calmon, os resultados do Projeto de Pesquisa “CULTURAS ALIMENTARES, AGROBIODIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR NO TERRITÓRIO DE ITAPURA NO MUNICÍPIO DE MIGUEL CALMON-BA”.

**O evento ocorrerá no dia 27** de março de 2023 no auditório da associação dos trabalhadores rurais de Miguel Calmon na Av. Odonel Miranda Rios, 101, Miguel Calmon - BA, 44720-000 em dois momentos:

**De 08 as 12h temos a proposta de** “Apresentar os resultados da pesquisa citada acima e dos livros produzidos sobre essa população quilombolas de Miguel Calmon-BA” como também apresentar não somente para Itapura como também para as demais pessoas presentes do Município referido.

- Apresentar os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional e importância do desenvolvimento de ações com base em processos participativos que potencializem a participação dos agricultores familiares, como instrumentos de empoderamento e desenvolvimento de ações sustentáveis.

**De 14 as 16h (na comunidade de Itapura)**

Discutir com a comunidade e gestores locais estratégias e metodologias adequadas de comunicação social e desenvolvimento de ações para implantar políticas públicas voltadas a construção da equidade social, econômica e valorização das CRQ, visando à redução da pobreza, da discriminação e da exclusão dos agricultores familiares quilombolas.

Gostaríamos de contar com a sua presença, principalmente de 14 as 16h, pois será de grande importância para somar forças no combate as vulnerabilidades alimentares da comunidade quilombola de Itapura do município de Miguel Calmon, assim como para visibilizar (reconhecer e divulgar) os anúncios de estratégias de produção da vida, de segurança alimentar e nutricional, ou seja, as estratégias de produção na agricultura familiar, de convivência com o ambiente, sejam elas experiências agroecológicas, de resistência com base na organização popular em proteção da biodiversidade, de territórios, de experiências de sociabilidade, entre outras para a convergência de ações. Neste sentido: contribuir no empoderamento da comunidade, movimentos sociais e diferentes organizações e instituições a partir de uma leitura coletiva da região.



**APÊNDICE C: FOTOS DO EVENTO DE APRESENTAÇÃO RESULTADO DA PESQUISA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MOCAMBO DIA 27 DE MARÇO DE 2023**



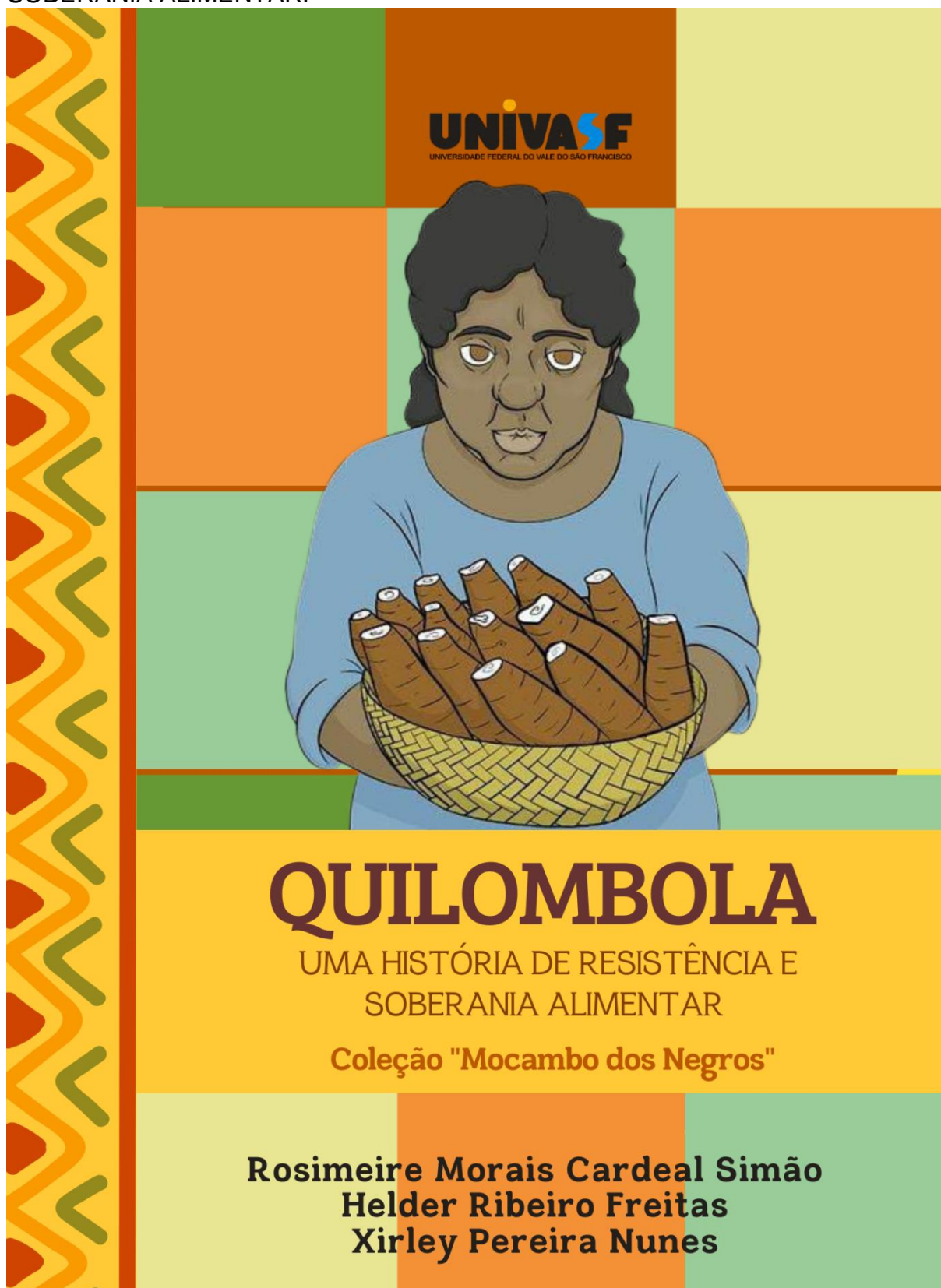
**ENTREVISTA PARA O DOCUMENTÁRIO SOBRE O QUILOMBO MOCAMBO**



**APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA PESQUISA NA ESCOLA DE MOCAMBO**



**APÊNDICE D: CADERNO 1: QUILOMBOLA: UMA HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA E SOBERANIA ALIMENTAR.**





**APÊNDICE E: CADERNO 2: RECEITAS E HISTÓRIAS-COMIDA COM IDENTIDADE:  
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE MOCAMBO DOS NEGROS**

**UNIVASF**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

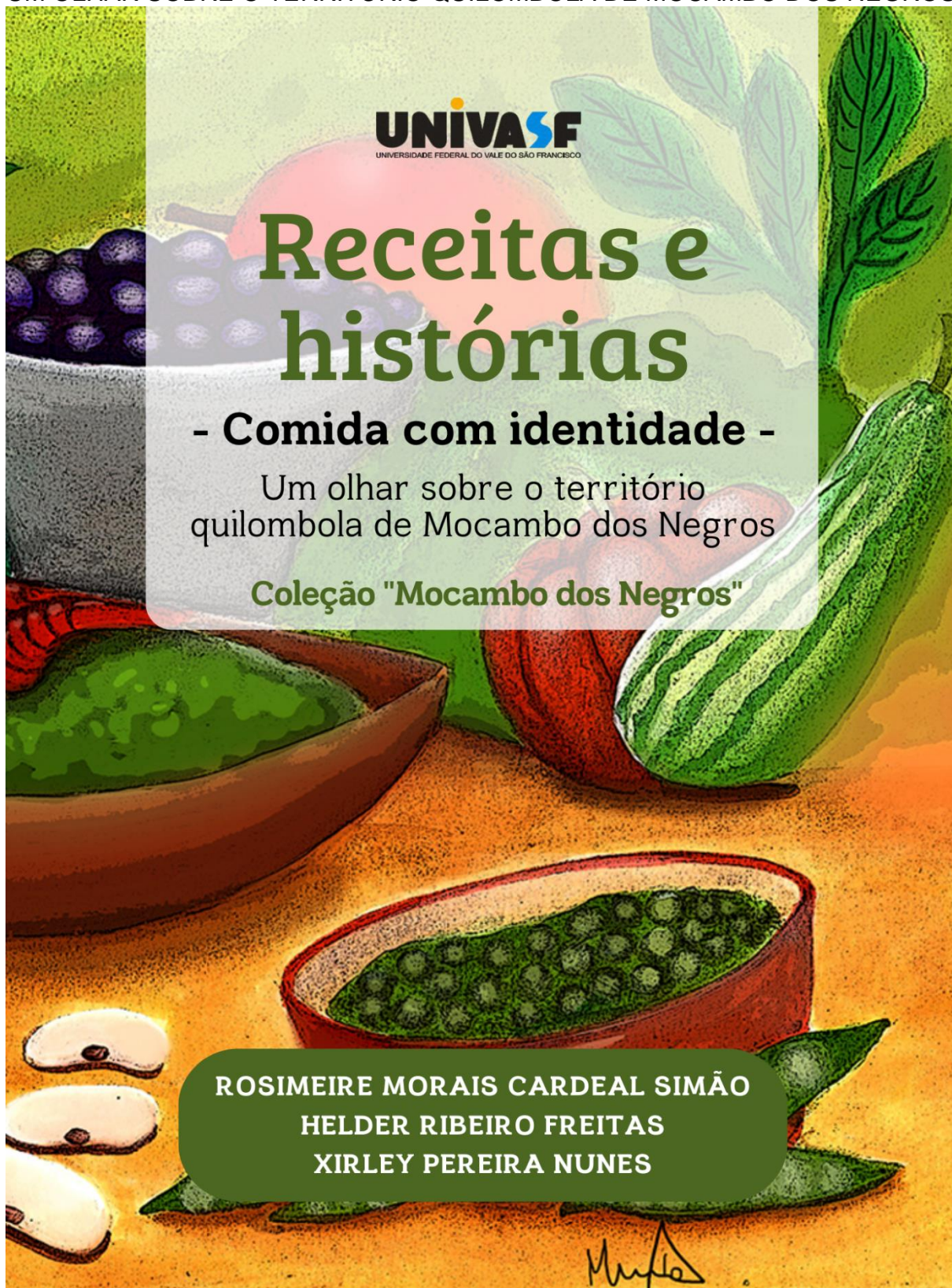
# Receitas e histórias

**- Comida com identidade -**

Um olhar sobre o território  
quilombola de Mocambo dos Negros

**Coleção "Mocambo dos Negros"**

**ROSIMEIRE MORAIS CARDEAL SIMÃO  
HELDER RIBEIRO FREITAS  
XIRLEY PEREIRA NUNES**





**APÊNDICE F: CADERNO 3: PLANTAS MEDICINAIS DE MOCAMBO DOS NEGROS:  
DO QUILOMBO PARA O MUNDO**



**UNIVASF**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

**Plantas medicinais de  
Mocambo dos Negros**

- Do quilombo para o mundo -

**Coleção "Mocambo dos Negros"**

ROSIMEIRE MORAIS CARDEAL SIMÃO  
HELDER RIBEIRO FREITAS  
XIRLEY PEREIRA NUNES



**APÊNDICE G: PRODUTO DE COMUNICAÇÃO FORMATO DOCUMENTÁRIO: QUILOMBO MOCAMBO DOS NEGROS: CONEXÃO ENTRE SOBERANIA TERRITORIAL E SOBERANIA ALIMENTAR**



<https://drive.google.com/drive/u/1/my-drive>

